



**GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

# 123<sup>a</sup> Reunião Ordinária do Conselho Nacional do Meio Ambiente, Conama.

Brasília/DF.  
09 de Novembro de 2016.

*(Transcrição ipso verbo)*  
*Empresa ProixL Estenotipia*

1 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Bom  
2 dia amigos e amigas, já temos quórum e vamos dar início à 123ª Reunião  
3 Ordinária do Conama. A presidente do Ibama, Sueli deseja dar um informe e  
4 passo a palavra para ela.

5  
6  
7 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Bom dia a todos. É um honra  
8 recebê-los aqui mais uma vez. Eu queria fazer um comentário, pedi ao pessoal,  
9 nós estamos lançando hoje e vocês vão receber a publicação dos 30 anos do  
10 Proconve. É um levantamento aí dos benefícios e desafios ainda do programa.  
11 Então, eu considero bastante importante. O Conama tem um papel hiper relevante  
12 a implementação do Proconve, o programa começa com uma resolução do  
13 Conama em 1986 e tem todo um histórico de N resoluções do Conama, das  
14 diferentes fases do Proconve. Então, como a publicação tem tudo a ver com o  
15 trabalho do Conselho, nós resolvemos fazer esse levantamento nessa reunião do  
16 Conama. E demais é só agradecer a presença. Espero que vocês gostem da  
17 publicação.

18  
19  
20 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Muito  
21 bem. Então, nós vamos à apresentação dos novos Conselheiros. Passo a palavra  
22 para a Ana para que ela possa ler a lista dos novos Conselheiros.

23  
24  
25 **A SRª. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (CONAMA/MMA)** – Bom dia a  
26 todos. Os novos Conselheiros: Rose Miriam Hoffman, do Ibama, que está em  
27 viagem; Ivana Siqueira e Jane Fátima Fonteneles Fontana, do Ministério da  
28 Educação. Se estiverem presentes, por favor, eu gostaria que levantassem. Bem  
29 vinda, Jane. Leonardo Belvino Póvoa e Rodrigo Mercante, Ministério da Justiça e  
30 Cidadania. Bem-vindo, Leonardo. Jorgenor Cavalcanti Pinto e Daniel Cobuci de  
31 Oliveira, Ministério da Saúde.

32  
33  
34 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Era  
35 bom que se identificassem as pessoas que estão sendo citadas, aqueles que  
36 estiverem presentes e para os colegas também poderem conhecer.

37  
38  
39 **A SRª. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (CONAMA/MMA)** – Rose  
40 Miriam Hoffman, do Ibama; Ivana de Siqueira, Ministério da Educação; Jane  
41 Fátima Fonteneles Santana, Ministério da Educação. Bem vinda, Jane. Leonardo  
42 Belvino Póvoa, Ministério da Justiça; Rodrigo Mercante, Ministério da Justiça,  
43 Jorgenor Cavalcante Pinto, Ministério da Saúde; Daniel Cobuci de Oliveira,  
44 Ministério da Saúde; Olavo de Andrade Lima Neto, Ministério das Cidades; Diana  
45 Meireles da Motta, Ministério das Cidades. Bem vinda, Diana. Clever Ubiratan

46 Teixeira de Almeida, Ministério das Cidades. Bem-vindo, Clever. Tomás de  
47 Toledo, Ministério de Minas e energia. Renato Lima Figueiredo Sampaio,  
48 Ministério de Minas e Energia. Francisco Fugita de Castro Melo, Ministério do  
49 Desenvolvimento Social e Agrário. Vitor Leal Santana, Ministério do  
50 Desenvolvimento Social e Agrário. Cláudio Diniz Pinheiro da Silva, Ministério do  
51 Esporte. Edson Duarte, Ministério do Meio Ambiente. Raquel de Oliveira Alves,  
52 Ministério do Planejamento e Desenvolvimento e Gestão. Bem-vinda, Raquel.  
53 Jeismar Rosa dos Santos, Ministério do Desenvolvimento e Planejamento e  
54 Gestão. Aline Figueiredo Freitas Pimenta, Ministérios dos Transportes, Portos e  
55 Aviação Civil. Rafaela Dias Pires, Ministério dos Transportes Portos e Aviação.  
56 Eduardo En Bernardi, Ministério dos Transportes Portos e Aviação Civil. José  
57 Ricardo de Freitas Martins da Silva, da Secretaria de Governo da Presidência da  
58 República. Clésio Sóscenes dos Santos Ledo, Secretaria de Governo, Presidência  
59 da República. Ricardo de Aquino Sales, Governo de São Paulo. Antônio Veloso  
60 Carneiro, Governo de São Paulo. Paulo Roberto Viana de Araújo, Governo do  
61 Acre. Carlos Antônio Moura Fé, Governo do Piauí. Marcelo Caetano Rosado Maia  
62 Batista, Anamma Nordeste. Abelardo Jurema Neto Anamma Nordeste. Mário Stela  
63 Casa Louzado, Anamma Norte. Sérgio Antônio Gonçalves, ABES. Bem-vindo,  
64 Sérgio. Obrigada.

65

66

67 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente) –**  
68 Obrigado. Prezados Conselheiros e Conselheiras, antes de mais nada quero  
69 deixá-los a par de um assunto muito importante, próximo dia 25 de novembro  
70 marcará para o Governo Federal o reforço da mobilização nacional para combate  
71 aos vetores que transmitem a dengue, Chikungunya, Zika, envolvendo diversos  
72 Ministérios e órgãos federais, estaduais, distritais e municipais, representantes das  
73 áreas de saúde, meio ambiente, cidades, defesa civil, dentre outras. A partir desta  
74 data serão intensificadas as campanhas e as videoconferências, coordenadas  
75 pelo Ministério da Saúde com os Estados e Municípios de maior risco e com mais  
76 registro de ocorrência. Conclamo os nossos colegas Conselheiros e Conselheiras,  
77 e as instituições que aqui representam, a participar desta mobilização para que  
78 possamos definitivamente erradicar essas doenças de nosso País. As medidas  
79 preventivas necessárias dependem de nossa ação, portanto, meu apelo é que nós  
80 devemos vamos participar. Tendo dado esse recado quero dizer-lhes que é com  
81 grande entusiasmo que compareço a mais esta reunião do Conama, a última de  
82 2016. Como todos sabemos, este ano foi marcado por mudanças no Governo  
83 Federal que resultaram na necessidade de adequações no calendário das  
84 reuniões deste Conselho. Isso não impediu que matérias importantes  
85 continuassem a ser analisadas pelas diferentes instâncias do Colegiado, com  
86 avanços e conquistas para implementação da Política Ambiental Brasileira, como  
87 combate ao desmatamento, o licenciamento ambiental, ações para implementação  
88 da Política Nacional de Resíduos Sólidos, proteção à biodiversidade e mudança  
89 do clima. Sobre a mudança do clima tivemos a grata satisfação de ver o acordo de  
90 Paris ser ratificado antecipadamente por 73 países, possibilitando sua entrada em  
91 vigor neste mês. Para essa ratificação os países responsáveis por 56% das

92 emissões globais de gases de efeito estufa, entregaram seus instrumentos de  
93 validação superando o mínimo necessário para o pacto mundial entrar em vigor.  
94 Isso mostra que a sociedade global está preocupada com a questão e engajada  
95 para que a mudança do clima não atinja níveis catastróficos como os prognósticos  
96 científicos indicam. O Brasil depositou um instrumento de ratificação em 21 de  
97 setembro na sede das Nações Unidas e saiu na frente na homologação do acordo,  
98 marcando a liderança do País na questão climática. Somos um Paris mega  
99 biodiverso e temos, portanto, um diferencial que precisamos aproveitar nessa  
100 nova economia. É evidente que esse meu pronunciamento foi feito ontem à noite,  
101 foi concluído ontem à noite, e a expectativa global era que o resultado das  
102 eleições dos Estados Unidos fosse diferente desse que hoje nos surpreendeu,  
103 portanto, fica uma grande incógnita agora, realmente, e hoje aqui nós não  
104 poderíamos de maneira nenhuma omitir essa preocupação, eu acho que não só  
105 nós brasileiros, nós que estamos sendo já vítimas um pouco, um pouco não, de  
106 forma até muito intensa, das mudanças climáticas e do aquecimento global, nós  
107 ficamos muito preocupados com aquilo que foi apresentado como programa de  
108 campanha do candidato eleito nos Estados Unidos, maior potência  
109 importantíssima nessa questão, portanto, sinceramente eu espero que ele faça  
110 como muito daqueles políticos que concorrem a cargos do Executivo e que depois  
111 de eleitos não cumpram suas promessas. Então, eu estou torcendo para que ele  
112 seja esse político que não cumpra as suas promessas, porque se ele for cumprir,  
113 realmente nós vamos ter problemas sérios globais. É uma preocupação que nós  
114 todos temos, eu quero dizer a vocês, assim, que eu quase não dormi e vi o  
115 discurso dele, o discursos da vitória onde ele já começou mudando um pouco,  
116 começou em um discursos de conciliação, elogiando a Hylari Clinton que ele  
117 queria até ontem prender, hoje ele já disse que ela teve um papel muito  
118 importante. Então, nós não sabemos, é uma incógnita e acredito mesmo que hoje  
119 em Marrakesh as pessoas devam estar muito tristes e muito preocupadas, porque  
120 isso é um elemento novo e incerto dentro dessa discussão. Nós estamos vivendo  
121 realmente um momento muito difícil, muito especial da nossa história recente. A  
122 maneira como o presidente eleito apresentou suas propostas e analisou, segundo  
123 seu entendimento, as mudanças climáticas é muito preocupante, é muito  
124 preocupante mesmo, e pior do que isso é que pode servir como referência para  
125 outros países onde não quero nem falar de ideologias, mas assim, onde o  
126 negativismo tem um espaço bastante grande na direita. Então, isso nos preocupa  
127 e é um elemento novo, um elemento surpresa que nós temos que aguardar para  
128 ver até que ponto vai. Eu até vou hoje à tarde ligar para o nosso pessoal lá, em  
129 Marrakesh, saber como está o clima, quais foram as declarações da delegação  
130 americana, como vai ser, se mudou alguma coisa. Bem, enfim, a COP 22 que foi  
131 iniciada agora ela terá como desafio regulamentar o acordo de Paris, que inclui a  
132 discussão sobre como será implementado, como serão implementados os  
133 compromissos nacionais até 2020. Nós aqui no Brasil estaremos trabalhando para  
134 evitar as possíveis consequências das mudanças climáticas como um  
135 agravamento da escassez de água, que é um problema sério que o Brasil está  
136 enfrentando hoje, que precisa ser encarado pelo conjunto da sociedade brasileira,  
137 nós hoje temos crise hídrica em quase todas as regiões, nós temos problema

138 sérios de abastecimento já em grandes cidades do Nordeste que não tínhamos  
139 tido até então, não há uma bacia, tirando as bacias do sul do País, que não  
140 estejam de uma forma maior ou menor comprometidas. Também cuidar para que  
141 um País como o nosso tenha todo o cuidado com o desmatamento, já que nós  
142 temos que usar a nossa biodiversidade a favor do diferencial numa economia de  
143 baixo carbono. Pois bem, eu na realidade tinha feito um discurso muito mais  
144 longo, mas sinceramente eu não me sinto muito à vontade para ficar falando hoje  
145 sobre esse discurso. Então, eu quero só dizer a vocês que tenho estado com  
146 membros aqui do Conama, temos conversado, ontem tive oportunidade de estar  
147 com as organizações da Sociedade Civil, as ONGs lá no meu gabinete, tenho  
148 conversado com quase todas as entidades, os Secretários de Estado de Meio  
149 Ambiente, nós temos conversado muito a Sueli tem coordenado aqui um processo  
150 de discussão sobre o licenciamento, eu já tive oportunidade de explicar até aqui,  
151 eu acho, mas porque nós assumimos o protagonismo nesse processo, porque se  
152 não assumíssemos uma hora dessa já teríamos uma emenda constitucional muito  
153 ruim para o País, foi uma maneira de nós deslocarmos o eixo da discussão do  
154 Congresso para outro foco, e com isso nós ganhamos tempo, mas segundo o meu  
155 entendimento já está demorando muito. É possível que não tenhamos condição de  
156 resistir, porque toda hora aparece uma pressão para que nós, para diminuir as  
157 proteções sobre a sustentabilidade, toda hora estão querendo flexibilizar, e isso é  
158 muito perigoso, mas o Congresso é o órgão legítimo para legislar e ele é que vai  
159 dizer a palavra final. Então, mas quero dizer que com minha presença aqui eu vim  
160 prestigiar o Conama, quero prestigiar, sempre prestigiei, acho que o Conama  
161 deveria cada vez mais ser o parlamento do meio ambiente, o parlamento da  
162 sustentabilidade, na minha gestão podem ficar seguros de que não haverá  
163 enfraquecimento das prerrogativas do Conama, ao contrário, nós vamos é colocar  
164 o Conama para ser mais forte, para ser mais ativo, para ser mais transparente,  
165 para ser mais participativo, para servir realmente como uma referência para os  
166 outros órgão do Sisnama. E espero realmente que essa reunião, nossa última do  
167 ano, possa dar segmento a todos os trabalhos que foram iniciados, e vocês  
168 podem contar com o Ministério do Meio Ambiente para fortalecer as nossas  
169 política e a maneira democrática como o Conama se posiciona a respeito dos  
170 diversos temas da nossa área. Então, tenham um bom trabalho e um bom dia a  
171 todos. Passo a palavra para o Marcelo ficar coordenando. (*Palmas!*).

172

173

174 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Bom dia a todos.  
175 Novos Conselheiros, sejam bem-vindos. Nós vamos passar para aprovação da ata  
176 da reunião a 122ª, já foi disponibilizada, não é Ana? No site. Então, se todos  
177 estiverem de acordo mantenha-se do jeito que estiver. Ata aprovada. Vou propor  
178 uma alteração da pauta, a tribuna livre estava marcada para agora, era o próximo  
179 item, vamos deixar ela para o final porque nos organizamos melhor com relação  
180 ao tempo e a ideia é que terminemos essa primeira parte do Conama ainda de  
181 manhã para deixar livre à tarde para o seminário de barragens que vai ocorrer a  
182 partir das 14h30.

183

184

185 **O SR. BRUNO LÚCIO SCALA MANZOLILLO (FBCN)** – Secretário, já faz algum  
186 tempo que reuniões preparatórias a Sociedade Civil no Conama, que representa a  
187 maioria das pessoas que fala durante a palavra livre, pediu e havia sido atendido,  
188 que o Ministro de Estado estivesse presente durante a palavra livre, porque a  
189 maioria das notícias são dirigidas a ele. O Ministro ainda está aqui, ainda não se  
190 retirou, se nós adiarmos jamais nós teremos no final do dia a presença do  
191 Ministro. Então, eu peço que não haja a inversão para que o Ministro possa ouvir,  
192 que eu acho que são documentos mais importantes da abertura, quando o  
193 Ministro dá o diapasão do que o Governo está fazendo e nós possamos responder  
194 o que nós estamos pensando. Obrigado,

195

196

197 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – O Ministro tinha uma  
198 audiência agora, mas ele vai permanecer conosco para ouvi-los. Conselheiro  
199 Bocuhy, por favor.

200

201

202 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Bom dia senhores  
203 Conselheiros. Bom dia senhor Ministro. Eu queria ocupar essa tribuna inicialmente  
204 para dizer da minha preocupação com relação à eleição dos Estados Unidos isso  
205 traz para nós um desafio e vai nos obrigar a fazer melhor a nossa lição de casa,  
206 porque se nós queremos contestar a política americana com relação ao clima nós  
207 vamos ter que fazer a nossa parte. Uma dessas partes das Emissões  
208 Nacionalmente Defendidas deve ser prioritariamente o Back Cable que é a  
209 questão do material particulado que não só é danoso para a questão climática,  
210 como também é danoso para a saúde pública. É nesse sentido que me dirijo ao  
211 senhor Ministro, não apenas para reivindicar novamente a atualização dos  
212 padrões de qualidade do ar no Brasil, que estão em desacordo com o melhor  
213 conhecimento científico, estamos aí com 26 anos de atraso na adoção dos  
214 padrões da OMS, e isso está sendo discutido no Conama e se pretende talvez  
215 para ano que vem chegar a uma conclusão a respeito disso, o que é mais  
216 importante para nós são prazos e metas porque, na verdade, a questão dos  
217 valores indicadores já são praticamente consenso, não só para o setor produtivo,  
218 para os ambientalistas, que entendem que a OMS ela é uma boa referência e  
219 devemos adotá-los. Porém, eu não posso deixar de tocar no assunto do material  
220 particulado de uma forma especial porque o que mais mata brasileiros hoje é o  
221 material particulado, é o particulado que hoje é emitido pelos veículos a diesel,  
222 países como Alemanha, países como o México adotaram tecnologias de filtragem  
223 com retrofit, que são filtros que se adaptam a esse tipo de veículos que estão em  
224 desconformidade com as emissões. Santiago do Chile também, São Paulo  
225 começa com essa adoção e o pessoal, inclusive, da Colômbia já adota o retrofit  
226 para eliminação do material particulado. Em função do material particulado ser o  
227 material mais agressivo e o que mais mata, o Brasil, considerando o atraso para  
228 adoção dos padrões, metas e políticas públicas para atingimento dessa qualidade  
229 do ar necessária à proteção da saúde humana, deve adotar uma medida

230 emergencial para eliminar o material particulado principalmente nas grandes  
231 cidades. A morbidade na cidade de São Paulo é de 5000 pessoas por ano, 5000  
232 cidadãos por ano, a mortalidade em Minas Gerais, Belo Horizonte, se não me  
233 engano são 1000 por ano, no Rio de Janeiro eu acho que são, não tenho dado do  
234 Rio de Janeiro, mas são 2000 ou 3000 pessoas por ano em função da poluição  
235 principalmente por material particulado. E isso ocorre no Brasil todo. Então, se faz  
236 necessário um enfrentamento hoje por parte do Governo desse malefício e dessa  
237 proteção da saúde pública. Nós entendemos em São Paulo, o grupo que trabalha  
238 conosco, não só os especialistas em saúde pública como também o pessoal da  
239 área jurídica, que nós não podemos mais esperar, que vai chegar o momento que  
240 se esgota a possibilidade de diálogo com o Governo e nós vamos ter que  
241 judicializar. A nossa intenção é não havendo uma solução para isso, até meados  
242 de abril nós devemos ingressar com uma ação judicial para obrigar o Governo,  
243 pela obrigação de fazer no sentido de tomar uma medida para eliminar o material  
244 particulado no Brasil. Então, eu queria dizer isso com muita clareza porque  
245 quando o tempo do diálogo se esgota, e estou fazendo esse discurso no Conama  
246 há 6 anos, falando da morbidade em São Paulo, chega a um ponto que nós vamos  
247 ter que ir para a barra dos tribunais. Então, gostaria de deixar essa questão muito  
248 clara, com muita sinceridade e expressando o nosso desejo sincero de que nós  
249 não tenhamos que suportar mais, isso aqui é um verdadeira guerra do Vietnã,  
250 morre mais paulista, mineiro, carioca do que morreram soldados americanos na  
251 guerra do Vietnã, para vocês terem uma ideia. Então, ou nós tomamos uma  
252 medida com relação a isso e resolvemos, ou nós vamos continuar nesse estado  
253 terceiro mundista sem nenhuma iniciativa e sem prioridade de agenda. Obrigado.

254  
255

256 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado,  
257 Conselheiro. Uma questão de ordem, nós temos 11 inscritos, vamos limitar o  
258 tempo para cada um 2 minutos porque o prazo inclusive já vai extrapolar o tempo  
259 que estava previamente estabelecido em pauta que era de 15 minutos.

260  
261

262 **O SR. SAINT CLAIR HONORATO SANTOS (Ministério Público)** – Bom dia a  
263 todas e todos. Bom dia, Senhor Ministro. Gostaria de parabeniza-lo pela assunção  
264 ao cargo e dizer que o Ministério Público está ombreado com o Ministério  
265 naquelas causas que nos forem comuns. Mais uma vez estamos vendo aí a  
266 tentativa de flexibilização do licenciamento ambiental sem antes nos ombrearmos  
267 aí também com o PROAM, dizer que Curitiba também sofre a questão da inversão  
268 térmica, só como exemplo nós temos uma praça lá que era fabulosa, vamos  
269 estabelecer um paralelo com a praça da República em São Paulo, e que virou um  
270 terminal de ônibus urbano, e lá nós temos uma escola, nós temos uma outra  
271 escola, há uma quadra de distância, temos um hospital e nós temos uma igreja  
272 junto com esse terminal de ônibus que se transformou num dos maiores pontos de  
273 poluição da cidade. Então, quando temos a inversão térmica entendemos bem as  
274 palavras do Conselheiros Bocuhy. Mas novamente vem aí o asfalto, novamente  
275 vem aí o agressão ao licenciamento ambiental, infelizmente o Conama não está

276 sendo consultado, ou não está sendo protagonista nessa discussão. Poderíamos  
277 aqui rediscutir esses textos, tentar encaminhar o melhor dentro dessa discussão  
278 porque temos aí, inclusive, discussões que não estão em pauta, mas que... A  
279 agricultura também que também é uma das fontes nossas de poluição, está sendo  
280 lá beneficiada. Nós estamos vendo as obras, as tão faladas obras de  
281 infraestruturas que todo Governo sempre se propõe quando assume a encadear, e  
282 nós vamos vendo que o licenciamento ambiental não está sendo bem cuidado  
283 nesse aspecto. Então, fica aqui a nossa manifestação. E dizer que o Ministério  
284 Público já também fez as suas reuniões, tenta encaminhar algumas coisas no  
285 Congresso, mas estamos perdendo novamente mais um espaço. Muito obrigado.

286  
287

288 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço,  
289 Saint Clair. Vamos passar a palavra ao Conselheiro Soares, da Furpa, por favor.

290  
291

292 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (Furpa)** – Bom dia Ministro e demais  
293 membros da mesa, companheiros e companheiras. Pois bem, nós gostaríamos de  
294 pedir ao Ministro, sabendo que quando ele foi em gestão passada, revitalizar a  
295 Secretaria de Recursos Hídricos, até porque na fala do Ministro nós tínhamos  
296 problema de escassez de água no País todo, e o Nordeste está passando a maior  
297 seca de sua história. Talvez com uma política de recursos hídricos bem  
298 organizada, Ministro, nós podemos minorar os problemas da seca no Nordeste. E  
299 também do problema de geração de energia que os lagos produtores de energia  
300 estão todos secos. Então, com a revitalização da Secretaria de Recursos Hídricos  
301 vamos trabalhar em áreas degradadas e despoluição dos nossos mananciais. E  
302 ao mesmo tempo, Senhor Ministro, a instalação de todos os Comitês de Bacias  
303 Hidrográficas, inclusive, do Rio Parnaíba, rio este que une o Estado do Piauí ao  
304 Maranhão. Que este Comitê da Bacia está praticamente há 15 anos aguardando  
305 uma solução, já esteve com a ANA, já esteve com a Codevasf, mas agora com a  
306 chegada do Ministro Sarney Filho, que é maranhense, que também precisa da  
307 Bacia do Rio Parnaíba, seu Estado é um dos grandes fornecedores de recursos  
308 hídricos, de água e de mananciais para o rio, com certeza nós vamos ter essa  
309 esperança recuperada e que esse Comitê de Bacia seja uma prioridade no seu  
310 Governo, para que nós piauienses, nós maranhenses que lá estamos sofrendo por  
311 falta de água consigamos solucionar o problema. E o outro seria a proposta da  
312 retomada do processo da criação do Parque da Serra Vermelha no Sul do Piauí,  
313 determinando ao novo presidente do Instituto Chico Mendes que ele retome o  
314 processo que lamentavelmente, por falecimento, já estava em andamento com o  
315 Rômulo Mello, que faleceu há 2 meses, isso seria importante. E esse caso da  
316 Serra Vermelha está superado o impasse que tinha, o Governador do Estado  
317 aceita a criação, por isso já está mais fácil o trabalho.

318  
319

320 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Só lembro o tempo,  
321 por favor. Mais 30 segundos.



322

323 **O SR. FRANCISCO RODRIGUES SOARES (FURPA)** – A outra seria o Ibama e o  
324 Ministério do Meio Ambiente desenvolvam um amplo processo de fiscalização  
325 para reduzir o desmatamento na Amazônia Legal e nos outros biomas brasileiros,  
326 uma vez que houve um aumento considerável em 2015, e agora o Ministro tem  
327 essa missão grande de fortalecer o processo de fiscalização para combater o  
328 desmatamento. Outro seria, principalmente, que levasse ao Presidente Temer  
329 vedar o artigo da Medida Provisória 735 que autoriza o uso de carvão vegetal para  
330 produção de energia elétrica. Muito obrigado.

331

332

333 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu agradeço,  
334 Soares, Vamos dar prosseguimento. Pois não, Ministro.

335

336

337 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Pediria  
338 licença. Bem, eu vou ter que me ausentar, eu viajo sexta-feira para Marrakesh, e  
339 quero aproveitar para responder, vou justamente agora no Palácio para saber  
340 como anda o meu pedido de veto a essa emenda que incentiva o carvão para  
341 geração de energia. Eu já fiz por escrito... (*Palmas!*)

342

343

344 **O SR. JOSÉ SARNEY FILHO (Ministro de Estado do Meio Ambiente)** – Esse  
345 pode formal, já falei com o presidente por telefone e agora eu vou no Palácio para  
346 ficar marcando mais de perto, porque eu soube que fretaram um avião, os  
347 produtores de carvão fretaram um avião de Santa Catarina e do Rio Grande do  
348 Sul, e vieram fazer pressão nesses últimos 2 dias. Mas eu tenho um compromisso  
349 no Governo de vedar e, evidentemente, espero que esse veto saia ainda antes da  
350 minha viagem, tenho certeza que isso ocorrerá. Mas do que ouvi aqui sobre  
351 licenciamento ambiental, eu já rapidamente na minha fala inicial eu falei os  
352 motivos pelos quais nós resolvemos assumir esse protagonismo e, inclusive, de  
353 certa forma invadindo uma competência aqui do Conama mas, era extremamente  
354 necessário, nós estávamos numa situação muito difícil, mas a partir de agora essa  
355 proposta que foi discutida, eu acho muitos aqui discutiram essa proposta, tiveram  
356 acesso, muitos aqui, mas não foi institucionalmente entregue ao Conama. Então,  
357 agora eu estava conversando com a Sueli, que foi quem coordenou todo esse  
358 processo, ela vai dar, ela vai a pedido meu mandar para cá a última versão, para a  
359 coordenação aqui do Conama, a Secretaria e a Secretaria vai distribuir para os  
360 delegados. Como eu acredito que nós perdemos o *time*, esse ano eu acho muito  
361 difícil que haja uma conclusão, e tenho muito medo, como já disse a vocês que o  
362 Congresso avance em alguma daquelas propostas que não são propostas  
363 técnicas muito bem estudadas e que poderiam abrir brecha para um retrocesso  
364 muito grande, nós vamos ficar acompanhando de agora em diante, vocês vão ter  
365 oportunidade de ficar acompanhando, cada Conselheiro vai ter uma cópia do que  
366 está sendo discutido, vai poder opinar, qualquer manifestação de caráter de  
367 representação vocês podem mandar diretamente para a Sueli, que ela já vai

368 coordenando isso aí. Então, nós já vamos ter tempo ainda de discutir, mas os  
369 motivos foram esses e acho que a lei do licenciamento está avançando, o espírito  
370 dela é muito importante, muito bom, ele vai, evidentemente, respeitar autonomia  
371 dos Estados, mas tem que tomar muito cuidado para que não possa permitir que  
372 haja uma guerra ambiental, como existe hoje uma guerra fiscal, porque senão vai  
373 ser muito ruim num momento de crise. Você pode pegar um governador, não sei,  
374 estou falando hipoteticamente, que não tenha compromisso nenhum e dizer: “olha,  
375 aqui no meu Estado pode vir que está liberado, o que vocês quiserem fazer”.  
376 Então, nós não podemos nem por hipótese permitir que esse tipo de coisa ocorra,  
377 porque nós temos tentado acabar com a guerra fiscal dos Estados há tantos anos  
378 e não consegue, se deixar essa brecha nós vamos ter seguramente uma guerra  
379 ambiental que é muito ruim, vai ser uma guerra atrás de quem protege menos,  
380 para atrair mais os maus empresários, porque aqueles que se aproveitam disso  
381 realmente não querem saber de uma empresa sustentável, querem saber do lucro  
382 rápido e imediato. Então, essa é uma preocupação que nós temos e que já foi  
383 expressa para os representantes dos Estados, para os representantes dos  
384 Municípios e acho que hoje há uma compreensão maior dessa desse tipo de,  
385 digamos assim, balizamento para que não haja, não tenha possibilidade de haver  
386 essa guerra ambiental. Também quero dizer que na questão das emissões de  
387 material particulado nós estamos à disposição, todo apoio do Ministério e do  
388 Ibama está disponibilizado para que nós possamos avançar nessa questão no  
389 Conama, que acho realmente uma questão extremamente relevante. No que diz  
390 respeito ao Comitê de Bacia do Parnaíba, do Rio Parnaíba, nós estamos já  
391 tratando disso, eu acho importante, o Rio Parnaíba também está sofrendo, não só  
392 o São Francisco no semiárido. Eu quando fui Ministro a primeira vez criei o Parque  
393 das Nascentes do Parnaíba já pensando em proteger, temos conseguido porque a  
394 pressão da soja é muito grande, também dentro disso nós estamos envidando  
395 esforços para que até março nós possamos colocar em tempo real o  
396 desmatamento do cerrado e com esse instrumento nós poderemos estender  
397 algumas ações importantes que aconteceram na Amazônia e que contribuíram  
398 para diminuir ritmo do desmatamento, como, por exemplo, a moratória da soja na  
399 Amazônia, eu já tive conversando com empresários, com as entidades da  
400 Sociedade Civil que promoveram aquele acordo que foi altamente positivo. Então,  
401 estamos tentando estender a moratória da soja para o cerrado e o fato de  
402 colocarmos em tempo real o desmatamento é um avanço importante porque vai  
403 dar um instrumento necessário para que as grandes empresas, os grandes  
404 importadores de soja possam saber se essa soja é de origem de desmatamento  
405 ilegal ou de origem legal. Então, esse um dos pontos que nós vamos... Estamos  
406 dando em cima, nós não podemos, o desmatamento do ano retrasado para o ano  
407 passado aumentou, do ano passado para esse ano aumentou, pelos dados que  
408 nós temos e nos meses de julho, agosto, setembro e outubro tudo indica que  
409 tenha aumentado também, e isso, na minha gestão não se vai escamotear dados,  
410 os dados são postos imediatamente, oficializou, colocou na Internet, inclusive,  
411 estou numa discussão com o INPI agora, tive uma discussão preliminar com o  
412 Ibama que tinha um entendimento de que não se deveria colocar em tempo real o  
413 desmatamento na Amazônia e isso já foi superado, hoje todo o Ministério, Ibama,

414 ICMBio, todas as Secretarias do nosso Ministério concordam que é importante que  
415 nós coloquemos em tempo real o desmatamento, que a sociedade possa  
416 acompanhar, possa se ter um controle social do desmatamento. Então, agora o  
417 INPE que é órgão que nos fornece esses dados está criando problema, porque ele  
418 acha que fornecer esses dados podem ser passíveis, são dados brutos e podem  
419 ser passíveis de uma interpretação diferente das deles, estamos exatamente  
420 nessa discussão. Eu defendo que basta que coloque, olha, esses dados que estão  
421 disponibilizados são dados brutos passíveis de uma análise diferente. Então, eu  
422 acho que isso aí supre, mas é coisa de cientista, isso nós temos que respeitar,  
423 mas nós vamos convencê-los, tenho certeza, de que o melhor é que coloque isso,  
424 o do cerrado vai estar em tempo real, então, uma série de providências. E acho  
425 que o fato do desmatamento ter aumentado nesses últimos anos se deu por causa  
426 da crise da crise da recessão, da falta de uma clareza sobre o comando político,  
427 também reflexo da mudança do Código Florestal, a sinalização da mudança do  
428 Código Florestal foi muito nociva porque deu a impressão para as pessoas que  
429 elas poderiam entrar na ilegalidade que a qualquer momento se faz uma lei para  
430 tornar legal aquilo que foi ilegal, anistiar aquilo que foi mudado por crime, anistiar o  
431 crime. Então, isso é uma coisa que nós temos que ter todo cuidado, estamos  
432 tomando, hoje está recomposto todo o orçamento do Ibama, todo o orçamento na  
433 parte de fiscalização e com melhoras ainda. Então, tenho certeza de que a partir  
434 de novembro o desmatamento vai voltar a diminuir, tenho absoluta certeza disso.  
435 Agora, também tenho absoluta certeza de que só comando e controle que é o  
436 instrumento que nós estamos usando para conter o ritmo do desmatamento, ele  
437 não vai acabar com o problema, ele chegou inclusive, eu acho que no seu limite,  
438 nós temos que ter instrumentos alternativos econômicos e é isso que vai se buscar  
439 ou pelo menos que seria buscar nesses acordos internacionais para que  
440 possamos... RED +, manejo, enfim, instrumentos econômicos que possam garantir  
441 que o bem ambiental tenha valor e com isso as pessoas poderem ter sua renda e  
442 seu emprego, e terem melhorado a sua qualidade de vida, porque não se pode  
443 falar, como tenho dito sempre, em meio ambiente sem falar em combate à  
444 pobreza, sem falar em desenvolvimento sustentável. Então, eu acho que essas  
445 providências estão sendo tomadas, o Conama, como já disse, tem um papel  
446 importante e eu vou ouvir e nós vamos ouvir muito o Conama e acho que a nossa  
447 relação é uma relação de parceria, não é uma relação de conflito, não é uma  
448 relação de perguntas e respostas, não é uma relação assim de pedidos e  
449 atendimento, é uma relação de construção de um agenda comum da sociedade  
450 brasileira que nós estamos dispostos a coordenar. Então, gente eu tenho que ir,  
451 peço desculpas aos outros oradores, mas aqui está o Ministério, ontem mesmo à  
452 noite eu saí dizendo o Ministro vai, mas o Ministério fica, então, eu digo a mesma  
453 coisa, o Ministro vai, mas o Ministério fica e está ouvindo vocês, e na medida do  
454 possível nós vamos dar as respostas que a sociedade espera. Obrigada a vocês,  
455 mais uma vez. Bom trabalho. *(Palmas!)*.

456

457

458 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos dar  
459 continuidade, Conselheira Lisiane, da Mira Serra.

460

461 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Bom dia. Estou novamente  
462 aqui para falar de duas coisas, primeiro da interminável solicitação da  
463 implementação da Lei da Mata Atlântica, mas mudando um pouquinho de assunto  
464 também lembrar aos novos componentes sobre a Resolução Conama 457/2013,  
465 em junho ela completou 3 anos que não está sendo adotada, ela já foi a única  
466 Resolução que me lembre teve aprovação por unanimidade do Conama, então ela  
467 trata sobre filtros... Vamos lá de novo. Venho pedir realmente uma observação  
468 maior sobre a efetividade da Resolução 457, está parada por causa do Ministério  
469 do Meio Ambiente, da 457/2013, ela trata sobre filtros para que o animal silvestre  
470 seja encaminhado para um destino que não está contemplado no Decreto. Então,  
471 ele é quase uma “regulamentação” do Decreto, da lei de crimes ambientais, isso  
472 tem uma consequência direta na fiscalização dos animais silvestres apreendidos e  
473 aqueles encaminhados pela população aos órgãos ambientais. E ela está parada  
474 no Ministério por não estar sendo adotado o que já contempla a Resolução. Então,  
475 peço encarecidamente porque o Brasil todo está parado por não conseguir pegar  
476 animal silvestre em cativeiro. Eu mesma como prefeitura tenho problemas, porque  
477 se o animal comprometido não temos para onde destinar, e se ele não tiver  
478 comprometido e não puder ser readaptado logo em seguida, ser liberado ele  
479 também não tem lugar para ficar. Obrigada.

480

481

482 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço.  
483 Vamos verificar, já falei com a Ana aqui, vamos verificar onde está parado no  
484 Ministério e dar uma informação. Aliás, a proposta com relação à informação  
485 combinei com o Ministro Sarney que tão logo ele tenha a informação do presidente  
486 Temer vamos passar aqui para vocês com relação ao veto da questão do carvão.  
487 Conselheira Ivaneide, da Kanindé.

488

489

490 **A SR<sup>a</sup>. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO (KANINDÉ)** – Bom dia a todas  
491 Conselheiras e Conselheiros, será que tem licença ambiental para poluição sonora  
492 com essa obra aí? Mas é aproveitando, como possivelmente essa deve ser a  
493 minha última participação aqui no Conama, é verdade, porque nós da Kanindé  
494 decidimos que nós não iremos concorrer ao Conama por não concordar com uma  
495 série de coisas que estão acontecendo na área ambiental neste País. Então,  
496 tomamos esta posição. Agora, eu quero aproveitar, pena que o Ministro saiu, para  
497 dizer que já há uma guerra ambiental, e nessa guerra ambiental que está  
498 acontecendo no País que está morrendo são os extrativistas, os ribeirinhos, os  
499 indígenas, os pequenos trabalhadores e o meio ambiente, ele está morrendo, e se  
500 nós, se essa casa aqui que se propõe a fazer Resoluções, discutir leis, não fizer  
501 nada para mudar o que está acontecendo certamente mais gente vai morrer e pior  
502 ficará a situação no País na questão ambiental. E aí ledo engano do povo da área  
503 econômica que acha que não atinge a economia do País, eles são muito mais  
504 atingidos do que os outros porque provavelmente vão ficar sem água, vão gastar  
505 mais dinheiro para conseguir recuperar o solo, para poder plantar, então eu acho

506 que precisa ter um alerta sobre essa situação. A outra questão é que o  
507 desmatamento na Amazônia avança, em Rondônia a situação é caótica,  
508 precisamos que o Ibama aja principalmente na questão das unidades de  
509 conservação e nas terras indígenas. Nós precisamos de apoio imediato do Ibama,  
510 da Polícia Federal, do Ministério Público, com ação de controle sim porque lá é um  
511 total descontrole, me desculpem, nós precisamos inclusive que o Ministério do  
512 Meio Ambiente e que o Ibama, o ICMBio, a Funai atuem junto ao Judiciário porque  
513 o que ocorre nesse País é que são feitas as prisões, são feitas as apreensões e o  
514 Judiciário libera para o invasor, para o grileiro que desmata e tem o privilégio de  
515 ganhar com desmatamento os bens que a própria lei disse que tem impedimento.  
516 Nós estamos fazendo um dossiê sobre o que está acontecendo em Rondônia,  
517 fizemos um sobrevoo e é caótica a situação de desmatamento em unidade de  
518 conservação, que é uma obrigação do Ministério do Meio Ambiente, promover  
519 também discussão sobre audiências públicas, é vergonhosa a discussão sobre  
520 audiência pública sobre o aumento da cota da hidrelétrica do madeira, de Santo  
521 Antônio. A Sociedade Civil disse não, mas houve uma manobra para depois  
522 aprovar em audiência pública em cima da hora, sem a mobilização. Nós não  
523 podemos permitir que se continue esse tipo de audiência pública no País, isso é  
524 uma vergonha para todos os órgãos públicos, é uma vergonha para quem tenta  
525 mudar esse País. A outra coisa é que eu gostaria que o Ministério do Meio  
526 Ambiente também atentasse para a questão de sobreposição de terras indígenas  
527 com unidade de conservação, essa sobre posição só tem gerado é o caos porque  
528 é terra de ninguém, porque como dois órgãos teoricamente mandam, mas  
529 ninguém se entende, o que ocorre é que essas unidades estão fragilizadas. Então,  
530 precisa que o ICMBio sente com o Funai, sente com os povos indígenas para  
531 tentar solucionar esse problema, esse problema voltou na Pngati, está lá, não  
532 deveria ter passado porque foi uma discussão que passou por todas as  
533 conferências e os indígenas disseram não, no entanto, publicaram a lei com a  
534 sobreposição. Se mantém, por favor, nós precisamos resolver esse problema  
535 como faz a gestão nessas unidades. E peço novamente, por favor, fiscalizem,  
536 ajam com as ações de controle porque elas não estão acontecendo. Muito  
537 obrigada a todos.

538

539

540 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA) – Agradeço. Doutora**  
541 **Sueli.**

542

543

544 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama) –** Queira só colocar em relação à  
545 fiscalização na Amazônia, logo que nós assumimos, a equipe assumiu o Ministério  
546 e as autarquias vinculadas realmente estávamos com uma série... Encontramos  
547 os órgãos com um corte de recursos muito grande e a primeira medida que  
548 fizemos foi restabelecer o que estava contingenciado, e foi o Doutor Marcelo que  
549 tem todo o mérito de ter conseguido descontingenciar o nosso recurso, depois nós  
550 fomos atrás da questão dos recursos do Fundo Amazônia específico para  
551 fiscalização, já na minha gestão do Ibama apresentamos dois projetos no Fundo

552 Amazônia, o primeiro nós já conseguimos, foi assinado na semana passada, são  
553 recursos para garantir os nossos dois principais contratos na área de fiscalização  
554 na Amazônia por helicóptero e veículo de terra. Esse dinheiro já entrou uma parte,  
555 nós estamos hoje, nessa semana a nossa força completa, 100% dos homens de  
556 campo em campo, hoje tenho mais de 150 homens na Amazônia em atividade de  
557 pé no chão, de peito aberto em cima de desmatamento. Eu vou conversar com o  
558 superintendente de Rondônia para ver o que está planejado em termos  
559 específicos do Estado, mas hoje estou com a força total do Ibama de campo em  
560 campo, todo na Amazônia. Nós estamos fazendo outras operações com a  
561 Superintendência, teve uma grande no Rio Grande do Sul na área de campo, nós  
562 não estamos descuidando dos outros biomas, mas a força que é direcionada para  
563 a Amazônia atualmente hoje está 100% atuando. A partir de uma série de  
564 esforços do Ministério, do próprio Ibama em relação à questão dos recursos. Em  
565 relação às hidrelétricas do Madeira eu acompanhei bastante de perto essa  
566 questão, nós tentamos realizar duas audiências públicas e eu negociei com o  
567 MAAB antes da realização das audiências públicas eu passei uma manhã inteira  
568 conversando por videoconferência com o pessoal do Movimento dos Atingidos por  
569 Barragem para tentar viabilizar as audiências públicas, porque eu entendo que se  
570 há questionamento sobre o altamente das barragens, isso tem que ser levado às  
571 próprias audiências públicas que estavam sendo programadas. Nós tivemos  
572 problemas, duas audiências públicas do Ibama não conseguiram ser realizadas,  
573 não, elas não ocorreram no final, começaram e tiveram... A população... Mas você  
574 não seguiu o rito completo, eu assisti, eu acompanhei de perto pessoalmente essa  
575 questão, as audiências não conseguiram ser completadas quando começa até um  
576 ponto que coloca a equipe em risco nós temos que cancelar a audiência e foi isso  
577 que aconteceu. Nós não estamos hora nenhuma falando que vai sair licença ou  
578 não vai sair licença, só que a audiência tem que ocorrer, esse processo do  
579 alteamento envolve outros órgãos, não envolve só Ibama, envolve ICMBio, isso  
580 está correndo e está sendo debatido, hora nenhuma dissemos vamos dar a  
581 licença, o que tem que se fazer é uma processo, seguir todo um processo legal  
582 para emissão do sim ou não a essa licença e é isso que órgão está levando  
583 adiante. Nós vamos continuar tocando esse processo e para dar a palavra final  
584 depois que todos os órgãos e todo mundo que tiver se manifestado, se manifeste.

585

586

587 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Só dar um  
588 informação, essa recomposição orçamentária que a Sueli se referiu também está  
589 acontecendo no ICMBio, então, reflete nas unidades de conservação. Vamos dar  
590 prosseguimento, Conselheiro Tadeu, Sócios da Natureza.

591

592

593 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Bom dia a todos. Eu acho  
594 que vale a pena fazer um registro da fala do Ministro, da forma gratificante e  
595 grandiosa como ele falou, ele como Ministro de Estado, sobre essa possível e  
596 preeminente onda avassaladora contra as mudanças climáticas vindo de quem foi  
597 eleito como o homem mais poderoso do mundo. Eu achei muito corajosa a

598 manifestação do Ministro e também fiquei gratificado a hora que ele comentou  
599 sobre a avalanche de donos de minas que vieram de Santa Catarina e Rio Grande  
600 do Sul para tentar junto ao Governo Temer uma liberação e incentivo, tudo que já  
601 estão ganhando a favor da queima de combustíveis fósseis. Por último eu peço  
602 encarecidamente que os Conselheiros permitam que na continuação a mesa peça  
603 o regime de urgência para uma moção que nós estamos apresentando em favor  
604 da reciclagem de qualquer produto no País devido a questão da grande  
605 quantidade de lixo nas nossas vidas, dia-a-dia, e contaminando vários  
606 ecossistemas em todos os biomas brasileiros. É isso.

607

608

609 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado Tadêu.  
610 Conselheiro Eugênio, Governo da Bahia e presidente da Abema.

611

612

613 **O SR. EUGÊNIO SPENGLER (Abema)** – Bom dia Dr. Marcelo, Dra. Sueli, Ana.  
614 Bom dia Conselheiros e Conselheiras, é uma satisfação, obrigado pelo espaço  
615 aqui. Eu gostei de ouvir o que o Ministro falou hoje, da necessidade de nós  
616 discutirmos e respeitarmos a questão da autonomia dos Estados em relação ao  
617 licenciamento ambiental daquilo que é competência originária dos Estados, assim  
618 como também é competência originária dos Municípios, assim como entendemos  
619 que o Governo Federal tem que ter e tem que ser respeitada a competência para  
620 aquilo que é competência originária do órgão federal para licenciamento  
621 ambiental. Eu não vou abordar aqui nessa tribuna hoje a questão do  
622 licenciamento, o posicionamento da Abema é bem conhecido de todos, inclusive  
623 por escrito em relação ao que vem ocorrendo. Só queria dizer que eu fico muito  
624 feliz com a decisão do Ministro de voltar ao tema do licenciamento para o  
625 Conama, essa sempre foi a proposta da Abema desde que nós propusemos ao  
626 Ministério do Meio Ambiente a discussão desse tema e esse é o Fórum importante  
627 de discussão, sem desconhecer e sem desconsiderar que o Legislativo tem a  
628 preponderância e obrigação de aprovar e votar uma lei geral, mas a discussão  
629 aqui poderá inclusive contribuir e fortalecer um projeto de lei que atenda toda a  
630 sociedade em relação ao tema. Mas eu quero trazer, Dra. Sueli e Dr. Marcelo, dois  
631 outros temas que eu gostaria de pautar, que a Abema tem interesse e parece que  
632 é de comum acordo com a Anamma, pelo menos as conversas que nós temos tido  
633 com o presidente, com o Rogério, presidente da Anamma é o seguinte, uma é o  
634 financiamento, nós estamos falando de uma lei geral de licenciamento, nós  
635 estamos falando de implementação de política do clima, nós estamos falando de  
636 uma série de atribuições, descentralização do gestão florestal em 2006,  
637 descentralização da gestão da fauna a partir da Lei Complementar 140, outras  
638 atribuições que vêm para Estados e Municípios, e nós estamos falando e ouvimos,  
639 concordamos com isso, defendemos isso e trabalhamos para isso como gestores  
640 da necessidade de fortalecer os órgãos responsáveis pela gestão ambiental. Só  
641 que não se faz isso sem dinheiro e nós nunca discutimos efetivamente no âmbito  
642 da agenda nacional, nem nesse espaço Conama, nem nenhum espaço uma  
643 política permanente de financiamento do Sistema Nacional do Meio Ambiente. E

644 nós temos legislação que aponta para isso, por exemplo, a CIDE, além de  
645 combustível, a lei do impostos sobre combustíveis remete da própria lei a  
646 aplicação de parte desse recurso para meio ambiente e nós não estamos vendo  
647 esse dinheiro, eu sei que esse não é um problema só relacionado ao Governo  
648 Federal, Dr. Marcelo, envolve os Governos Estaduais e também os Governos  
649 Municipais, mas nós precisamos, não adianta falar em fortalecimento, em  
650 modernização e desenvolvimento disso e daquilo se não tivermos estrutura e  
651 capacidade para atender. Segundo tema que eu quero trazer é um tema tão velho  
652 quanto ou tão antigo, ou tão atual quanto é atual o Sistema Nacional do Meio  
653 Ambiente, que é o desenvolvimento do Sistema Nacional de Informações  
654 Ambientais. Sinima parece que virou palavrão porque ninguém mais fala e  
655 ninguém encara esse debate, e é num momento que nós vivemos no mundo da  
656 informação rápida, não temos uma plataforma única com as informações  
657 referentes às características de biodiversidade, de solo, de clima para que todos  
658 os entes responsáveis pela gestão, para que toda Sociedade Civil, setor  
659 empresarial, olhe os locais na mesma base de dados, é trabalhar com uma  
660 ferramenta da idade média quase. Nós temos uma série de estudos, nós temos  
661 muito levantamentos, muitos diagnósticos, mas isso não está georreferenciado e  
662 isso não está especializado, o que enfraquece todas as tomadas de decisão  
663 desde o licenciamento, a partir do licenciamento, fiscalização, o planejamento  
664 territorial, a integração das políticas públicas. Teve um pessoal aqui que eu não  
665 sei de onde é, entrevistou vários Conselheiros, fui entrevistado não sei o tema era  
666 mesmo, sobre transversalidade, falar em transversalidade sem trabalhar uma base  
667 de informações mínimas que nos permita uma análise a partir mesmo ponto de  
668 partida é simplesmente fazer de conta que nós temos capacidade de fazer gestão  
669 ambiental com eficiência nesse País. Não dá para entender como em qualquer  
670 Estado o Ibama vai licenciar, uma base de dados diferente daquela que o órgão  
671 estadual ou o órgão municipal de meio ambiente licencia, não dá para entender  
672 como se toma uma decisão que dizemos que é segura. Então, discutir o  
673 licenciamento é importante, nós entendemos que ele tem que ser modernizado,  
674 ele tem que ser fortalecido, mas não adianta só ter uma lei geral, não adianta só  
675 alterar a 01 ou a 237 se os outros instrumentos previstos na lei que são essenciais  
676 para a qualidade da tomada de decisão também não forem implantados no Brasil.  
677 Obrigado. (*Palmas!*).

678

679

680 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Agradeço, Eugênio e  
681 quero dizer que nós comungamos da mesma ideia, isso inclusive está no portfólio  
682 prioritário do Ministério, não é Sueli? Para tentarmos, concordo plenamente com  
683 você, não dá para falar em política sem uma plataforma única de informação. Isso  
684 que temos que buscar. Conselheira ou Conselheiro? Conselheiro Manara,  
685 Sodemap, por favor.

686

687

688 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Bom dia a todos. Bom dia à  
689 mesa. Antes só reforçar duas questões trazidas pelos colegas, a primeira a



690 questão importantíssima da discussão e definição dos prazos, dos padrões e  
691 poluição do ar, sem prazos toda discussão dos parâmetros se torna inócua, não  
692 traz a efetividade que a situação requer. A segunda questão preliminar sobre a  
693 proposta do licenciamento, a revisão do licenciamento ambiental do País. Só para  
694 destacar um ponto que o próprio Ministro já apontou como preocupação dentre  
695 tantos outros temores que a minuta em curso traz, terríveis retrocessos, mas só  
696 para se fixar no ponto destacado pelo Ministro de que há sim já na minuta  
697 verdadeiros momentos de guerras ambientais, não só nos Estados, mas entre  
698 Municípios, porque alguns dos parâmetro e das posturas lá estabelecidas  
699 remetem ao módulo fiscal dos Municípios. Então, também essa guerra já está  
700 registrada lá, pelo menos na minuta que se tem. Eu trouxe aqui, trouxemos um  
701 requerimento de regime de urgência para convocação de uma reunião  
702 extraordinária, o requerimento já está em posse da Dra. Ana, foi entregue com as  
703 assinaturas devidas para que nós tenhamos e eu estou reiterando aqui, isso aqui  
704 já discutimos aqui nesse púlpito, a necessidade de preencher uma lacuna  
705 vergonhosa do Conama frente à crise de Mariana. Passou um ano que nós  
706 reivindicamos aqui a abertura da pauta exclusiva, numa reunião extraordinária,  
707 devido, aqui não requer se justificar o porquê de que o Conama deve discutir, isso  
708 mas eu gostaria de trazer alguns números que evidenciam não só a necessidade,  
709 mas também a urgência dessa discussão, porque em simples consulta aos altos  
710 de infração disponíveis no site do Ibama verificamos que no dia 1º de novembro,  
711 há 9 dias, 8 dias atrás foram lavrados 4 autos de infração e multa para temas  
712 gravíssimos de omissões, de não cumprimento de medidas pela Samarco, enfim,  
713 de situações que apontam gravíssimos riscos ainda presentes e agravados, aí o  
714 regime de urgência para discutirmos isso aqui em razão do período, da entrada do  
715 período das águas. Então, são situações que demonstram que o tema além de  
716 sua importância a gravidade e a urgência que nós nos deparamos ao analisar os  
717 documentos existentes, já dão prova cabal de que o Conama não pode continuar  
718 com uma postura omissa e constrangedora com relação ao maior evento de crise  
719 de degradação socioambiental da história do País. Então, trouxemos aqui esse  
720 requerimento, gostaríamos que os Conselheiros nos apoiassem nessa demanda  
721 para que tenhamos um momento de discussão com os atores que lá estão  
722 desenvolvendo esses trabalhos. O Ministério Público Estadual de Minas Gerais  
723 tem 16 ações já empreendidas sobre a crise, o Comitê Interfederativo tem 28  
724 deliberações, dessas 28 deliberações somente 12 foram respondidas pela  
725 Samarco, e das 28 a maior parte dessas deliberações foram apresentadas no  
726 último trimestre, portanto, ainda sem resposta. Também sem respostas estão os  
727 13, dos 13 autos de infração, conforme eu comentei, 6 são de outubro e novembro  
728 agora, quer dizer, que demonstram que desconformidade estão ocorrendo e estão  
729 se perpetuando. Então, só concluir gostaria que todos apoiassem essa iniciativa,  
730 principalmente a mesa na condução, e esse assunto estou me antecipando, vai  
731 ser discutido no item VI da pauta, mas eu gostaria de colocar alguns desses  
732 números e a justificativa pelo pedido de urgência e pela reunião extraordinária.  
733 Obrigado.  
734  
735

736 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – No item 6 nós vamos  
737 discutir e colocar em votação o requerimento de urgência. Lembrando apenas que  
738 à tarde teremos o seminário específico sobre barragens, obviamente vinculado às  
739 ações de Mariana e que a Dra. Sueli pode dar algumas respostas das  
740 ponderações levantadas pelo Conselheiro Manara. Polignano.

741

742

743 **O SR. MARCUS VINÍCIUS POLIGNANO (Instituto Guaicuy Sos Rio das**  
744 **Velhas)** – Bom dia a todos e a todas. Marcus Vinícius Polignano, Instituto  
745 Guaicuy, representante nacional e da Região Sudeste. Quero aqui respaldar  
746 inicialmente a fala do colega sobre a questão do Rio Doce, sou de Minas, temos  
747 um projeto que vimos acompanhando os desdobramentos desse fato e quero dizer  
748 que depois de 365 dias fica a sensação da impunidade, do nada feito e de um rio  
749 morto. É inconcebível que um crime ambiental dessa dimensão seja tratado de  
750 uma forma absurdamente negligente. Me permita até pegar aqui o relatório técnico  
751 que o próprio Ibama fez aqui, até depois acho que isso vai estar disponível, queria  
752 ler para vocês, que de uma forma geral observou-se que a maior parte das  
753 recomendações feitas anteriormente não são plenamente cumpridas pela  
754 empresa. O alto número de locais que necessitam de ações ainda sem nenhuma  
755 intervenção de conservação do solo, 71%, de drenagem 62% e contenção 53%, é  
756 preocupante, tais intervenções são essenciais para contenção de sedimento e  
757 para impedir o carreamento de rejeitos para os corpos hídricos. O reflexo de falta  
758 de ações suficientes é claramente observada na alta quantidade de pontos com  
759 processos erosivos. Foram constatados processos erosivos em 92% dos locais  
760 visitados. E por aí vai, é inadmissível que a empresa que provocou o crime seja a  
761 gestora do processo de recuperação ambiental, isso é inconcebível, por que?  
762 Porque ela está fazendo o que lhe interessa, na medida do que interessa, e não  
763 aquilo que precisa ser feito. Não adianta fazer um projeto ou um acordo de 15  
764 anos para 1 bilhão por mês ou um bilhão por ano, quando você tem que aplicar  
765 dez bilhões de uma vez, isso não é brincadeira, gente, nós estamos falando de  
766 uma bacia, é porque ninguém vive lá e não sabe a dimensão do que é, ninguém  
767 usa a água hoje no Rio Doce para consumir, as cidades como Governador  
768 Valadares, cidades grandes não consomem a água do Rio Doce porque água  
769 essa água está contaminada, inclusive por metais pesados, porque o sedimento  
770 está lá e à medida que limpa leva esse sedimento para dentro do curso d'água.  
771 Todas as atividades econômicas dos pequenos proprietários está impedida porque  
772 não sociedade se dar água para o gado. Eu quero ver quem do Conama aqui vai  
773 para a Rio Doce beber água do Rio Doce, isso é muito sério e nós fingimos que  
774 não é conosco. Nós fingimos que isso não diz do nosso mundo, tudo bem nós  
775 temos que preocupar o Trump lá, mas e a nossa tropa aqui? Como vamos dar  
776 conta dos nossos problemas? Então, eu quero aqui publicamente, porque fizemos  
777 manifestação, todo mundo viu na imprensa o que tem sido gerado, foram 19  
778 mortos, 15 eram funcionário da Samarco, de terceirizadas que estavam lá. Então,  
779 eu quero dizer que a empresa não faz favor, quando falamos em responsabilidade  
780 ambiental diz da responsabilidade de cada um tem que ter no nosso dia-a-dia, se  
781 você bater um carro você não tem responsabilidade de reparar o dano? E o

782 proprietário não quer saber se vai dividir isso em 20 anos, ele quer o reparamento  
783 do dano imediato, agora, sacrificar uma bacia hidrográfica, matar uma população,  
784 isso é possível, não é? Então, agora implantando um Dique chamado S4 para  
785 acabar de enterrar Bento Rodrigues para que ele suma do mapa, e ela não conste  
786 mais no mapa sequer da cidade. Sobre o argumento que está se protegendo a  
787 lama de lá, mas na verdade o que se quer é garantir as condições mínimas para  
788 voltar a operar aquela mineradora. Isso é muito sério, só em Minas Gerais, gente,  
789 tem 40 projetos iguais aqueles de barragem a montante que estão lá para serem  
790 aprovados. Então, isso diz que nós temos que rever os processos, temos que  
791 rever procedimentos, temos que aprender com Mariana, Mariana não pode ser  
792 simplesmente a lamentação coletiva, primeiro que nós temos o dever de recuperar  
793 aquela bacia e nós não temos ainda um plano de recuperação global da bacia, o  
794 nosso paciente está na UTI, o nosso paciente precisa de tratamento intensivo,  
795 imediato e simultâneo, mas eu quero reforçar isso e colocar o que Manara  
796 colocou, nós precisamos trazer para o Conama porque essa lama de Mariana não  
797 é só de Mariana, é do Rio Doce, é do Brasil, é do Conama e nós temos que pisar  
798 o pé nessa lama para que possamos rever procedimento e processo. Só  
799 reforçando uma outra questão, a questão do licenciamento ambiental, li o projeto,  
800 as entidades receberam ontem esse processo, esse processo já foi grande parte  
801 dele, na verdade, é um produto ainda grande parte da Abema que já foi discutido,  
802 inclusive, aqui dentro do Conama e nós queremos efetivamente solicitar aqui da  
803 Sueli e evidentemente do Ministro, que possamos também dar as nossas  
804 contribuições formais ao processo, marcar uma agenda para que as entidades  
805 possam colocar, porque inclusive no GT que fizemos algumas coisas já tinham  
806 sido avançadas em relação ao que está aí, e como ele falou, a questão da guerra  
807 ambiental do jeito que o projeto está é uma questão que se avizinha e não nos  
808 interessa caminhar nessa direção. Obrigado.

809  
810

811 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu agradeço,  
812 Polignano, e apenas reafirmando o que o Ministro te falou ontem na reunião que  
813 tivemos, que vocês vão efetivamente participar, a Sueli leu já foi instada, já está  
814 fazendo isso com várias outras entidades. Agradecemos. Ver se consigo falar,  
815 Conselheiro Boisbaudran, da SNE. Nome chique assim nó... Eu só queria lembrar  
816 mais uma vez, como o tema de Mariana foi tocado também agora pelo  
817 Conselheiro Polignano, nós vamos ter um seminário à tarde em que todos os  
818 entes envolvidos vão estar, não só o Ibama, vamos ter ICMBio, vamos ter ANA,  
819 vamos ter Casa Civil, nós vamos ter Secretaria de Governo, nós vamos ter  
820 Câmara dos Deputados, enfim, vai ser um seminário muito na linha do que vocês  
821 estão pleiteando.

822  
823

824 **O SR. BOISBAUDRAN DE OLIVEIRA IMPERIANO (SNE)** – Bom dia senhoras e  
825 senhores Conselheiros, Boisbaudran Imperiano, Sociedade Nordestina de  
826 Ecologia. Eu trago aqui duas preocupações e dois apelos, inicialmente me  
827 dirigindo ao Ministério do Meio Ambiente, em especial à figura e à pessoa do

828 excelentíssimo Secretário de Biodiversidade. Dr. José Pedro Costa, para solicitar  
829 o apoio na implementação do Fundo da Mata Atlântica. O Dr. José Pedro de  
830 Oliveira Costa é um batalhador junto à Mata Atlântica, lembro-me que nos anos 90  
831 quando ele presidia o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata  
832 Atlântica foi responsável pelo Estado do Nordeste ser conhecido como, a área  
833 pela Unesco, como área de reserva da biosfera da Mata Atlântica. Uma luta  
834 grande, notadamente a Sociedade Nordestina de Ecologia, junto com o Conselho  
835 Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica e os Governos Estaduais do  
836 Nordeste, lutamos e houve esse reconhecimento para que a Mata Atlântica do  
837 Nordeste, tão fragmentada, tão sacrificada ao longo dos anos fosse reconhecida  
838 pela Unesco como reserva da biosfera. Então, trago esse apelo, Dr. José Pedro,  
839 para que o senhor à frente da Secretaria de Biodiversidade possa lutar para que  
840 tenhamos a regulamentação do Fundo Mata Atlântica, que irá de sobremaneira  
841 contribuir para que possamos retomar e em alguns casos até auxiliar na  
842 construção de corredores de biodiversidade. Só a título de exemplo tenho  
843 trabalhado pessoalmente junto com alguns donos de terra no Rio Grande do  
844 Norte, notadamente na bacia que liga os Municípios de Guiana e Tibau do Sul,  
845 Tibau do Sul é onde fica a famosa Praia de Pipa, internacionalmente conhecida e  
846 lá nós temos vários fragmentos de Mata Atlântica e alguns proprietário de terra  
847 sensibilizados estão tentando à duras pensa construir corredores para interligar  
848 aqueles fragmentos. Então, a regulamentação de um fundo da Mata Atlântica com  
849 certeza viria ajudar e muito a essas iniciativas que vão ser de sobremaneira de  
850 bom alvitre para a Mata Atlântica do Nordeste. O segundo ponto seria exatamente,  
851 Sr. Presidente do Conama, nesse momento, retomar no Conama, pelo menos foi  
852 criado há alguns meses passados, um grupo de trabalho para rever as resoluções  
853 do Conama que estão em desacordo com a legislação ambiental atual, muitas já  
854 avançaram e temos algumas Resoluções que estão incompatíveis juridicamente  
855 com ela. Então, meu apelo é nesse sentido de que a Presidência da República  
856 Conama retome, aliás, coloque para funcionar esse grupo de trabalho que até  
857 agora não se iniciou o trabalho desse grupo, e se iniciou não houve notícia para os  
858 Conselheiros. Por fim, fazer um apelo para que a presidência do Conama reveja e  
859 amplie esse horário, esse espaço da tribuna livre, como bem lembrou o Ministro o  
860 Conama é ainda o maior parlamento ambiental do Brasil. Aqui quando vimos,  
861 vimos trazer notícias do Brasil inteiro, muitas, sempre lamentavelmente são  
862 desagradáveis, são de agressões ao meio ambiente, que um espaço de 15  
863 minutos é sabidamente insuficientemente impossível se dar isso. E nós ficamos  
864 atropelando a fala, correndo para que dê tempo todo mundo falar. Então, fica o  
865 meu apelo para que se amplie isso, se coloque pelo menos uma hora para a  
866 tribuna livre, óbvio, que alguns não vão gostar, mas isso ainda é uma tribuna, esse  
867 é o objetivo, a tribuna livre e o espaço é democrático, não é? então, faço esse  
868 apelo em nome da sociedade civil e como Conselheiro do Conama que muitas  
869 vezes não falo para dar espaço a outros colegas que precisam trazer as suas  
870 expectativas. Então, fica o meu apelo, acredito que esse é um apelo que não só  
871 meu, mas acho que é de todas as entidades ambientalistas, não só o CNEA, mas  
872 todas as entidades ambientalistas do Conama, então fica esse nosso apelo. E, por  
873 fim, lembrar sobre a crise hídrica que se abate no Nordeste, Campina Grande,

874 terra do maior São João do mundo lá na minha querida Paraíba hoje sofre um  
875 colapso de água, a crise hídrica avança e infelizmente estamos parados, não  
876 estão acontecendo ações efetivas em relação a isso. Então, muito obrigado e bom  
877 dia a todos. *(Palmas!)*.

878

879

880 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço. A  
881 questão do prazo é regimental, temos que avaliar a alteração do Regimento,  
882 então, vamos ver como fazemos isso. Com relação às Resoluções do Conama, a  
883 revisão das Resoluções, o Dr. Rafael está assumindo a Consultoria Jurídica do  
884 Ministério do Meio Ambiente e já está à frente desse projeto, maiores informações  
885 vocês podem procurá-lo no Ministério do Meio Ambiente. Conselheiro, Rogério  
886 Menezes, da Anamma, por favor.

887

888

889 **O SR. ROGÉRIO MENEZES DE MELLO (Anamma Nacional)** – Bom dia a todos  
890 e a todas. Queria inicialmente apresentar aos senhores Conselheiros, pedir  
891 licença para fazê-lo na pessoa da Vanessa e do Fábio Camargo, representantes  
892 também como eu da Anamma, nesse Colegiado. Queria pedir licença para  
893 cumprimentar a mesa na pessoa da Dra. Sueli. E as reflexões que eu trago aqui é  
894 a respeito do licenciamento ambiental, para além das iniciativas que todos já  
895 entendemos como absurdas, no Congresso, que dizem respeito a iniciativa com a  
896 PEC 65 e o PL 654 do Senado, que essas não há necessidade da comentários,  
897 elas são uma tentativa de ferir de morte o instrumento do licenciamento, nós  
898 temos elogiado o fato do Ministro e da Dra. Sueli terem recolocado o Ministério do  
899 Meio Ambiente na tentativa de interferir no processo de discussão sobre a  
900 proposta de lei geral do licenciamento que está em gestação no Governo. Até o  
901 ponto da minuta elaborada pelo Ministério do Meio Ambiente nós tivemos reuniões  
902 que envolveram Abema, o Eugênio Spengler que nos falou aqui, e a Anamma com  
903 vários técnicos dos municípios, que podemos contribuir para que os municípios  
904 quer quem se enxergar na proposta de lei geral do licenciamento ambiental. Isso  
905 é um ponto fundamental. O Município atribuições, como, por exemplo, do controle  
906 do uso e ocupação do solo, se dá através da certidão do uso do solo, das análises  
907 técnicas prévias aos processos de licenciamento nas esferas superiores, nas  
908 instâncias superiores e é preciso que os Municípios possam, como se dá na  
909 minuta elaborada até o momento em que se discutia com o Ministério do Meio  
910 Ambiente, se sentir inserido nesse processo e que se entenda a complexidade  
911 disso. Não se trata de simplificar. Quando se diminui a possibilidade do Município  
912 participar está se causando inclusive insegurança jurídica, insegurança jurídica  
913 pelo fato do Município ter legislações mais restritivas, que precisam ser sempre  
914 consideradas e vistas pelos técnicos que estão mais próximos, para que possam  
915 ser internalizadas no licenciamento do âmbito do Estado ou do Ibama. Então,  
916 queríamos mais uma vez reiterar essa preocupação e estamos na expectativa de  
917 que a proposta do Governo em discussão no âmbito da Casa Civil, possa ter esse  
918 olhar para além, que realmente possa ser chamada de uma lei geral do  
919 licenciamento para que realmente todos os órgãos gestores ambientais do País,

920 inclusive os Municípios, particularmente os Municípios se sintam inseridos. Por  
921 fim, queria retomar aqui a proposta da Abema, que nós estamos alinhados,  
922 Anamma e Abema no sentido de trabalharmos finalmente para que o Sistema  
923 Nacional de Meio Ambiente tenha a forma de ser financiado, os sistemas desse  
924 País e vou citar o mais conhecido que é o Sistema Único de Saúde, que já carece,  
925 mas existem mecanismos de financiamento, que são insuficientes, mas existe a  
926 necessidade de fortalecermos os órgãos estaduais, o próprio Ibama ficamos  
927 felizes com as notícias trazidas de uma recomposição orçamentária no âmbito do  
928 Ministério do Meio Ambiente, isso é um bom sinal, mas é necessário para  
929 efetivamente implantar o Sisnam que os órgãos municipais e estaduais possam  
930 assumir as suas responsabilidades previstas na Lei Complementar 140, com a sua  
931 autonomia devida. Então, era esse o registro que eu gostaria de fazer aqui em  
932 nome da Anamma, se não obtivermos êxito no processo ainda para envio à  
933 proposta do Governo, estaremos atuando fortemente na discussão no Congresso  
934 Nacional para que os Municípios possam se sentir incluídos na nova lei geral e  
935 que realmente ela possa ter esse nome. Obrigado.

936

937

938 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço.  
939 Passar a palavra para o Dr. José Pedro, Secretário de Biodiversidade do MMA, ele  
940 quer dar alguns informes para vocês.

941

942

943 **O SR. JOSÉ PEDRO DE OLIVEIRA COSTA (Secretaria de Biodiversidade e**  
944 **Florestas)** – Bom dia à mesa e bom dia ao plenário. Rapidamente informar que  
945 nós estamos trabalhando dentro do Ministério uma proposta integradora na busca  
946 de corredores ecológicos que sejam razoáveis para proteger a biodiversidade, a  
947 água, questão climática seja tratada conjuntamente, assim como questão florestal  
948 e a questão social. Isso é para todos que trabalham com isso, mas é algo que está  
949 sendo implantado pelo Ministro Sarney Filho agora, e existem inúmeras atividades  
950 e propostas, e casos de implantação de corredores ecológicos e isso é um  
951 trabalho que está sendo desenvolvido inicialmente pela Secretaria de  
952 Biodiversidade e Florestas. Ontem eu tive a oportunidade de apresentar isso para  
953 a Abema e a nossa intenção é trazer esse trabalho também ao Conama tão logo  
954 ele esteja mais maduro e tenhamos mais informações, estão sendo recolhidas, e  
955 aqueles que tiverem informações nessa área, por favor, nós agradecemos que  
956 elas sejam trazidas ao Ministério. De outro lado vai haver em Cancun um Side  
957 Event, um evento paralelo, no dia 05 às 13h30, que será presidida pelo Ministro  
958 Sarney Filho, e que tratará de corredores ecológicos da América do Sul. Esse  
959 convite já foi feito ao pessoal da Abema, eu queria estender esse convite a todos  
960 os Conselheiros, se alguém de vocês puder e for estar lá será um prazer  
961 podermos debater sobre esse trabalho também. Então em nome do Ministro eu  
962 faço esse convite e agradeço a atenção. Muito obrigado.

963

964

965 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Eu que agradeço,  
966 José Pedro. Convite feito. Vamos lá. Item 5 apenas a informação da publicação da  
967 Resolução Conama 477, que referenda a data dessa reunião que estamos  
968 realizando, já sinalizando, como o Ministro disse, que vai ser, que essa reunião  
969 será a última do ano. Passar então, nós temos dois requerimentos de urgência, na  
970 realidade um deles está sendo avaliado em função do Regimento Interno e da  
971 necessidade de um número maior de assinaturas, nós vamos colocar a moção de  
972 apoio à reciclagem, me permito ler a justificativa da moção, mencionada inclusive  
973 pelo Conselheiro Tadêu na fala dele. Bom, ao tomarmos conhecimento de que  
974 poderá não correr a 124ª Reunião Ordinária do Conama, a 4ª do ano de 2016,  
975 agendada para dezembro deste, estamos recorrendo aos Conselheiros deste  
976 plenário para permitir a inclusão desta solicitação como regime de urgência, e sua  
977 respectiva aprovação. Por se tratar de um tema de extrema relevância, talvez o  
978 fator mais impactante aos frágeis ecossistemas dos biomas brasileiros, que  
979 remete responsabilidade a todos nós que é o nosso lixo cada dia, de nossas vidas.  
980 A votação agora não é do mérito da moção e sim se dá urgência ou não urgência  
981 desta moção. Vou colocar em votação, quem é a favor da urgência da moção, por  
982 favor, levante o braço. 15? Quem é contra? 18? Estou lendo a justificativa da  
983 urgência que foi apresentada. A urgência não foi aprovada, vamos continuar a  
984 reunião. Vai ser apresentado outro requerimento? Manara, vai ser apresentado?  
985 Vou dar uma justificativa. Não está muito no rito formal, mas eu vou dar uma  
986 justificativa. O requerimento proposto pelo Manara não estava com número  
987 suficiente previsto no Regimento, de assinaturas, o que eu sugeri para ele em off  
988 foi que nós avaliássemos o seminário de hoje à tarde sobre Mariana, e conforme  
989 for nós podemos colocar na pauta o assunto Mariana novamente na reunião  
990 ordinária do Conama na primeira do ano que vem. Ok? Ordem do dia qual é?  
991 Proposta de revisão da Resolução 349/2004, que dispõe o licenciamento  
992 ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno porte, de pequeno  
993 potencial de impacto, desculpa, ambiental e regularização de empreendimento em  
994 operação. A proposição é do Ministério dos Transportes, a procedência é a 5ª  
995 Reunião Extraordinária de CTAJ, data 20/10/2016. Tramitação, a matéria admitida  
996 por consenso no 9º Cipam em 05/08/2016, e encaminhada ao 11ª CTCA onde foi  
997 aprovada com emendas em 03/10/2016, pautada na CTAJ foi aprovada com  
998 emendas na 5ª Reunião Extraordinária em 20/10/2016. Vou passar a palavra para  
999 a Conselheira Aline Figueiredo, do Ministério do Transportes, para que ela  
1000 explique a proposta.

1001

1002

1003 **A SRª. ALINE FIGUEIREDO FREITAS PIMENTA (Ministério dos Transportes)** –  
1004 Bom dia a todos. Eu vou fazer uma breve e rápida colocação e depois pedir ao  
1005 Mateus que faça a apresentação específica dos detalhes da proposta. A proposta  
1006 na verdade é uma proposta de atualização, em substituição da Conama 349, que  
1007 é de 2004, então desde lá já se decorreram 12 anos de aplicação da Resolução  
1008 Conama 349. Ela é específica para procedimentos de licenciamento de atividades  
1009 de baixo impacto e regularização ambiental, a proposta que está sendo colocada  
1010 não acrescenta nenhum tema novo, ela é tão somente a atualização da 349, por

1011 ante esses 12 anos o Ibama, principalmente aplicou os procedimentos  
1012 estabelecidos por ela e aprimorou, tanto assim que resultou numa publicação e  
1013 uma IN em 2014, do próprio Ibama. Então, com a publicação do Decreto que  
1014 regulamentou a Lei Complementar 140, o Decreto tirou a competência federal que  
1015 era, então, conduzida pelo Ibama, desses empreendimentos de baixo impacto, e a  
1016 atividade de rotina, são atividades rotineiras na ferrovias existentes. Tirou  
1017 passando para a Estado. Então, o principal é uma atualização e o Mateus vai fazer  
1018 uma apresentação dizendo que tipo de atualização foram essas que estão sendo  
1019 propostas nessa resolução. Mateus.

1020

1021

1022 **O SR. MATEUS** – Boa tarde. Vou tentar de forma bem sucinta apresentar a  
1023 tramitação dessa Resolução e as principais alterações, objetivos e o histórico.  
1024 Então, vou estar passando pelo histórico e porque tem a revisão dessa Resolução.  
1025 Aí o objeto dessa Resolução, o que é, os objetivos dessa revisão, um pouquinho  
1026 da tramitação no Conama, as principais alterações e os status que foram  
1027 colocados no reunião da CTAJ. Inicialmente é importante colocar que nós estamos  
1028 tratando de uma nova Resolução, é a revisão de uma Resolução existente que é a  
1029 Resolução de 2004, que é a Resolução 349. E ementa dessa Resolução de 2004  
1030 dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de  
1031 pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos  
1032 em operação. Depois disso, então isso foi em 2004, teve aplicação dessa  
1033 Resolução e ela se aplicou. Os empreendimento ferroviários eram principalmente  
1034 licenciados pelo Ibama e com o adiamento da LC e posteriormente do Decreto  
1035 8437, algumas das atribuições, as atribuições para licenciamento de algumas  
1036 dessas pequenas atividades de que trata a Resolução foram colocadas para os  
1037 Estados, foram retiradas do Ibama e colocadas para Estados e Municípios. Então,  
1038 enquanto essas obras em ferrovias existentes estavam sendo licenciadas pelo  
1039 Ibama nesses 12 anos de aplicação, foram feitas algumas evoluções em termos  
1040 procedimentais entre os empreendimento, o Ibama, inclusive, como, por exemplo,  
1041 uma edição da IN número 09/2014, essa especificamente tratando de  
1042 empreendimentos, obras de rotina e de emergência. O que é objeto da  
1043 Resolução? O objeto da Resolução 349 ele permanece agora com uma única  
1044 diferença que foi colocada na Câmara Técnica de Controle, que é alteração de  
1045 pequeno por baixo, tendo em vista as outras Resoluções do Conama que têm  
1046 saído, isso foi uma tentativa da Câmara Técnica de padronização. Fora isso o  
1047 objeto da Resolução e o escopo da Resolução permanece o mesmo do que era  
1048 em 2004, ou seja, da Resolução atual e todos os demais empreendimento eles  
1049 continuam não regulados por esta Resolução, ou seja, não estamos falando aqui  
1050 da construção de uma nova ferrovia. Então, para pegar o exemplo a Resolução na  
1051 emenda trata de empreendimentos de baixo potencial de impacto ambiental e aqui  
1052 no art. 3º fica claro que as obras de baixo potencial, as obras desenvolvidas  
1053 dentro dos limites da faixa que não impliquem em alguns critérios específicos. E aí  
1054 no § 2º fica bem explícito que aos empreendimentos e atividades que não sejam  
1055 considerados de baixo potencial aplica-se outros procedimentos que não previstos  
1056 nessa Resolução. Aqui estou dando o exemplo de um pátio de cruzamento para



1057 entender um tipo de obra que estamos tratando de evolução, esse pátio de  
1058 cruzamento é totalmente dentro de uma faixa de domínio e é uma obra simples, é  
1059 uma obra de duplicação de um trecho de uma rodovia, feita praticamente na  
1060 mesma plataforma da ferrovia anterior, e desse tipo de obra não está incluída na  
1061 Resolução 349 e que nessa revisão ela passaria a estar. É um obra muito simples  
1062 que nós entendemos que mereceria um procedimento um pouco mais célere e  
1063 isso sem perder de forma alguma a questão do controle ambiental, dos programas  
1064 ambientais já que essas ferrovias e a própria Resolução trata de regularização das  
1065 ferrovias e hoje a maioria das ferrovias são regularizadas e a ideia é que todas as  
1066 ferrovias passem a ser regularizadas, contem com programas ambientais em  
1067 todos os seus trechos. Aqui está uma ilustração, aquilo que eu estava falando,  
1068 quando estamos falando aqui, estou com uma ferrovia, uma faixa de domínio  
1069 hipotética e uma das restrições colocadas no art. 3º, no caso uma unidade de  
1070 conservação, então, estamos falando o que é que trata, o que é baixo impacto  
1071 para essa Resolução. É uma obra desenvolvida dentro do faixa de domínio e que  
1072 não implique, ou seja, que não afete nesse caso específico aqui aquela unidade  
1073 de conservação que está em verde no canto de cá. Então, já fica meio implícito  
1074 nos pontos que eu falei, mas os objetivos das alterações são padronizar os  
1075 procedimentos, principalmente em relação ao que estava falando antes, os  
1076 Estados não licenciavam muito esse tipo de obra, eles vão passar a licenciar esse  
1077 tipo de obra. Então, eles não estariam, por exemplo, aplicando esses avanços  
1078 procedimentais que já tinham sido aplicados pelo próprio Ibama. Então, essa  
1079 ponderação de procedimentos faria com que os Estados, o licenciamento  
1080 integrante dos Estados tivesse o mesmo tratamento de um licenciamento desse  
1081 tipo de obra na União. Atualizar conceitos de 2004 para hoje, muita coisa mudou,  
1082 algumas referências, algumas normas, já estaria aproveitando e atualizando esses  
1083 conceitos e outras coisas, tendo em vista o que foi discutido entram os novos  
1084 conceitos ou já foram alterados alguns, mas são pouquíssimas as alterações, são  
1085 pequenas a alterações de conceitos. O objetivo também de otimizar  
1086 principalmente a manutenção e a segurança da operação ferrovia e disciplinar a  
1087 caracterização de cada situação e procedimento para o controle adequado dos  
1088 respectivos tipos de intervenção. O Secretário já falou um pouco, mas é  
1089 importante colocar que essa Resolução ela passou dentro do Conama por toda as  
1090 Câmaras Técnicas numa tranquilidade de tramitação, a aprovação dela foi... Ela  
1091 foi aprovada por unanimidade no Cipam, ela foi aprovada com emendas que nós  
1092 entendemos que inclusive melhora o texto na CTCA, e ela foi aprovada na CTAJ  
1093 com emendas e uma recomendação específica, que é a recomendação do CTAJ,  
1094 na verdade eles provocaram duas recomendações, dois destaques, um destaque  
1095 era simplesmente para ressaltar uma alteração de conceito, uma padronização de  
1096 conceito que foi feita, e o outro destaque é uma recomendação ao Plenário para  
1097 que se defina o prazo de corte para o licenciamento ambiental corretivo que  
1098 estava previsto na Resolução. Para isso nós teríamos uma proposta para colocar,  
1099 para atender a essa recomendação da CTAJ, nós poderíamos colocar durante a  
1100 votação.  
1101  
1102

1103 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado. A Lisiane  
1104 pediu a palavra.

1105

1106

1107 **A SR<sup>a</sup>. LISIANE BECKER (Instituto Mira-Serra)** – Antes que seja colocada a  
1108 votação do texto base, a Mira Serra vai pedir vistas da Minuta.

1109

1110

1111 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Aprovado? Mais  
1112 alguém? Por favor. Pedido de vista.

1113

1114

1115 **A SR<sup>a</sup>. IVANEIDE BANDEIRA CARDOZO (KANINDÉ)** – A Kanindé também pede  
1116 vistas à minuta.

1117

1118

1119 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Aline pedindo vistas  
1120 também. Zilda, Ministério do Meio Ambiente; Sodemap. Mais alguém? CNTC. Ok.  
1121 Vamos dar prosseguimento na pauta, então. Encaminhamento, proposta de  
1122 Resolução que institui o calendário de reuniões ordinárias do Conselho. CNT  
1123 também pediu vistas. Mais alguém? Podemos continuar? Vamos lá. Está sendo  
1124 projetado ali proposta de Resolução que institui o calendário de reuniões  
1125 ordinárias do Conselho para o ano de 2017, se todos estiveram de acordo  
1126 permaneçam como estão. Proposta aprovada. Passar para os informes finais. A  
1127 apresentação do relatório de acompanhamento e avaliação do Proconve/Promot,  
1128 relativo ao ano de 2015, conforme Parágrafo Único do art. 3º da Resolução  
1129 Conama 414/2009. Dra. Letícia, Departamento de Qualidade Ambiental na  
1130 Indústria, da SRHU/MMA. Bem vinda Letícia.

1131

1132

1133 **A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (SRHU/MMA)** – Bom dia a todos. Bom dia  
1134 ao Senhor Secretário-Executivo, à Senhora Presidente do Ibama, mesa  
1135 coordenadora, senhores Conselheiros. Como disse o Secretário-Executivo  
1136 anualmente, como é de praxe, cabe ao Ministério do Meio Ambiente apresentar o  
1137 relatório anual de acompanhamento e avaliação do Proconve, referente ao ano de  
1138 2015, referente sempre ao ano anterior. Os senhores tiveram o recebimento de  
1139 um material informativo que neste ano cumprimenta e celebra os 30 anos de  
1140 existência do Proconve no Brasil. Bom, eu gostaria de aproveitar a oportunidade  
1141 para lembrar brevemente aos Conselheiros antigos e informar aos novos  
1142 Conselheiros, o mandato que foi dado à CAP a Comissão de Avaliação do  
1143 Proconve, pela Resolução 414/2009, cabe à CAP elaborar o relatório de  
1144 acompanhamento, esse que apresentarei agora, e apresentá-lo à Plenária do  
1145 Conama em bases anuais. Lembro que o Rondônia relatório foi apreciado pela  
1146 Câmara Técnica de Controle e Qualidade Ambiental na sua última reunião deste  
1147 ano. Pode passar, por favor. Rapidamente a CAP é composta pelo Ministério do  
1148 Meio Ambiente que a coordena, pelo Ministério da Saúde, Minas e Energia,

1149 Ibama, ANP, Abema, Anamma, CNI, o agente técnico do Proconve que é feito,  
1150 que é representado pela Cetesb e ONGs do cadastro nacional. Atualmente o  
1151 Instituto de Energia e Meio Ambiente é a ONG que representa a Sociedade Civil  
1152 na CAP. Bom, o objetivo geral já mencionei, gostaria de chamar a atenção dos  
1153 senhores para o objetivo específico desse processo de avaliação do Conama.  
1154 Acompanhar o cumprimento dos prazos e obrigações estabelecidas nas  
1155 Resoluções que estabelecessem as fases de avanço do programa, apresentar os  
1156 indicadores de desempenho utilizados para avaliação e eficácia do programa e  
1157 seus resultados e finalmente propor recomendações para o aperfeiçoamento do  
1158 programa. Informo aos senhores então que no ano passado, em 2015 tivemos 3  
1159 reuniões, duas reuniões ordinárias, a 11<sup>a</sup> e a 12<sup>a</sup> precisamente em maio e  
1160 novembro de 2015, e também uma reunião extraordinária, a terceira realizada pela  
1161 Comissão em agosto para discutir um tema específico que foi a burla de um  
1162 aditivo no componente do combustível utilizado em veículos pesados no Brasil que  
1163 é o Arla 32, eu vou comentar brevemente em seguida. Próximo, por favor. Para  
1164 que os senhores tenham clareza do atual estágio do programa, em que pese que  
1165 o detalha, o livro que os senhores têm em mãos agora detalha claramente aonde  
1166 estamos, o programa está presentemente em relação a veículos pesados na fase,  
1167 desculpem, em relação a veículo leves, na fase L6, que está em vigor no Brasil  
1168 desde 2015 estabelecendo critérios de qualidade de combustível e motores. Em  
1169 relação a veículo pesados o programa está na fase P7, em vigor desde 2012,  
1170 estabelecido pela Conama 403/2008. E finalmente para motocicletas o programa  
1171 se encontra na fase M4, que está em vigor desde 2015. Esse é o principal  
1172 indicador de qualidade e de avanço, principalmente o fator de resultados do  
1173 programa que é a qualidade dos combustíveis, como mencionei anteriormente. Os  
1174 senhores podem verificar que os teores de gasolina preconizados pelo Proconve  
1175 que atualmente estão, teor de enxofre na gasolina preconizado pelo Proconve,  
1176 que atualmente estão conforme a legislação requeridos em 50 miligramas por  
1177 quilograma, essa é a régua, a faixa em que os combustíveis, a gasolina brasileira  
1178 deve ter desse componente, da concentração desse componente no combustível,  
1179 os senhores podem verificar pelo gráfico que todas as medidas anuais, as  
1180 medidas mensais feitas pela ANP indicam o pleno cumprimento da concentração  
1181 prevista na legislação do Proconve. Da mesma forma o teor de enxofre previsto no  
1182 diesel pela legislação brasileira, pelo Proconve, atualmente é de 500 miligramas,  
1183 microgramas por quilograma, e os senhores podem verificar, da mesma forma,  
1184 pela barra em vermelho, que todas as medidas mensais feita pela ANP indicam o  
1185 pleno cumprimento desta concentração verificada no Mercado brasileiro. Da  
1186 mesma forma menciono o diesel S10 que é utilizado em particular para veículos  
1187 pesados, cuja distribuição da entrada em vigor desta concentração não encontrou  
1188 maiores problemas em relação à distribuição nacional do Brasil, no Brasil, também  
1189 verifica-se pelo gráfico que todas as medidas mensais de fiscalização realizadas  
1190 pela ANP indica o pleno cumprimento dos teores, ou seja, isso significa que os  
1191 senhores podem ter segurança de que os combustíveis estabelecidos nas fases  
1192 atuais do Proconve, efetivamente são aqueles que estão sendo distribuídos no  
1193 mercado brasileiro. Bom, algumas considerações importantes remetendo ao  
1194 mandato, aquele último elemento do mandato da CAP, que eu mencionei

1195 anteriormente, que fala sobre a análise e a proposição de melhorias e  
1196 aperfeiçoamentos no Proconve. Bom, gostaria de compartilhar que a conclusão da  
1197 CAP é que Proconve, Promot e os programas que ensejam a melhoria da  
1198 qualidade de combustíveis e motores no Brasil continuam sendo um elemento  
1199 absolutamente fundamental para o controle da qualidade do ar ou para a  
1200 qualidade do ar no País, para o controle da poluição atmosférica. No entanto, a  
1201 medida em que se vai avançando nas restrições a poluentes dentro do  
1202 combustível, ou a restrições, ou a limites mais restritos de emissão vai se  
1203 diminuindo a margem de aperfeiçoamento este componente, que é o controle do  
1204 transporte automotivo, controle de emissões no transporte automotivo pode  
1205 contribuir para qualidade do ar, e isso nos leva à conclusão de que outros  
1206 elementos como mobilidade urbana, gestão territorial e principalmente controle de  
1207 fontes fixas passam a ser elementos importantes a serem trabalhados na sexta de  
1208 ações de controle que levem a uma melhoria da qualidade do ar. A outra  
1209 conclusão é que o indicador utilizado até agora, fundamentalmente compartilhei  
1210 com vocês a qualidade do combustível, ele não é suficiente para sinalizar o  
1211 sucesso absoluto do programa, nós precisamos enquanto Comissão  
1212 Coordenadora, Comissão de Avaliação aprimorar os nossos indicadores,  
1213 oferecendo mais elementos para que os senhores possam ter segurança de que o  
1214 programa encontra-se plenamente implementado e a CAP está justamente  
1215 trabalhando nesse aprimoramento da forma de reportar e relatar aos senhores o  
1216 avanço do programa. Finalmente, como eu havia mencionado, nós tivemos uma  
1217 reunião extraordinária ao longo de 2015 para tratar de um tema bastante relevante  
1218 no ano passado que foram as diversas denúncias de burla de adulteração do Arla  
1219 32, como mencionei é um aditivo utilizado no combustível, que serve para  
1220 melhorar ou para diminuir, reduzir emissões ao fim e que vem sendo  
1221 sistematicamente burlado no Brasil. As discussões na reunião extraordinária que  
1222 mencionei nos levaram a algumas questões que estão no slide posterior. Bom, a  
1223 questão do Arla nos leva a duas reflexões para finalizar as minhas colocações  
1224 aqui sobre o trabalho da CAP, uma é a necessidade de avaliarmos o potencial que  
1225 uma nova fase, especialmente para veículos pesados, uma fase P8, poderia ter  
1226 como benefício evitando a questão da burla do Arla 32, esses estudos começam a  
1227 ser, essas discussões começam a ser feitas no âmbito da CAP buscando atrair  
1228 conhecimento e informações que possam nos levar à conclusão dos potenciais  
1229 benefícios que uma fase P8 que enseja o maior aprimoramento dos combustíveis  
1230 e dos motores possa ter na questão de evitar a fraude que hoje existe em relação  
1231 ao Arla 32 que foi detectada em diversas, inclusive mais de três fiscalizações  
1232 bastante intensas que foram feitas pelo Ibama junto com a Polícia Rodoviária e os  
1233 órgãos ambientais ao longo de ano passado. Além disso, justamente buscando  
1234 aprimorar o conhecimento da CAP para que possamos compartilhar com os  
1235 senhores possíveis soluções a essa questão, foi firmado um acordo de  
1236 cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente, Ministério de Minas e Energia,  
1237 ANP e o Ibama, que visa realizar estudos que promovam a melhoria da qualidade  
1238 dos combustíveis e que também nos ajudem a entender melhor a qualidade do ar  
1239 nas regiões metropolitanas do Brasil. Então, nesse sentido eu menciono  
1240 rapidamente, não vou entrar em detalhes, o Departamento de Qualidade

1241 Ambiental, a Secretaria de Recursos Hídricos ficam à total disposição dos  
1242 Conselheiros e dos interessados que quiserem compreender um pouco melhor os  
1243 detalhes do programa, mas eu gostaria de compartilhar que esse programa hoje  
1244 encontra-se em pleno desenvolvimento, dois estudos estão sendo feitos em  
1245 parceria com a USP e a, desculpa, a USP e a Universidade Federal do Paraná,  
1246 como está mostrado aí, são programas que visam, são estudos que visam  
1247 trabalhar a melhoria dos combustíveis e a melhoria da qualidade do ar no Brasil e  
1248 que nós temos o prazer de discutir e compartilhar aqui no Conama e nos trabalhos  
1249 da Comissão de Avaliação e Acompanhamento do Proconve. Muito rapidamente,  
1250 senhor Secretário, era isso que eu tinha para compartilhar e ficamos com as  
1251 informações disponíveis no Departamento.

1252

1253

1254 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito obrigado,  
1255 Letícia, muito bom, parabéns. (*Palmas!*).

1256

1257

1258 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBONI BOSON (CNT)** – Eu só queria corroborar  
1259 com a importância do programa e andamento deles, dizer que a CNT tem um  
1260 programa ambiental, Despoluir, não sei se todos conhecem, no qual ele coloca em  
1261 todas as suas unidades federadas, em todas as 27 federações, gratuitamente a  
1262 inspeção veicular. Então, os caminhões, os ônibus vão lá e fazem uma inspeção  
1263 veicular voluntária e eles inclusive, o programa dá uma assistência tecnológica  
1264 para que eles possam ser regulados quando estão fora, quando dão algum  
1265 parâmetro fora. Eu convido a todos a visitarem a página do Despoluir da CNT,  
1266 basta ir no site da CNT, está lá o Programa Despoluir, vocês vão ficar admirados  
1267 com o número de aferições que foram feitas desde que o programa se instalou  
1268 dentro da Confederação. Outro ponto que gostaríamos de falar é que às vezes as  
1269 pessoas desconhecem a característica do transporte no Brasil, e o nosso  
1270 transporte além de ser majoritariamente rodoviário, o que não é ambientalmente  
1271 uma coisa muito boa, ele é também de mais de 60% de autônomos, não são  
1272 empresas, é o que eu brinco de Pedro e Bino, são autônomos e isso dificulta um  
1273 pouco aquela nossa promoção de capacitação para a questão do Arla,  
1274 principalmente. Eu devo crer, não vou afirmar porque não conheço as  
1275 fiscalizações feitas pelo Ibama, mas que a maioria acontece com autônomos e  
1276 não com empresas porque as empresas, inclusive, muitas delas têm já a  
1277 certificação ISSO, então, elas têm um compromisso. Então, nós gostaríamos de  
1278 colocar à disposição para ajudarmos nesse processo aí da questão do Arla até  
1279 antes de passar para uma nova fase nós precisamos resolver esse problema  
1280 dessa fase, a CNT não concorda com isso, tem usado o SET e Senat para  
1281 capacitar os nossos associados, para que não se adequem a essa proposição e  
1282 nós então nos colocamos à disposição para uma parceria, alguma ação conjunta  
1283 que possamos fazer em relação a essa questão do Arla. E por favor, visitem a  
1284 nossa página, conheçam o nosso programa, vocês vão ficar muito admirados de  
1285 ver as ações que o programa faz, inclusive estamos numa campanha agora muito  
1286 grande que nós até por um estudo da COP confirmou isso, de eficiência

1287 energética que passa muito pelo campo da capacitação do condutor, às vezes são  
1288 motoristas que têm 20, 30 anos de carteira e mesmo assim têm vícios na direção  
1289 que não promovem a eficiência energética, e têm estudos da COP que  
1290 comprovam muito claramente que a eficiência energética é um das ações para  
1291 controle de poluição e inclusive de CO<sub>2</sub>, das mais eficientes que tem.; então, nós  
1292 nos colocamos à disposição aqui para discutir essa questão numa parceria com o  
1293 órgão ambiental, com o MMA, para atuarmos juntos nesse campo. Obrigada.

1294

1295

1296 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Muito obrigado,  
1297 Patrícia.

1298

1299

1300 **A SR<sup>a</sup>. PATRÍCIA HELENA GAMBOSI BOLON (CNT)** – Só um detalhe, obrigado,  
1301 desculpe, fora do propósito, mas sobre o Regimento Interno da questão da tribuna  
1302 livre, eu acho que não precisa de alteração não porque lá no Regimento Interno  
1303 está 15 minutos e há muito tempo que é mais de uma hora. Então, eu acho que  
1304 não precisa de alteração não, já que ele já caducou. Eu acho que precisa talvez é  
1305 de alterar mesmo para não ficarmos nós Conselheiros aqui descumprindo o  
1306 Regimento Interno como se ele não valesse nada. Eu como Conselheira acho que  
1307 quando um artigo não é cumprido, nenhum outro também pode ter seriedade para  
1308 ser cumprido. Ele pode ser descumprido a qualquer momento.

1309

1310

1311 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Concordo com você  
1312 plenamente, Patrícia. Quem mais? Bocuhy, vamos lá, rapidinho.

1313

1314

1315 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – Bom, sobre a  
1316 questão do Proconve eu esperava da dona Letícia também um comunicado sobre  
1317 resultados dos seminários sobre os padrões de qualidade do ar e um  
1318 encaminhamento para continuidade da discussão no Conama, eu achava que ia  
1319 ter um encaminhamento nesse sentido hoje e infelizmente isso acabou não vindo,  
1320 mas eu queria de público inicialmente parabenizar o Ibama pela multa com relação  
1321 ao Santander, como responsabilização do agente financiador, e isso inaugura uma  
1322 nova fase no Brasil onde você começa a trabalhar essa responsabilização  
1323 daqueles que financiam áreas que têm problemas ambientais. Mas também  
1324 satisfeito com a fala do Ministro que colocou à disposição a estrutura do Ibama  
1325 para a discussão sobre o material particulados que é o que mais mata hoje  
1326 comprovadamente no Brasil. E fazer uma pequena com relação ao Proconve, para  
1327 atingirmos o P8 no Brasil, o P8 significa o seguinte, que nós teríamos a condição  
1328 de praticar auditoria, que é proposta hoje no Euro 6, que significa evitar a fraude, a  
1329 burla como algumas empresas fizeram colocando um dispositivo nos carros que  
1330 quando monitorados paravam o sistema que fazia a menor emissão. E quando o  
1331 carro estava mais à vontade ele se sentia turbinado nas estradas, um motor muito  
1332 mais valente, digamos assim, para poluir e isso é incompreensível que uma

1333 empresa tenha desenvolvido uma tecnologia para burlar a questão ambiental  
1334 como aconteceu. Isso foi descoberto pela IPI nos Estados Unidos porque não se  
1335 compreendia porque determinados padrões acontecia. A única forma de nós  
1336 monitorarmos aquilo que sai da fábrica no Brasil é instalamos o P8, e o P8 traz  
1337 essas características de monitoramento, enfim, precisa auditar esse processo, não  
1338 adianta apenas instalar um sistema de emissão veicular e depois não ter uma  
1339 forma de auditá-lo. Esse é um problema e nós temos que avançar nisso, e o Brasil  
1340 está muito atrasado em relação a isso, e eu chamo a atenção para o seguinte  
1341 aspecto, quem trabalha com controle precisa incorporar de novo a questão da  
1342 saúde pública, nós temos que entender que o controle está diretamente afeto à  
1343 proteção da vida humana, as áreas de controle acabam se atendo a perspectivas  
1344 de investimento econômico com potencial da indústria, a vontade da indústria de  
1345 investir no processo e esquecem da questão prioritária que é proteger a vida  
1346 humana. Eu falo isso como habitante de São Paulo e em São Paulo nós vemos  
1347 isso muito, na época de inversão térmica nós íamos com equipe de filmagem para  
1348 postos de atendimento para ver como estava a situação de emergência com  
1349 relação a crianças e idosos. Então, o PROAM acompanha isso em campo em São  
1350 Paulo e conhece bem os efeitos da poluição. Parte disso se deve aos veículos  
1351 automotores, mas também há uma outra questão que o Conama tem que se  
1352 debruçar, que foi um erro do Conama estabelecer valores para catalisadores de  
1353 motocicletas com apenas 30.000 quilômetros. Isso aí... 18 ou 30? Perdão, vou ter  
1354 que alongar um pouquinho para colocar essa questão que é uma pendência  
1355 nossa. O que acabou acontecendo é que essa medida foi adotada no Conama,  
1356 porque copiou-se o modelo europeu que a rodagem é muito menor por conta do  
1357 clima e etc., só que em São Paulo nós temos milhares de motoboys, moto fretes  
1358 circulando diariamente e esses ciclistas rodam 60.000 quilômetros por ano, ou  
1359 seja, se equipar uma moto com catalisador com durabilidade para 30 quilômetros,  
1360 o motoboy durante 6 meses vai ter zero de emissão, ou emissão aceitável, passou  
1361 de 6 meses ele vai estar emitindo tudo o que o motor pode emitir sem filtro. Isso  
1362 está acontecendo em São Paulo hoje e está acontecendo no Brasil hoje por conta  
1363 de uma má interpretação da realidade internacional, e é a perspectiva de uma  
1364 tropicalização que não aconteceu, nós não olhamos para na nossa realidade, não  
1365 fizemos essa adaptação. O Conama errou e essa revisão da durabilidade dos  
1366 catalisadores ela tem que ser revista com urgência para manutenção da qualidade  
1367 do ar. Então, Leticia, o que eu queria reafirmar é a necessidade de nós  
1368 imprimirmos velocidade no Proconve, e da capacidade do Ministério do Meio  
1369 Ambiente com força política, com vontade política para incentivar a inspeção  
1370 veicular em todo o território nacional. Em São Paulo nós perdemos a inspeção,  
1371 uma inspeção que já estava instalada, mas que acabou sendo desativas. Então,  
1372 eu percebo que nós temos nessa questão da inspeção veicular, um retrocesso e  
1373 temos um retrocesso também não só pela pouca velocidade na normatização, na  
1374 implementação disso, mas também por conta daquilo que nós não consideramos  
1375 seriamente que é a frota cabrita, é a frota irregular que circula em todo o território  
1376 nacional entre ônibus e caminhões, queimando diesel e emitindo poluentes na  
1377 ordem de dois milhões mais ou menos de veículos no Brasil. Essa frota toda não  
1378 está sujeita ao Proconve, ela não vai ter essa perspectiva de uma redução de

1379 emissão com uma norma nova, ela tem que ser adaptada, como você vai enfrentar  
1380 isso sem você usar de uma tecnologia de controle, de filtragem desses poluentes.  
1381 Então, insisto de novo, o Ministro colocou o Ibama à disposição, nós temos que  
1382 fazer essa discussão sobre o que aconteceu na Alemanha, nenhum sem filtro,  
1383 sobre o que aconteceu na cidade do México também, sobre o que acontece em  
1384 Santiago do Chile, sobre o que acontece hoje na Colômbia, na Colômbia, e o  
1385 Brasil ainda com essa enorme frota e com a morbidade que tem, o Brasil ainda  
1386 não adota uma forma de filtrar esses poluentes através de retrofit que são filtros  
1387 simples que podem ser colocados, existem no mundo todo e, além disso, você  
1388 pode criar mecanismos de abater, por exemplo, no IPVA e isso e pode permitir  
1389 que não haja tanta resistência do setor para essa questão tecnológica. Então,  
1390 acho que tudo se resume na perspectiva de nós imprimirmos maior velocidade ao  
1391 processo de controle na medida em que a saúde pública clama por isso. Obrigado.

1392

1393

1394

1395

1396

1397

1398

1399

1400

1401

1402

1403

1404

1405

1406

1407

1408

1409

1410

1411

1412

1413

1414

1415

1416

1417

1418

1419

1420

1421

1422

1423

1424

**A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (SRHU/MMA)** – Só um esclarecimento, considerando o comentário do Bocuhy sobre o seminário de qualidade ambiental, vou esclarecer brevemente, mas antes eu queria então convidá-lo a juntar-se à discussão sobre a fase P8 no âmbito da CAP, a CAP é uma Comissão a serviço desse Conselho, ela está lá para gerar informações e orientar os Conselheiros, as ONGs estão lá representadas, como mencionei pelo IEMA, Instituto de Meio Ambiente e Energia, mas é franqueada, a CAP está a serviço do Conama. Então, essas discussões vão acontecer, estão sendo instruídas com uma série de estudos, a próxima reunião está marcada para o dia 30 de novembro. Em relação, só para não deixar o seu comentário sobre o seminário de qualidade do ar, eu sei que o Ministro mencionou na sua fala inicial, nós finalmente realizamos o seminário no dia 21;10;2016, foi um momento bastante profícuo para discutir a agenda de qualidade do ar no Brasil, o seminário foi parte de uma cooperação com a União Europeia, e nós tivemos a oportunidade de discutir e debater um tema bastante caro para nós que é a interação com os subníveis da federação. A União Europeia também se debate em matéria de qualidade do ar com a União e Estados Membros e tem lá problemáticas muito semelhantes a que nós temos aqui com o papel do ente federal e os Estados. O seminário foi bastante inspirador, o objetivo foi apresentar resultados e discutir essas duas realidades que podem se auto instruir com experiências mútuas, nós tivemos um detalhamento bastante grande da situação de Portugal, que é um País, pela nossa afinidade de língua e de cultura muito próximo, enfrenta questões muito próximas em relação à União, assim como os nossos Estados enfrentam aqui em relação ao regramento dado pela União. Então, o seminário foi bastante importante, botou um ponto notável nessa discussão e finalmente encaminhou dois aspectos, um que os padrões de qualidade do ar do Brasil precisam ser expeditamente atualizados e a expectativa é que a Câmara Técnica, o Ministério do Meio Ambiente deve levar à Câmara Técnica de Qualidade e Gestão de Resíduos a retomada dessa matéria no âmbito do Conama, então, esse é o encaminhamento previsto, ainda não sei se tem reunião marcada da Câmara Técnica para esse ano, mas na próxima reunião a promessa é que esse tema retome a pauta. E a outra constatação do seminário



1425 é que é impossível atualizar os padrões de qualidade do ar sem mexer em toda as  
1426 peças do Pronar, que é o Programa Nacional de Qualidade do Ar que dá os  
1427 instrumentos especialmente aos Estados, como a inspeção veicular, a rede de  
1428 monitoramento, e outros aspectos que precisam também ser revigorados e  
1429 fortalecidos nesse processo. Então, a ideia é na próxima Câmara Técnica de  
1430 Qualidade e Gestão de Resíduos retomar o tema, buscando trabalhar a  
1431 perspectiva da atualização do Programa Nacional de Qualidade do Ar, e é isso  
1432 que eu gostaria de informar.

1433

1434

1435 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos prosseguir.  
1436 Vamos passar...

1437

1438

1439 **O SR. CARLOS ALBERTO HAILER BOCUHY (Sodemap)** – É muito rápido, só  
1440 perguntar para a Dra. Letícia como é que nós vamos continuar fazendo a  
1441 discussão dos valores de qualidade do ar no Conama, matéria que foi sobrestada  
1442 pela Ministra, o seminário deveria servir de subsídio para essa continuidade.  
1443 Então, é uma questão regimental, por isso a questão de ordem, é o Conama que  
1444 encaminha de volta para a Câmara Técnica qual é o procedimento que se adota  
1445 nesse sentido, da continuidade. Essa é uma questão. A segunda questão é sobre  
1446 a CAP, eu gostaria de solicitar, senhor Secretário, pela urgência da questão da  
1447 saúde pública, que a CAP apresentasse ao plenário do Conama um relatório  
1448 detalhado sobre o andamento dos trabalhos e a perspectiva futura de  
1449 desenvolvimento desses trabalhos. Eu acho que este é um grupo extremamente  
1450 importante em função da realidade atual, e o Conama tem que ter essa visibilidade  
1451 de um retorno, de um *feedback*, no meu ponto de vista, um processo que caminha  
1452 muito lentamente.

1453

1454

1455 **O SR. TADÊU SANTOS (ONG Sócios da Natureza)** – Letícia, vê se você pode  
1456 me ajudar, nós já encaminhamos uma denúncia para o Denatran sobre essas  
1457 motos importadas, motos grandes, de grande potência, eles retiram para produzir  
1458 o ruído de competição, eles retiram o catalisador e em toda a cidade do País elas  
1459 circulam nas vias públicas quando elas são regulares para circular em pistas de  
1460 competição. Então, além da emissão de gases elas promovem um ruído  
1461 ensurdecedor e que são livremente... Agora uma lei do Denatran, uma Resolução  
1462 que proibiu os carros andarem com som alto, o que não tem nada a ver com  
1463 qualidade do ar, mas tem a ver qualidade de vida. Então, eu faço essa  
1464 provocação, essa indagação se vocês poderiam ver com as fábricas que elas  
1465 vendessem motos com esse escapamento, mas somente para motos de  
1466 competição, que os órgão fiscalizadores não permitisse a circulação delas em vias  
1467 públicas. E por último, eu pergunto por que não existe uma normatização por CO<sub>2</sub>,  
1468 tipo lá na minha terra tem a maior usina termoeletrica a carvão da América Latina,  
1469 e não existe monitoramento de CO<sub>2</sub>, existe de outros gases, mas do CO<sub>2</sub> como  
1470 não existe uma normatização específica, se bem que também não tem nada a ver

1471 com ar, mas tem a ver com a saúde pública, porque tem um reflexo na mudança  
1472 climática, aquela coisa toda. Então, só para...

1473

1474

1475 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Podemos? Obteve  
1476 sim, o tema que o Bocuhy falou já está na pauta.

1477

1478

1479 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (CONAMA/MMA)** – Essa  
1480 matéria está na pauta da Câmara Técnica, estava dependendo desse seminário, o  
1481 seminário aconteceu, então, não volta a discussão.

1482

1483

1484 **A SR<sup>a</sup>. LETÍCIA REIS DE CARVALHO (SRHU/MMA)** – É uma mera questão e  
1485 cronograma, o tema nunca saiu da Câmara Técnica, ele simplesmente, a Câmara  
1486 Técnica tem que retomar o seu cronograma de trabalho, o tema está lá.  
1487 Realmente está lá. Em relação à questão do CO<sub>2</sub> especificamente, em relação à  
1488 questão das motos o Conselho que trata desses aspectos que o senhor levantou é  
1489 o Contran, é o Conselho Nacional de Trânsito, nós temos assento lá, buscamos  
1490 tratar as questões de poluição em contraparte com esse outro Conselho, mas a  
1491 regulamentação não é feita pelo Conama, é feita por lá, dos aspectos que o  
1492 senhor levantou em relação às motos. Os nossos aspectos são qualidade de  
1493 combustível e qualidade dos motores. Finalmente em relação ao CO<sub>2</sub> dois os  
1494 poluentes regulados atualmente pelo Proconve, por este Conselho incluem o CO  
1495 que é um precursor do CO<sub>2</sub>, então, os controles são bastante, ao controlar o CO  
1496 há toda uma série de benefícios em relação aos outros gases. No entanto, não há  
1497 limites de emissão para CO<sub>2</sub>.

1498

1499

1500 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Vamos seguir,  
1501 terminar a parte de manhã. Apresentação do relatório de destinação ambiental  
1502 adequada de pneus inservíveis, relativo ao ano de 2015, conforme art. 16º,  
1503 Resolução Conama 416/2009. Chamar o Gilberto Capistrano Filho, também da  
1504 Diretoria de Qualidade Ambiental, mas agora do Ibama.

1505

1506

1507 **O SR. GILBERTO WERNECK (Ibama)** – Bom dia a todos. Meu nome é Gilberto  
1508 Werneck, estou aqui representando a Diretoria de Qualidade Ambiental do Ibama,  
1509 apresentar o relatório da Resolução Conama 416, que trata da destinação de  
1510 pneumáticos inservíveis. Bom, o ano de 2015, o relatório referente sempre ao ano  
1511 base anterior, o ano de 2015 representou para o mercado de reposição de pneus  
1512 a quantidade de 59 milhões de unidades, e isso representa 760.000 mil toneladas  
1513 de pneus. O mercado de reposição, para quem não está familiarizado com essa  
1514 expressão é o resultado da conta de pneus produzidos e importados, descontados  
1515 os pneus que foram destinados à exportação e os pneus que equipam veículos  
1516 novos. Um pneu com veículo equipado, com pneu equipado não tem um pneu

1517 disponível no meio ambiente. Então, você só considera aqueles pneus que vão ser  
1518 gerados no momento da troca. Então, um pneu novo não entra na conta. Bom, o  
1519 resultado do mercado de reposição foi 21,7% do mercado desses pneus são  
1520 pneus importados e 78% são pneus fabricados nacionalmente. Em termos de  
1521 universo de empresas são 551 empresas que realizam importação de pneus e  
1522 apenas 18 empresas que são fabricantes nacionais. Esse é um quadro resumo do  
1523 que significou o ano de 2015, a meta para destinação dos fabricantes, 412.000  
1524 toneladas foram cumpridas 417.000. Então, notamos que os fabricantes  
1525 continuam, eles vêm nas destinações sempre acima das meta estabelecida e os  
1526 importadores atingiram 84,72%. Então, o que representa a meta então? Esse é o  
1527 slide mais importante da apresentação, o Brasil atingiu 97,45% de destinação de  
1528 pneumáticos inservíveis no atendimento ao disposto na Resolução Conama 416.  
1529 E um resumo, nós vamos observar em 2015 o que eu havia comentado, uma  
1530 manutenção da destinação acima da meta pelos fabricantes nacionais, e 84%  
1531 pelos importadores, se for comparar com a média do ano anterior que era de 77%  
1532 você tem aí um aumento significativo das destinações impostas aos importadores  
1533 de pneumáticos novos. Em 2015, só termos uma ideia do *enforcement* que o  
1534 Ibama aplicou, foram R\$ 25.000.000 em multa das empresas importadoras que  
1535 descumpriram a Resolução. Essa é a série histórica das destinações, nós  
1536 continuamos em 2015 no patamar de 97% da destinação de cumprimento, e para  
1537 explicar ao que significa isso do ponto de vista de tecnologias de destinação de  
1538 pneus, nós temos ali no gráfico a tecnologia de co-processamento, granulação  
1539 apresentados, sendo que 59,16% para co-processamento. Então, essa é a  
1540 principal tecnologia utilizada para destinação de pneus inservíveis. Como os  
1541 senhores sabem o pneu ele tem um potencial energético muito interessante para a  
1542 questão de fabricação de cimento, além disso, seus elementos inorgânicos  
1543 também dão uma qualidade para o cimento produzido do co-processamento de  
1544 pneus. Aqui uma informação que todos os Conselheiros sempre nos pediram para  
1545 apresentar, é a distribuição dos pontos de coleta pelas regiões do País. Os pontos  
1546 de coleta seguem a tendência sim do mercado consumidor, então, na região, por  
1547 exemplo, na Região Sudeste, que mais consome pneus, o mercado de reposição  
1548 lá é o maior do País, nós temos a presença de 764 pontos de coletas para atender  
1549 aos consumidores, aos cidadãos que trocam seus pneus. Então, era essa a  
1550 informação que gostaria de trazer para os senhores, todas as informação estão  
1551 nesse relatório, está disponível na página tanto do Conama quanto do Ibama.  
1552 Agradeço a atenção dos senhores. (*Palmas!*).

1553

1554

1555 **O SR. MARCELO CRUZ (Secretário-Executivo do MMA)** – Obrigado, Gilberto.  
1556 Bom, Conselheiro Monsan para encerrar a parte da manhã... Sim. Vai ser à tarde.  
1557 Eu agradeço. São dez para uma, o seminário está marcado para se iniciar às  
1558 14h00. `Podemos manter? a Doutora Sueli vai presidir a mesa do seminário à  
1559 tarde.

1560

1561

1562 (*Intervalo para o almoço*).

1563 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Solicitamos a todos que desliguem ou que coloquem  
1564 os celulares na função silenciosa. Iniciaremos agora a cerimônia de abertura do  
1565 seminário sobre segurança de barragens. Convidamos para compor a mesa de  
1566 abertura do evento a presidente do Ibama, Sueli Araújo. (*Palmas!*). Convidamos  
1567 também a Conselheira do Conama e coordenadora do Núcleo de Gestão territorial  
1568 Estratégica, da Secretaria de Meio Ambiente e de Minas e Energia, Zuleika  
1569 Torquete. (*Palmas!*). Perdão, de Minas Gerais. A Conselheira do Conama e  
1570 Diretora Presidente do lema do Espírito Santo, Andréia Pereira Carvalho. A  
1571 diretora do Departamento do Apoio ao Conama, Ana Lucia Dolabela. (*Palmas!*).  
1572 Registramos e agradecemos a presença do diretor do Instituto de  
1573 Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais, José Caldeirane Filho. Passamos  
1574 agora a palavra para a coordenadora do Núcleo de Gestão Territorial Estratégica,  
1575 da Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais. Zuleika Torquete.

1576

1577

1578 **A SR<sup>a</sup>. ZULEIKA TORQUETE (SEMA/MG)** – Boa tarde senhoras e senhores. Boa  
1579 Presidente Sueli. Bom, primeiramente eu gostaria de agradecer a oportunidade de  
1580 estarmos aqui abordando esse assunto, esse tema barragens, Minas Gerais eu  
1581 acho que é o Estado que possui o maior número dessas estruturas no seu  
1582 território, e é importante também que os Conselheiros do Conama tomem  
1583 conhecimento de todas as ações que nós temos adotado para o acompanhamento  
1584 das ações pós o desastre ambiental em Mariana. Um grave acidente, um grave  
1585 desastre, com consequências ambientais ainda não bem conhecidas, bem ainda  
1586 estudadas. E um grande desafio para os órgãos ambientais. A Secretaria de  
1587 Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas participa do  
1588 Comitê Interfederativo e de 8 Câmaras Técnicas do Comitê, nós temos uma  
1589 equipe de 30 profissionais trabalhando no acompanhamento, na análise dos  
1590 documentos que são encaminhados tanto pela Samarco quanto pela Fundação  
1591 Renova, semanalmente aos membros do CIF. Estamos deslocando equipes  
1592 periodicamente em campo, às vezes em parceria, em operações com parceria  
1593 com o Ibama, às vezes como nesta semana uma operação dos órgãos ambientais  
1594 do sistema de meio ambiente de minas, que são a Fundação Estadual de Meio  
1595 Ambiente, Instituto Estadual de Florestas e o Instituto Mineiro de Gestão das  
1596 Águas, hoje estamos com 15 técnicos em campo fazendo uma verificação dos  
1597 trabalhos que estão sendo feitos nas áreas prioritárias para reabilitação ambiental  
1598 nos trechos mais afetados pelo desastre ambiental. E, além disso, fazemos um  
1599 grande acompanhamento de todas as ações que a empresa vem tomando com  
1600 foco na segurança das estruturas remanescentes dentro do complexo minerário  
1601 de Germano, e o controle também do aporte de sedimentos, de novos aportes de  
1602 sedimentos aos curso d'água, e também de processos erosivos. Esse foi o  
1603 primeiro foco do trabalho, ainda existem muitas coisas a serem construídas, mas  
1604 nós temos acompanhado de perto todas essas ações. Além dos autos de infração  
1605 que o Ibama já lavrou contra a empresa, o Estado de Minas também já lavrou 33  
1606 autos de infração desde a data do evento até agora, não é um acompanhamento  
1607 fácil, mas nós estamos permanentemente de olho em todas as ações. E também  
1608 gostaria de destacar que o IGAM, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas desde

1609 o primeiro dia após o evento montou um esquema especial de monitoramento de  
1610 emergência da qualidade da água em 12 pontos, na Bacia do Rio Doce, um ponto  
1611 no Rio Gualacho e um ponto no Ribeirão do Carmo onde são analisados  
1612 semanalmente 14 parâmetros, além de continuar a fazer o seu monitoramento  
1613 rotineiro que envolve 52 parâmetros na Bacia do Rio Doce. Agora, hoje, nessa  
1614 semana os técnicos do IGAM estão junto com técnicos do ANA, Agência Nacional  
1615 de Águas, em campo, selecionando os pontos para instalação de 22 estações  
1616 automáticas de monitoramento da qualidade da água. Então, é importante relatar  
1617 todo esse esforço que não só o Ibama, o Estado do Espírito Santo, mas também  
1618 Minas Gerais nos seus órgãos de controle ambiental têm feito ao longo desse  
1619 último ano para monitorar o que aconteceu, para tentar avaliar as medidas de  
1620 recuperação ambiental e quando necessário, agir também com seu poder de  
1621 polícia. Muito obrigada, presidente.

1622

1623

1624 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Com palavra agora a Presidente do Ibama, Sueli  
1625 Araújo.

1626

1627

1628 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Boa tarde a todos. O Ibama  
1629 vem acompanhando o caso de Mariana desde o dia seguinte ao ocorrido, a  
1630 tragédia, e a partir de março passou a coordenar o que é chamado Comitê  
1631 Interfederativo que do ponto de vista dos órgãos governamentais vai acompanhar  
1632 todas as obras de recuperação ambiental da região. Esse chama CIF, o CIF tem  
1633 sido reuniões mensais, da sua composição plena, e ele tem 10 Câmaras Técnicas  
1634 que também têm às vezes mais de uma reunião mensal cada uma dessas  
1635 Câmaras, mais adiante eu vou expor a situação do trabalho de cada uma dessas  
1636 de forma geral, na condição, assim, de coordenadora, que o Ibama, eu presido o  
1637 CIF, e depois cada representante, cada coordenador de Câmara Técnica vai expor  
1638 para vocês a situação. De forma geral de quem está acompanhando os efeitos do  
1639 ocorrido, tem muita coisa para ser feita, tem anos pela frente, e tem muitos  
1640 trabalhos atrasados, mas também está ocorrendo muita coisa, os órgãos  
1641 governamentais tanto do Governo Federal quanto dos Governos de Minas e do  
1642 Espírito Santo estão se estruturando para acompanhar, na verdade, são 41  
1643 programas relacionados à recuperação ambiental e a indenização dos atingidos.  
1644 Então, para acompanhar todos esses programas se montou uma estrutura de  
1645 governança complexa que nós queremos expor para vocês e fazer com que vocês  
1646 entendam que está sim ocorrendo acompanhamento, que apesar dos atrasos nós  
1647 estamos acompanhando tudo que está correndo, e quando necessário está  
1648 aplicando todas as sanções devidas. Então, a minha leitura é que o Governo está  
1649 bastante rigoroso nesse monitoramento da tragédia de Mariana, mas aí falamos  
1650 com mais detalhes quando for fazer a minha exposição. Eu acho, Ana, você vai  
1651 querer comentar alguma coisa além disso? Então, eu acho que podemos desfazer  
1652 a mesa e começar logo as apresentações.

1653

1654

1655 **MESTRE DE CERIMÔNIA** – Agradecemos a presentes, convidamos para  
1656 desfazer a mesa de abertura e ocuparem seus assentos no auditório. Para dar  
1657 prosseguimento à programação do seminário permanece na mesa a Diretora do  
1658 Departamento de Apoio ao Conama, Ana Lucia Dolabela, e a Presidente do  
1659 Ibama, Sueli Araújo, que continuará coordenando os trabalhos.

1660  
1661

1662 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – O primeiro a fazer a  
1663 apresentação é o representante da Câmara dos Deputados, Maurício Borato, meu  
1664 colega de Câmara. A Câmara dos Deputados tem uma Comissão Externa de  
1665 Acompanhamento da tragédia de Mariana e vem fazendo esse trabalho logo  
1666 depois do acidente os deputados estavam lá e os consultores legislativos junto, e  
1667 o Maurício é da Consultoria na área de meio ambiente que é minha área de  
1668 origem, nós somos parceiros da mesma área da consultoria da Câmara.

1669  
1670

1671 **O SR. MAURÍCIO BORATO (Câmara dos Deputados)** – Boa tarde a todos. É um  
1672 prazer imenso estar aqui no Conama, registrando que já fui Conselheiro aqui há  
1673 10, 12 anos atrás, representando as entidades ambientalistas de Minas Gerais, e  
1674 assim, o Conama é um órgão que nós temos muito carinho por ele porque no  
1675 nosso trabalho de área nós vemos a importância que ele tem, principalmente em  
1676 face daquelas primeiras resoluções que foram o embrião da nossa legislação  
1677 ambiental. Bom, passando então para o nosso tema, eu vou, eu tem uma  
1678 apresentação com muitas imagens, eu acho que a maioria de vocês já têm, sabe o  
1679 que foi o evento e tudo, mas de qualquer forma vou passar rapidamente para nós  
1680 fazermos mais ou menos uma uniformização do ocorrido. Por favor. Então, vou  
1681 fazer a apresentação nessa ordem que está aí. Próximo. Bom, os antecedentes  
1682 nós temos aí alguns que consegui coletar principalmente no Estado de Minas  
1683 Gerais, alguns acidentes com barragens, com rompimento de barragens, algumas  
1684 delas com mortes, e essa da Samarco agora é a que realmente ficou bem acima  
1685 das outras tanto em termos mortes como de destruição ambiental. Esses foram  
1686 dois dos acidentes aí, essa primeira à esquerda foi a Cava C1 da Rio Verde, na  
1687 época eu era Conselheiro do Copam, de Minas Gerais, essa foto foi tirada 6 anos  
1688 antes do acidente. Foi feito o alteamento continuo dessa cava até que um dia ela  
1689 se rompeu. E à direita ali a Mineração Pau Divino, também, você imagina ter um  
1690 sítio no final de semana e de repente vem aquela avalanche de lama e acaba com  
1691 todo o seu sonho. Próximo, por favor. Essa é uma cicatriz do primeiro acidente da  
1692 Rio Verde na região de Nova Lima. Bom, a empresa, todos sabem então que a  
1693 Samarco é uma empresa que tem o controle das duas maiores empresas, a maior  
1694 empresa de mineração do mundo, que é a Billyton, e a maior empresa de  
1695 mineração do Brasil que é a Vale. Então, o minério de ferro passa pelo  
1696 beneficiamento lá no local e o minério rio ele vai depois no beneficiamento na  
1697 forma de poupa, através de 3 minerodutos até o Espírito Santo, no Município de  
1698 Anchieta onde existe uma, acho que 3 ou 4 unidades de pelotização, e depois ele  
1699 é exportado. E a Barragem de Fundão ela integra ou integrava um conjunto de 3  
1700 barragens lá da região, uma próxima da outra, que teríamos aí a Barragem de

1701 Germano, a Barragem de Santarém que é logo abaixo, que seria mais uma  
1702 barragem de decantação e de recirculação ao invés de deposição, a Barragem de  
1703 Germano que é a maior é a Fundão era lateral a ela, vamos ver nas próxima aí.  
1704 Essa é a entrada da empresa, esse aí é uma visão geral do local, o complexo de  
1705 Germano junto com a Mina de Alegria. Esse aí é a Mina de Alegria, divisa de  
1706 Mariana com Ouro Preto, uma parte é da Samarco a outra parte da Vale. Isso um  
1707 outro detalhe das instalações industriais. E esse aí é o mineroduto, quando ele  
1708 estava sendo, quando ele estava em implantação, o último deles. Essa é uma  
1709 estação de bombeamento, de tempos em tempos você tem que ter uma estação  
1710 elevatória para elevar a poupa para poder vencer as montanhas ali, a serra. E  
1711 essa unidade de pelotização que tem lá em Anchieta, no Município de Anchieta, e  
1712 ao fundo o porto por onde são exportadas as pelotas de minério de ferro. Bom, a  
1713 tragédia todo mundo deve ter sabido a partir da imprensa, são duas barragens que  
1714 estavam passando por um processo de alteamento, uma lateral à outra, e o  
1715 rompimento de Fundão ocorreu na tarde do dia 05 de novembro, acabou de  
1716 completar um ano agora. Os rejeitos de Fundão galgaram a Barragem de  
1717 Santarém, situada a uns 3 quilômetros abaixo e se deslocaram como uma  
1718 avalanche de lama nos vales a jusante. Nós tínhamos ali Rio Galacho do Norte,  
1719 depois Do Carmo, depois o Rio Doce até chegar no oceano. Então, aí nós temos a  
1720 localização, vocês podem ver a Barragem de Germano à esquerda, a Barragem  
1721 de fundão à direita e embaixo a Barragem de Santarém. Esse aí é um esquema  
1722 de como ocorreu o acidente, de lama, a princípio pensou-se que a Barragem de  
1723 Santarém tinha também se rompido, a primeira notícia que nós tivemos é que  
1724 duas barragens tinham rompido, depois, a partir das primeiras imagens no dia  
1725 seguinte é que se pôde perceber que a de Santarém, situada a jusante não tinha  
1726 se rompido, tinha sido galgada; mas o Distrito de Bento Rodrigues tinha sido  
1727 quase que totalmente arrasado. Isso aí é um outro esquema bastante didático,  
1728 que ali você tem os Dique que separavam os rejeitos, que separam ainda, que os  
1729 Dique ainda existem, Sela, Tulipa e Selinha, que separam os reservatórios de  
1730 Germano e de Fundão. Com o rompimento de Fundão houve um rebaixamento  
1731 natural, porque o rejeito escoou rio abaixo, e aí esses Dique corretam um sério  
1732 risco e parece que agora, acho que o DNPM vai poder falar mais tarde se já estão  
1733 em um ponto de segurança mais aceitável. Próximo. Aí uma comparação que  
1734 seria uma situação antes e depois, vocês podem ver à direita a Barragem de  
1735 Fundão, à esquerda um pedacinho do reservatório de Germano, antes, na parte  
1736 de cima, e depois do acidente. Essa é uma visão já de montante para a jusante,  
1737 de um helicóptero da rede Globo na manhã seguinte ao acidente. Nós podemos  
1738 ver a barragem, o reservatório de Germano intacto, e à esquerda onde era o  
1739 reservatório de Fundão já rebaixado porque a lama já tinha escoado. Aí que eu  
1740 falei, um dos Dique, um daqueles Dique sofreu um sério perigo de se romper  
1741 também um por causa dessas cicatrizes que apareceram em função do  
1742 rompimento da barragem. Essa aí já a foto do DNPM, já são os trabalhos de  
1743 recuperação da região, construção de acessos e etc. e tal. Mais um também, local  
1744 onde era a barragem de Fundão. Próximo. E esse aí também uma visão geral, à  
1745 esquerda a Barragem de Germano, intacta e à direita de Fundão já arrebentada. E  
1746 a lama quando saiu de Fundão ela passou ali lambendo a base da Barragem de

1747 Germano, quer dizer, foi uma ameaça muito grande porque se a barragem de  
1748 Germano se rompesse também, aí íamos ter proporções ainda maiores do  
1749 acidente, por sorte, vocês vejam ali a base da barragem de Germano como foi  
1750 lambida também pela lama de Fundão. É um detalhe da anterior. Olha como  
1751 também todas as árvores que tinha aí nessa encosta, até chegar no leito foi tudo  
1752 levado e depois vocês vão ver o que aconteceu lá embaixo. Então, ficou tudo  
1753 pelado. Próximo. Mais um detalhe. Próximo. Vocês estão vendo que tem um  
1754 material de construção ali em cima da barragem, a própria Barragem de Germano  
1755 também parece que já estava sendo alteada, não sei se tipo de obra que eles  
1756 estavam fazendo aí, vamos ver se o DNPM possa nos esclarecer, mas o que nós  
1757 ficamos sabendo é que as duas, o projeto inicial era juntar as duas barragens no  
1758 futuro para que se pudesse ter um reservatório maior ainda. Essa é a Barragem  
1759 de baixo, Santarém, essa é uma vista dela alguns meses antes do rompimento,  
1760 você vê que ela era muito bem construída e, talvez, tenha sido um dos motivos  
1761 pelo qual ela resistiu. Próxima. Essa é uma visão de cima dela, eu estive em 2010  
1762 para fazer uma tese de Doutorado e ela depois ela foi mais alteada do que está aí.  
1763 Essa também é uma situação, então, antes e depois do galgamento. Antes e  
1764 depois da tragédia, do fluxo de lama, vocês vejam como ela resistiu. Aí é um  
1765 detalhe também. É um detalhe do vertedouro. Bom, as consequências a maioria  
1766 de vocês já sabe, 18 mortos e 1 desaparecido, mais de 1200 desabrigados, o  
1767 Distrito de Bento Rodrigues totalmente destruídos e outros povoados também, aí  
1768 nomeados, que foram invadidos de algum forma e estão sendo, a cidade Barra  
1769 Longa também foi invadida pela lama parcialmente. Bens históricos culturais do  
1770 século XVIII perdidos, uma igreja muito bonitinha que foi embora, tem a foto dela  
1771 aí. Essa é uma foto que tirei de lá em 2010 par vocês terem ideia de como era  
1772 local lá, Bento Rodrigues. Ela fica na beira aí da estrada real, aí um detalhe da  
1773 placa aí de identificação de Bento Rodrigues, falando da festa popular que tem lá  
1774 no mês de junho. Um outro detalhe aí de Bento Rodrigues, aí ao fundo foi a igreja  
1775 que falei com vocês que foi embora, o restaurante ali da Sandra à esquerda.  
1776 Próximo. Essa então a situação antes e após a tragédia de Bento Rodrigues, em  
1777 cima antes e embaixo depois. Também uma visão do alto, isso aí Bento  
1778 Rodrigues. Próximo. Esse já no trecho chegando mais para a jusante. Isso é a  
1779 dificuldade dos trabalhos, o pessoal da Defesa Civil teve, assim, envidou esforços  
1780 imensos para conseguir primeiro tentar resgatar pessoas, depois deixar os corpos  
1781 e resgatar os animais também. Próximo. Isso foi o ginásio Arena para onde o  
1782 pessoal foi levado na noite seguinte ao do acidente, porque na noite do acidente  
1783 eles ficaram mesmo lá no meio do mato, só foram assistidos no dia seguinte. Bom,  
1784 mais consequências, severos impactos econômicos para Mariana e outros  
1785 Municípios, várias cidades e comunidades da Bacia do Rio Doce com  
1786 abastecimento de água interrompido, a comunidade indígena Krenak afetada, o  
1787 HS com produção energia elétrica interrompida, essa 4 aí, Candonga também  
1788 ainda está até hoje com risco de ruptura e a Celibra com as atividades  
1789 interrompidas. Celibra é uma fábrica de papel celulose. Esse é o mapa da Bacia  
1790 do Rio Doce mostrando os locais afetados. Isso aí a cidade de Barra Longa após o  
1791 acidente, você vê que ela foi parcialmente evadida, mas agora foi está sendo  
1792 limpa, reconstruída e tal. O pessoal está reclamando muito da poeira que é natural



1793 nesse tipo de trabalho. Essa imagem é impressionante que eu acho da avalanche  
1794 de lama passando pela Usina de Candonga, por ocasião, quando o fluxo chegou  
1795 lá nessa usina que foi a primeira. Graças a ela que grande parte dos rejeitos foi  
1796 contido acima, no trecho mais a montante, a partir da Candonga para baixo  
1797 praticamente não houve uma invasão extra leito dos rios Do Carmo e Doce. Desse  
1798 exemplo que eu estou falando, no caso aí houve aumento muito grande da  
1799 turbidez e tudo, mas não houve mais um arraste feito, aconteceu no trecho a  
1800 montante de Candonga. Esse é o pessoal pegando água lá em Governador  
1801 Valadares, que na época quando a avalanche de lama passou eles tiveram que  
1802 buscar outras formas de se abastecer. E também os índios Krenak protestaram,  
1803 interromperam a ferrovia da Vale. Esse é o Cenibra que teve parte das atividades  
1804 dela interrompidas também, é uma estação de tratamento da água dela que  
1805 também teve que ser interrompida por causa da lama. E outros impactos, então,  
1806 agora os impactos mais ambientais, como a Zuleika falou aqui, ainda incalculável  
1807 sobre os ecossistemas, isso ainda está sendo e vai ser detalhado aqui mais tarde,  
1808 os grupos temáticos aí. Houve mortandade de peixes em pleno período da  
1809 Piracema, imediata perda da biodiversidade ao longo de rio, destruição de área de  
1810 preservação permanente, desaparecimento de espécie endêmicas da bacia como  
1811 Surubim do Doce, poluição e assoreamento do rio, impactos sobre a foz do Rio  
1812 Doce em região marinha próxima a ela. As próximas aí nós vamos ver imagens  
1813 disso aí. Lembra aquele, um dos primeiros slides que eu mostrei aquela mata toda  
1814 que foi arrastada, chega nas áreas de Remanso a situação ficou dessa forma,  
1815 galhos e troncos ficaram acumulados na área de Remanso. Os peixes, a  
1816 mortandade de peixes foi enorme. O Surubim do Doce, peixe ameaçado de  
1817 extinção. Isso aí é uma imagem da Nasa mostrando a pluma normal do Rio Doce  
1818 no dia 05 de novembro, logicamente que não tinha chegado ainda que estava  
1819 acontecendo o desastre lá em cima e aí já no final do mês quando o fluxo de lama  
1820 chegou na foz do Rio Doce e entrou no mar. Aí nós tivemos algumas medidas que  
1821 tentaram isolar os ecossistemas marinhos e essas áreas de mangues, mas parece  
1822 não deu muito certo não. Olha como ficou, cor de caramelo, o mar. Uma vista de  
1823 cima agora, aí. Mais um, mais um. Bom, as causas, então nós sabemos que tem  
1824 vários inquéritos aí rolando da Polícia Federal, do Ministério Público, e etc., e tal,  
1825 tem os órgãos ambientais, e em 32 de 45 acidentes de barragens no mundo, 32  
1826 dos 45 ou se dão por liquefação ou por paipin, que são dois processos que eles  
1827 estão desconfiando, quase certo lá na barragem tenha sido liquefação também,  
1828 associado com alguns processos de paipin também porque algumas pessoas  
1829 disseram que tinha você, tinha água vertendo no meio do talude da barragem.

1830  
1831

1832 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Maurício, explica o que é  
1833 liquefação e paipin.

1834  
1835

1836 **O SR. MAURÍCIO BORATO (Câmara dos Deputados)** – Liquefação é quando o  
1837 material que é jogado na barragem é formado por área e lama, dependendo de  
1838 certa situação eles podem quase que virar água, por isso fala liquefação. Você

1839 tem certas condições que fazem, eles estão em repouso e aí dependendo de uma  
1840 vibração, alguma coisa assim, eles se liquefazem, eles viram água. Então, isso  
1841 pode estar associado também com entupimento de drenos, o próprio mecanismo  
1842 do paipin também que é a água penetrar e sair no local que não deveria. Então,  
1843 todos esses fenômenos podem estar associados para ter explicado isso que  
1844 aconteceu lá em Mariana. De qualquer jeito chuva não foi porque na época não  
1845 estava chovendo, não choveu nem antes, nem no dia seguinte, foram registrados  
1846 pequenos sismos também, mas já está chegando à conclusão que não foi a  
1847 causa, talvez um efeito também, nenhum dos dois. Sismos já frequentes lá,  
1848 existência de caverna quando foi feita a ampliação da Barragem de Germano  
1849 foram constadas algumas cavernas ali perto da área industrial. Pode ser que  
1850 houvesse também cavernas do outro lado, não sabemos. A Vale jogando rejeito  
1851 excessivo na barragem? Isso foi levantado também essa hipótese que ela teria  
1852 autorização para jogar 5% e parece que estava jogando 25, 30. São coisas que  
1853 estão sendo apuradas. Muito peso na bacia porque essa bacia além dos depósitos  
1854 de rejeito ela ainda tinha adjacente um depósito de estério da mina de fábrica da  
1855 Vale. Então, mais para frente vamos ver isso. É isso aí que estou falando, vocês  
1856 estão vendo aí em amarelo a barragem, o reservatório de Germano, em vermelho  
1857 o reservatório do Fundão e à direita de Fundão, em rosa uma pilha de estério da  
1858 mina de fábrica da Vale, e à direita a mina de fábrica da Vale. Quer dizer, você  
1859 tem muito depósito concentrado numa bacia só. Próximo. Erro de projeto, quer  
1860 dizer, o original não conceberia tantos loteamentos, aqueles acidentes que mostrei  
1861 logo no primeiro slide de Minas Gerais, a maior parte deles aconteceu por ocasião  
1862 dos alteamentos, quer dizer, eu acho que é nesse ponto que nós vamos ter que  
1863 tomar mais cuidado, doravante, porque você prevê a barragem com um certo  
1864 volume, daqui há pouco você fica sem área e aí vai procurar outra área e não  
1865 consegue, vai licenciar e tal, enquanto isso você vai alteando e um belo dia é a  
1866 gota d'água. Erro de execução, quer dizer, foi constatado que tinha água demais  
1867 na barragem, não poderia ter deixado que isso acontece. Monitoramento e  
1868 auditoria de segurança de barragem deficiente, falta de fiscalização ambiental do  
1869 órgão de mineração? Decisão equivocada da direção da empresa? Quer dizer,  
1870 todas são causas que podem ter em menor ou maior grau contribuído para o  
1871 acidente, mas a maior delas sem dúvida causas humanas, nós podemos atribuir  
1872 pouco ou quase nada à natureza. O erro foi nosso, nosso que digo dos humanos.  
1873 Responsabilidades. A empresa, o que é a empresa? Nós vimos reportagens  
1874 dizendo que o lucro que a empresa tinha investido nos últimos anos, muito mais  
1875 em produção do que em segurança, ou seja, o lucro estaria acima da segurança,  
1876 foi negligência ou risco calculado? A conclusão que estamos chegando cada vez  
1877 mais é que foi um risco calculado, a empresa achou que não iria acontecer nada e  
1878 aconteceu. O Poder Legislativo também tem a responsabilidade, não temos lei?  
1879 Nós temos a lei de 2010, é a 12.334, ela só tinha 5 anos, mas se você for analisar  
1880 a lei em detalhes nós vemos algumas coisas que precisam ser aperfeiçoadas, por  
1881 exemplo, o plano de ação de emergência, ele só é exigido pela lei para aquelas  
1882 empresas que têm potencial alto, quando deveria ser exigido para todas, na minha  
1883 opinião, óbvio. Poder Executivo, negligência no cumprimento das leis ou  
1884 desestruturação dos órgãos? Esse último aspecto estamos carecas de saber, todo

1885 mundo sabe que os órgãos ambientais, os órgãos de fomento à mineração, DNPM  
1886 estão sucateados e nós estamos procurando tentar resolver isso o novo código de  
1887 mineração, mas o código também não sai. Não é Walter? O Walter está ali. Difícil,  
1888 nós sabemos como são as condições de trabalho, não é fácil não. Poder  
1889 Judiciário, morosidade e impunidade, também poderia ser um fator? Esses todos  
1890 poderosos acham que nunca vão ser alcançados pela lei, tomam decisões  
1891 procurando beneficiar mais os acionistas do que os diretamente interessados. As  
1892 entidades de classe também, será que não haveria corporativismo excessivo? Ou  
1893 outras, têm outras responsabilidades. Então, agora vamos falar um pouquinho,  
1894 uma comissão externa foi criada logo após o rompimento, ela fez uma visita à  
1895 região no dia 16 e 17, 10 dias depois do acidente, 12 dias depois do acidente, e  
1896 veio o requerimento de informação, ofício a diversos órgãos, ouviram 24  
1897 convidados em 7 audiências públicas e elaborou um relatório preliminar que foi  
1898 aprovado em dezembro de 2015. Nesse relatório já havia então 3 projetos de lei.  
1899 Esses são fotos da reunião que foi feita na assembleia, no primeiro dia, dia 16.  
1900 Essa foi uma foto que foi feita durante a visita à região de Bento Rodrigues e esse  
1901 foi a outra reunião que foi feita na assembleia junto com a comissão que a  
1902 assembleia de Minas também teve uma comissão sobre a barragem. Essa foi uma  
1903 das audiências públicas que nós fizemos aqui em Brasília, está aí o pessoal da  
1904 região, o cara lá do MAB, o Padre, não sei quem mais está ali, o deputado e o  
1905 Procurador Carlos Eduardo. Bom, então, naquele, já naquele relatório de  
1906 dezembro o deputado Sarney Filho era o coordenador na época, e ele sabiamente  
1907 falou: “gente, nós temos que propor alguma coisa agora porque o acidente, o  
1908 desastre, o nome que se dê está na mídia, daqui a pouco ele vai paulatinamente  
1909 saindo da mídia e vamos perder a oportunidade”. Então, nós, nós que eu digo, nós  
1910 os consultores da casa juntamente com os deputados da comissão elaboramos  
1911 três projetos de lei que foram aprovados e já estão em tramitação lá na Casa.  
1912 Esse primeiro, o 487, o 4287 ele propõe diversas alterações na lei de segurança  
1913 de barragem, tipo aquela que eu mencionei, exigir que o plano de ação de  
1914 emergência seja feita todas as barragens, exigir a implantação de sirene, exigir a  
1915 execução de simulados nas comunidades a jusante, porque ali para vocês terem  
1916 uma ideia a comunidade nunca tinha feito nenhum treinamento, não havia sirene,  
1917 não havia rota de fuga, o pessoal teve que se virar sozinho na tarde/noite do  
1918 acidente. Então, essas pequenas coisas que nós achamos que é a lei, porque a lei  
1919 não é ruim, mas ela precisava, eu acho que precisa desses aperfeiçoamentos que  
1920 foram inseridos nesse projeto. O seguinte ele altera a lei de crime ambientais para  
1921 possibilitar o aumento do teto das multas até 100 vezes o valor máximo em caso  
1922 de desastre ambiental, e garantir o pagamento de multa não desobriga o infrator a  
1923 reparar os danos causados. E tem ainda um terceiro projeto de lei que altera a lei  
1924 de resíduos sólidos para equiparar a resíduos perigosos, os rejeitos de mineração  
1925 depositados em barragens a jusantes das quais existam comunidades que  
1926 possam ser atingidas. Quer dizer, o resíduo é perigoso, mas se a população a  
1927 jusante, qualquer que seja o resíduo é perigoso, qualquer, porque o resíduo de  
1928 minério de ferro apesar de ser inerte em sua maior parte ele é perigoso porque  
1929 haja visto o que aconteceu. Então, esses três PLs estão tramitação. Além disso,  
1930 tem outros projetos lá, tem o projeto que a própria comissão propôs, mas como ele

1931 não foi aprovado, não houve tempo de aprovar, o deputado Sarney Filho, na  
1932 época, antes de se tornar Ministro, ele adotou o projeto que é um projeto  
1933 alternativo ao código de mineração brasileiro, porque lá estava tramitando alguns  
1934 projetos que não levavam muito em conta a questão social e ambiental. Então, ele  
1935 propôs esse projeto alternativo e um dos artigos fala que é obrigatória a  
1936 contratação de seguro, que é uma outra coisa que eu achei que seria muito  
1937 interessante trazer as companhias seguradoras também para o jogo porque elas  
1938 seriam, elas próprias também seriam fiscalizadoras, porque elas não teriam  
1939 interesse que houvesse os acidentes. Próxima; Além disso também tem outros  
1940 projetos tramitando sobre a contratação de seguro, mas a notícia ruim disso aí é  
1941 que esses três aí foram rejeitados nas Semades, agora na última reunião  
1942 ordinária. Nós, infelizmente, nós estamos com uma bancada lá ambientalista que  
1943 está minoritária no momento, então, não temos conseguido aprovar projetos de  
1944 interesse socioambiental, infelizmente. E resta dizer ainda que a possibilidade,  
1945 não a obrigatoriedade da contratação de seguro já existe na legislação, quer dizer,  
1946 o órgão ambiental quando vai licenciar ele pode exigir, isso já está previsto na lei  
1947 de resíduos sólidos e no art. 9º 13, da lei da nossa política de meio ambiente.  
1948 Encerrando então, só para... Esse artista ele se chama Léo Santana, não sei se  
1949 vocês conhecessem, mas ele em 1994, lá no Córrego dos Macacos, vocês  
1950 conhecem lá? Pertinho de Belo Horizonte, Nova Lima, ele fez essas esculturas de  
1951 concreto e rejeito de minério de ferro, são esculturas que foram feitas na beira do  
1952 Córrego Macacos onde 7 anos depois ocorreu o acidente da Rio Verde com  
1953 mortos também, da mesma forma que agora em Mariana. Quer dizer, até  
1954 pareceria que ele estava em premonição do que aconteceria mais tarde. Então, eu  
1955 acho que nós estamos aqui, temos que unir esforços e ver o que cada um pode  
1956 fazer, ver o que cada um pode contribuir para que acidentes ou tragédias, o que  
1957 for, o nome que se queira dar a isso, não volte a acontecer porque do jeito que  
1958 está elas vão continuar acontecendo. A cada período chuvoso nós vamos ficar  
1959 preocupados, feito ficamos. Esse projeto de lei que nós propusemos, que a  
1960 Comissão propôs ele prevê também uma integração maior com a Defesa Civil, a  
1961 Defesa Civil é muito importante nessa hora também, mas nós temos que caprichar  
1962 nas leis, o Executivo tem que caprichar na execução e o Judiciário tem que  
1963 caprichar também na punição quando se fizer necessária. Bom estou aberto, se  
1964 houver alguma dúvida. Muito obrigado. E desculpe se passei um pouco o tempo.  
1965 *(Palmas!)*

1966  
1967

1968 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigado, Maurício. Eu acho  
1969 que poderíamos fazer toda as apresentações e faz uma sessão de debates no  
1970 final, pode ser? É assim que está na programação? O debate no final está na  
1971 programação. Vai ficar aqui, todo vai ficar aqui. O próximo a falar é o pessoal, é o  
1972 Walter, do DNPM. Para não acumular muita coisa? Vamos, talvez podemos fazer  
1973 do DNPM, eu falo, o duro é que o debate vai depender das Câmaras Técnicas,  
1974 vamos correndo e vemos. Eu prometo fazer o seguinte, na minha fala vou  
1975 encurtar, se for o caso completo no final para podermos entrar nas Câmaras  
1976 Técnicas, que é o pessoal que está em campo lá vendo o que realmente está

1977 acontecendo. Vamos tocando, se for possível eu faço isso, vamos tocando e  
1978 vendo o material, senão vamos debater coisas que os outros vão trazer as  
1979 respostas, que o pessoal da Câmaras Técnicas do CIF está acompanhando  
1980 diariamente com expedições, então, eles vão trazer detalhes do que está  
1981 ocorrendo no local hoje. Os representantes do CIF vão falar pouco tempo, não é  
1982 apresentação longa como essa não. Vamos lá, Walter.

1983

1984

1985 **O SR. WALTER ARCOVERDE (DNPM)** – Boa tarde, gostaria de agradecer o  
1986 convite do Doutor Marcelo Cruz, Secretário-Executivo do Conama, ele nos  
1987 convidou, o Departamento Nacional de Produção Minerária para falar de  
1988 planejamento da fiscalização de barragens de rejeitos. Então, a nossa  
1989 apresentação não é focada apenas na questão Mariana. Inicialmente gostaríamos  
1990 de falar alguns princípio da problemática da segurança de barragens, alguns  
1991 exemplos de rompimentos no mundo, esses últimos meses nós temos ouvido  
1992 muito especialistas, consultores, eu não sou especialista em segurança de  
1993 barragens, sou um gestor público, mas temos aprendido muito com os  
1994 especialistas e é importante quando vamos fazer um planejamento de trabalho de  
1995 fiscalizar uma área como essa, nova, uma área, uma legislação nova, para nós em  
1996 fase de implantação e nós temos que... A maior parte melhorar muito o  
1997 conhecimento do objeto que nós queremos atacar. Então, alguns princípios, as  
1998 barragens não são seguras, elas estão seguras, é um conceito de tempo, depende  
1999 da operação, quantidade de água que você jogou, quantidade da lama,  
2000 quantidade de rejeito. As barragens devem ser bem projetadas, bem construídas e  
2001 bem operadas. Nas barragens de rejeito o ideal é que o volume de água livre seja  
2002 igual a zero, não conformidade nas barragens, construção e operação tolerância  
2003 também zero, isso foram ensinamentos que o engenheiro Paulo Abraão, em  
2004 palestra recente no Ministério de Minas e Energia nos passou e que nós achamos  
2005 muito relevante retransmitir. Em 2013, nos Estados Unidos houve o rompimento  
2006 de talude da Mina de (...), em 10 de abril de 2013, muito forte também o desastre  
2007 aqui. Em 2014 no Canadá, em Mont Poli, em 10 de agosto de 2014 também houve  
2008 um importante de barragem com dano ambiental, felizmente sem vítimas. Em  
2009 novembro de 2015 em Iamar, uma pilha de estérilo desceu e foram 113 vítimas.  
2010 Em novembro de 2015, depois de 05 de novembro nosso aqui. Bom, em 2014 nós  
2011 tivemos em Itabirito também um acidente com minério de ferro, com barragem, a  
2012 Herculano Mineração. Depois em 2015 Mariana, então nós estamos lidando com  
2013 uma situação que é realmente mundial, as estatísticas falam em dois acidentes  
2014 média ano/mundo, graves, acidentes graves. Já esse ano, em agosto de 2016,  
2015 recentemente, então, uma pilha de gesso da Empresa Mosaic também teve um  
2016 rompimento aqui e dano ambiental, nos Estados Unidos. Esse desastre de  
2017 Mariana mudou completamente a forma de encarar o problema. Então, esse ano  
2018 nós fomos bombardeados de toda forma de perguntas, de discussão, e nós  
2019 ouvimos atingidos, ouvimos a Academia, consultores, mineradores, o Ministério  
2020 Público foi muito importante também, temos debatido bastante, e nós vimos que o  
2021 gerenciamento da informação tem que ser em tempo real, não se pode ter uma  
2022 data, assim, março quando se recebe um relatório de atividades do minerador ou

2023 setembro quando se recebe uma declaração de condição de estabilidade, a  
2024 operação da barragem está suscetível à mudanças diariamente, então, a  
2025 informação tem que ser em tempo real. Outra coisa, nós vínhamos tratando e  
2026 ainda vimos porque precisa avançar, o assunto segurança de barragem como  
2027 mais um item da fiscalização de lavra da pesquisa, como algo a mais que fazemos  
2028 muito numa série de base legal que nós temos, inúmeras bases legais que nós  
2029 temos que fiscalizar. Não pode, esse assunto é específico, tem que ter uma área  
2030 específica de geotecnia, e não é só em barragem, é mina subterrânea, pilha de  
2031 rejeito, então, a questão de geotecnia na mineração ela tem que ser muito mais  
2032 valorizada e muito mais tornada importante. Então, isso vou falar adiante o que  
2033 estamos tomando de providência nesse sentido. Isso foi um aprendizado também.  
2034 O desafio de medidas de gestão territorial a jusante, e a interlocução com as  
2035 comunidades está ainda muito defasado do necessário, então, nós fizemos a  
2036 Portaria do PAEBM, mas é como foi dito, aqui essa interlocução tem que evoluir  
2037 muito. Do lado do empreendedor nós temos que obrigar a instrumentalização e o  
2038 monitoramento da condição de barragem em tempo real, tem que haver o que  
2039 aconteceu pós o rompimento de Fundão e a implantação e radares, de estruturas  
2040 de sala de controle, de atividades a jusante de aviso, isso tem que ser o normal  
2041 para a estrutura de porte, de barragem de porte como a que nós temos em todo o  
2042 Brasil, especialmente em um quadrilátero ferrífero onde você concentra uma  
2043 quantidade enorme de estruturas do lado de uma região altamente povoada, com  
2044 uma população urbana muito próxima das estruturas. Então, aqui um exemplo,  
2045 esse slide mostra o exemplo de monitoramento dos Diques remanescentes, das  
2046 estruturas remanescentes de Germano que sofreram impacto. Então, a partir do  
2047 dia seguinte, dia 06 quando nós interditamos e verificamos essas estruturas,  
2048 notificamos a empresa e dali em diante diariamente passaram a nos informar os  
2049 fatores de segurança dessas estruturas. Então, esse monitoramento tem que  
2050 existir sempre, agora, quando você receber essa informação, como agir é quase  
2051 uma situação de emergência constante, muito diferente de como estava se  
2052 tratando. Então, para você planejar uma fiscalização... Quanto tempo eu tenho?  
2053 Só para me programar aqui, que está demorando a passar aqui. Muito pouco, 5  
2054 minutos? Agora que comecei, já está nos 25? Já passou? Me desculpe. Para se  
2055 planejar uma fiscalização, qual é o objeto? Quantas são? Hoje nós temos  
2056 cadastradas 402 barragens inseridas na política, agora estamos atualizando o  
2057 cadastro com dados de base, com dados de 2015, e nós vamos de 499 barragens  
2058 inseridas na política. Hoje elas estão dentro de um relatório anual de atividades, o  
2059 RAU do DNPM, e estamos levando para um sistema automatizado, informatizado.  
2060 Então, elas estão distribuídas dessa forma, todas as barragens, as inseridas na  
2061 política 268 estão em Minas Gerais, 71 nos Pará, que são os destaques, e Mato  
2062 Grosso 40. Está difícil de passar, pedir para passar ali, pode ir passando, por  
2063 favor. A base legal todos conhecessem, a lei, a Resolução CNRH 143, a Portaria  
2064 416/2012 e a 526/2013, essa última é a do plano de ação de emergência e a  
2065 primeira o plano de segurança de barragens. O empreendedor é responsável legal  
2066 pela segurança da barragem, o art. 4º Inciso III, nós exigimos que ele apresente  
2067 uma declaração de condição de estabilidade, os órgãos do Sisnama e o DNPM  
2068 representando o Ministério de Minas e Energia são os órgãos fiscalizadores. Plano

2069 de segurança tem todas essas informações, todo minerador tem que ter, nosso  
2070 site todas essas informações, está disponível e toda a classificação das  
2071 barragens. O art. 16 da lei explicita o que o órgão fiscalizador tem que fazer, ali  
2072 nós seguimos todos esses itens do art. 16 e uma delas é essa de disponibilizar a  
2073 sociedade a posicionamento das estruturas e dar visibilidade. Bom, em janeiro de  
2074 2016 nós baixamos a Portaria DNPM 14 exigindo que sob pena de interdição  
2075 todos os mineradores que ainda não tinham cumprido a 536 entregassem à  
2076 Defesa Civil e prefeituras os planos de ação de emergência. Isso repercutiu  
2077 fortemente, houve toda uma mobilização do setor e houve muito interdição  
2078 também. Próxima. Em 2015 focamos nas estruturas de Germano, aqui tem  
2079 imagem de Diques de Selinha agora em 2016, fator de segurança satisfatório. A  
2080 Barragem de Santarém, fator de segurança. Aí os fatores de segurança agora em  
2081 julho de 2016, isso foi o monitoramento mensal de descida de rejeitos de Fundão,  
2082 e aqui estão hoje, as barragens do complexo estão com seus fatores atendendo a  
2083 ABNT. Aqui um exemplo como estava Selinha e como está hoje. Próximo. Bom,  
2084 em 2016 nós fiscalizamos 304 barragens, 76% de todas as estruturas inseridas na  
2085 política em Minas, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Bahia, Amazonas, São  
2086 Paulo, Pará, Goiás, Tocantins, Rio Grande do Sul, Paraná e Sergipe. Isso foi  
2087 possível porque fiscalizamos 224 estruturas em Minas Gerais, de 38 mineradoras,  
2088 contratamos uma empresa de consultoria geotécnica com o apoio do Ministério de  
2089 Minas e Energia para realizar esse projeto. E foi muito importante porque nós  
2090 passamos a ter outras informações das demais estruturas do Estado.  
2091 Especificando o projeto de Minas, mas o tempo é exíguo. Então, 12%, para  
2092 resumir essa tela das barragens inseridas na política hoje nós estimamos, 12%  
2093 estão com necessidade de melhoria no estado de conservação, ou necessidade  
2094 de obra de manutenção e reforço da estrutura. Aí são achados, paipin aqui nesse  
2095 caso de um Dique de sedimentos que foi secado com rebaixamento da estrutura  
2096 hidráulica e obrigado a fazer obras. Aqui você tem processos erosivos que foram  
2097 identificados, deslocamento na estrutura da crista. Hoje nesse levantamento  
2098 entre as 224 barragens inseridas em Minas Gerais, 46 são do método construtivo  
2099 a montante, esse é um dado importante que não tínhamos esse número, dentro do  
2100 alçamento a montante nós suspendemos para novos requerimentos de lavra,  
2101 estamos fazendo um termo de cooperação com a UFOP para estudos de métodos  
2102 construtivos, e com a UFMG para reaproveitamento de rejeitos. As alturas das  
2103 barragens, 28 barragens entre essas 224 estão acima de 60 metros, 60 barragens  
2104 entre 30 e 60 metros. Nossa capacidade é de fazer 125 barragens/ano, fiscalizar  
2105 125 barragens/ano, fiscalizar o cumprimento do PSB e o cumprimento do PRBM e  
2106 a vistoria da estrutura, a condição da estrutura naquele dia da vistoria. Firmamos  
2107 um acordo com o Serviço geológico do Brasil, vamos ingressar mais 10  
2108 profissionais para atuar junto com o DNPM, já está firmado e o plano operacional  
2109 começa a ser reuniões e capacitações para se implementar. Mas de toda forma é  
2110 insuficiente, então, desse trabalho, dessa mostra de Minas Gerais nós criamos 5  
2111 indicadores, declaração de estabilidade, população a jusante, impacto ambiental e  
2112 econômico, dano potencial, risco, estado de conservação da estrutura, volume,  
2113 altura, e metro construtivo, e ranqueamos, demos peso a cada variável e cada  
2114 parâmetro desse para chegar a um exemplo hipotético que eu apresento ali de

2115 ranking das barragens prioritárias, ou seja, não é uma barragem que está com um  
2116 ação civil pública, às vezes barragem pequena sem grandes impactos a jusantes,  
2117 ela não deve ser tratada prioritariamente em relação a uma barragem com um  
2118 volume altíssimo, com altura altíssima, com metro construtivo a montante, que o  
2119 problema de condição da estrutura extravasora, condição de percolação, então,  
2120 estamos trabalhando com essa forma de ranquear. Criticidade e severidade. Isso,  
2121 desenvolvemos o primeiro módulo de um sistema de informação onde se  
2122 cadastra, se recebe as principais informações tanto de fiscalização quanto do  
2123 minerador para estar ranqueando automaticamente isso, para alertar e  
2124 aparecessem os alertas vermelhos. Então, rapidamente hoje você tem a  
2125 informação do minerador e uso dos dados por parte do órgão fiscalizador. O que  
2126 queremos é mudar isso, é um cenário desejado que é o sistema com informações  
2127 em tempo real, através inclusive com a fiscalização de campo mandando  
2128 informação, com informações do nosso cadastro mineiro, um pedido de  
2129 suspensão de lavra ele pesa para se priorizar uma estrutura a ser fiscalizada.  
2130 Então, é uma série de informações que entram para aquele ranking para você  
2131 estar definindo a vistoria. Então, ele cadastra, atualiza e classifica as barragens  
2132 automaticamente, hoje tudo ainda é manual, e você gera relatórios com as  
2133 barragens que são do tipo construtivo X, quais estão em situações de risco ou  
2134 acidentes e foram avisados à Defesa Civil, quais barragens estão interditadas,  
2135 quais as que não entregaram declaração de condição de estabilidade? Quais  
2136 estão em obras de alteamento? Isso sendo feito de uma forma mais automatizada.  
2137 Vamos passar. Aqui são os módulos, o primeiro está pronto e os demais estão em  
2138 desenvolvimento, é o módulo cadastrar e receber atualização de informações  
2139 relevantes. Aqui são diversas variáveis, a tela do sistema e embaixo as cores vão  
2140 classificando a barragem conforme o evento que está correndo. Então, você  
2141 ranqueia aqui, verde, amarelo e vermelho em função dos elementos da  
2142 fiscalização ou de informações de jornal, informação da população, do  
2143 trabalhador, do empresário, então, aquela questão do tempo real. As medidas  
2144 estruturantes, até dia 29 de novembro estão pretendendo fazer a revisão  
2145 normativa com mudanças relevantes, a questão da declaração de estabilidade ser  
2146 mais em duas vezes ao ano, você ter pontos de envio de informações, vai mudar  
2147 aqui, isso está dentro, essa regra de negócio da nova revisão normativa vai para o  
2148 sistema para poder se trabalhar. Firmamos um acordo e já falei aqui, está se  
2149 estudando o concurso, está se encaminhamos ao MME a solicitação já várias  
2150 vezes, agora retornaram para dar uma definição. E finalizando, eu gostaria de  
2151 dizer, o excesso de água em barragens é um ponto a ser eliminado, a questão da  
2152 liquefação, o que é a liquefação? É a perda de atrito dos grãos de areia do rejeito,  
2153 você tem um grão de areia encostado no outro você tem atrito, você está  
2154 segurando a barragem, quando perde esse atrito e a água passa entre um grão e  
2155 outro é o processo de fenômeno da liquefação. Confiabilidade das estruturas deve  
2156 ter o monitoramento em tempo real, que como foi mostrado 70% dos casos ou é  
2157 paipin ou é estrutura, ou a falta do extravasor, a falta do dreno de fundo,  
2158 funcionando. Então, nem só barragem de pequenas e médias empresas falem,  
2159 rompem, isso foi um aprendizado, até então era esse o paradigma, a interlocução  
2160 dos empreendedores com as populações deve ser bem melhorado, e auto



2161 administração das empresas têm se envolver diretamente para dotar de  
2162 segurança as suas barragens. O Ministério de Minas e Energia deve fazer uma  
2163 reunião com CEO das empresas agora até o final de novembro para mostrar uma  
2164 série de pontos, mostrar revisões normativas, envolver a alta administração das  
2165 empresas porque por mais que se fiscalize se não houver compromisso do  
2166 empreendedor, como a lei mesmo preconiza, se não houver um compromisso do  
2167 operador da barragem você pode passar duas vez na barragem no ano e pode  
2168 ocorrer o rompimento. Obrigado e agradeço o convite. *(Palmas!)*.

2169

2170

2171 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada, Walter. Eu vou fazer  
2172 um ajuste para facilitar o debate, o Dr. Roberto que é o representante, hoje  
2173 presidente da Fundação Renova não está presente, então ficaria só a minha fala  
2174 na questão dos aspectos gerais, vou fazer uma fala breve aqui de 10 minutos e  
2175 passar de imediato para as Câmaras Técnicas, porque aí nós facilitamos a  
2176 questão de ter mais tempo e mais informações para vocês debaterem. Nas  
2177 Câmaras Técnicas vou fazer uma pequena inversão de ordem, vai falar primeiro o  
2178 Belisário pela Câmara de Rejeitos e depois a Gisela ela pela Câmara de  
2179 Segurança Hídrica e Qualidade da Água, e depois nós damos sequência normal.  
2180 Obrigada Walter, obrigada. Vamos tentar fazer só um panorama geral de como  
2181 está a gestão de toda essa tragédia, da gestão do evento pós o ocorrido. Logo  
2182 que houve o rompimento, tanto os órgão ambientais, o Governo Federal quanto os  
2183 órgão ambientais dos Estados de Minas e Espírito Santo aplicaram uma série de  
2184 sanções e passaram a monitorar lá no local, em março foi firmado o famoso termo,  
2185 o acordo que a imprensa fala várias vezes o T-TAC, Termo de Transação e de  
2186 Ajustamento de Conduta, o que é esse T-TAC? É um acordo firmado entre União,  
2187 os Governos Estaduais e as três empresas envolvidas, a Samarco e suas  
2188 controladoras, a Vale e a BHP. O que esse T-TAC previu? Previu uma estrutura  
2189 de controle governamental, que é o Comitê Interfederativo, e previu a criação de  
2190 uma fundação, a fundação que hoje se chama Fundação Renova. Então, de agora  
2191 em diante quem vai tocar o trabalho de recuperação ambiental da área não é mais  
2192 a Samarco é a Fundação, a Fundação é composta de recurso providos pelas três  
2193 empresas, um terço de cada uma, Samarco BHP e Vale. Então, a relação agora  
2194 em diante é fundamentalmente entre o CIF e a Fundação Renova. Esse acordo  
2195 tinha uma homologação judicial, não é necessária, na verdade, a homologação  
2196 judicial, foi feito um esforço para homologação judicial para tentar fazer acessar  
2197 parte dessas ações da justiça que estão correndo relacionadas ao evento. Essa  
2198 homologação judicial ela caiu, está se tentando fazer uma outra, de qualquer  
2199 forma esse acordo é plenamente válido entre as partes e assim está sendo  
2200 tocado, tanto a União quanto os Governos Estaduais quanto as empresas para as  
2201 partes, esse acordo tem plena validade, ele independe de homologação judicial. A  
2202 homologação ela tinha relação com a questão das ações na justiça que estavam  
2203 em andamento. Então, se fazia, se tentava cessar parte dessas ações em virtude  
2204 da assinatura do termo, isso que caiu, a homologação, agora o acordo é válido  
2205 entre as partes e está sendo tocado. O Comitê Interfederativo é presidido pelo  
2206 Ibama, desde antes, eu entrei em maio, quando entrei a primeira reunião do CIF

2207 foi em abril, então, quando eu entrei a presidente anterior já estava na condição de  
2208 presidente do CIF, ele tem 10 Câmaras Técnicas, vou ler aqui a lista e quem que  
2209 está coordenando para vocês terem uma ideia. A primeira que é a primeira que vai  
2210 falar aqui é a Câmara Técnica de Gestão dos Rejeitos de Segurança Ambiental,  
2211 que é coordenada pelo Ibama, a Superintendência do Ibama em Minas Gerais; a  
2212 segunda, Câmara Técnica de Restauração Florestal e produção de Água,  
2213 coordenada também pelo Ibama, pela Diretoria de Usos Sustentável de  
2214 Biodiversidade e Florestas, a diretora vai apresentar para vocês; a terceira  
2215 Câmara Conservação e Biodiversidade coordenada pelo Instituto Chico Mendes; a  
2216 Quarta Câmara, Segurança Hídrica e Qualidade da Água coordenada pela  
2217 Agência Nacional de Águas, a Gisela vai apresentar aqui os que eles estão  
2218 fazendo, aqui então Organização Social e Auxílio Emergencial coordenada pela  
2219 Casa Civil da Presidência da República, quem vai expor para vocês é a Isabele; a  
2220 sexta, Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura, coordenado pelo Estado de  
2221 Minas Gerais, infelizmente eu acho que a Secretária não está por aí, essa Câmara  
2222 inclusive está com os trabalhos bastante adiantados, essa Câmara que está  
2223 fazendo a limpeza das infraestruturas de Barra Longa, estão com alguns  
2224 programas já bem adiantados. A outra, Câmara Saúde e Educação Cultura Lazer  
2225 e Informação, coordenado pelo Estado de Espírito Santo, essa está com os  
2226 trabalhos atrasados, eles começaram a atuar agora. A outra, Comunicação  
2227 Participação Diálogo e Controle Social, coordenada pela Secretaria de Governo da  
2228 Presidência da República. A outra Economia e Inovação, coordenada pelo Estado  
2229 de Minas Gerais, essa também tardou um pouquinho a começar, mas já está  
2230 atuando, já apresentou propostas na última reunião do Comitê Interfederativo. E a  
2231 última Câmara que foi na verdade um pedido do Ministro Sarney Filho, a questão  
2232 das comunidades indígenas, constituiu uma câmara específica e foi criada uma  
2233 Câmara que trata tanto das comunidades indígenas, quanto da questão do... Tem  
2234 uma área de quilombo, comunidades tradicionais. Essa é coordenada pela  
2235 Fundação Nacional do Índio, pela Funai e pela Fundação Palmares. Como é que  
2236 funciona esse Comitê Interfederativo? Nós temos reuniões ordinárias mensais, a  
2237 última ocorreu 15 dias atrás, sem ser semana passada na outra, dia 24 e 25, foi  
2238 em Minas Gerais, a próxima será acho que 23 e 24 no Espírito Santo, a maior  
2239 parte das reuniões estavam ocorrendo aqui em Brasília, nós passamos agora a  
2240 fazer essas reuniões nos Estados também, os Conselheiros se reúnem para  
2241 deliberar sobre o quê? Porque de manhã foi mencionado, o CIF e o Comitê  
2242 Interfederativo fizeram não sei quantas deliberações e não teve resposta. O  
2243 resultado da deliberação não é necessariamente uma resposta formal em  
2244 documento da Fundação ou da Samarco. Qual a função do CIF? A função do CIF  
2245 é dar diretrizes e acompanhar a execução de cada um dos programas previstos no  
2246 acordo, eu contei 40 programas, me falaram 41, devo ter contado errado, tem que  
2247 ir correndo no acordo e vendo a quantidade de programas que têm, esses  
2248 programas divididos por essas Câmaras Técnicas cada Câmara Técnica toma  
2249 conta de alguns programas o que o CIF faz? Dá diretrizes técnicas para cada um  
2250 desses programas, e depois acompanha a implementação e, além disso, ele vai  
2251 validar ou não o relatório de auditoria independente que vai ser entregue pela  
2252 Fundação sobre os programas. Então, o CIF durante todos os 15, 20 anos de

2253 trabalho que temos pela frente, ele vai atuar acompanhando a implementação  
2254 desses programas. Então, ele tem todo um desafio pela frente, somando todos  
2255 esses programas há um montante de recursos estimado em um pouco mais de 20  
2256 bilhões de reais, 21 bilhões para ser exata, é um dinheiro muito grande, isso  
2257 coloca a Fundação Renova, se esse dinheiro fosse depositado não ano a ano,  
2258 mas de uma vez só, isso coloca a Fundação renova como a segunda Fundação  
2259 em termos de recursos com dinheiro privado no mundo, abaixo só da Fundação  
2260 do Bill Gates, é muito dinheiro para recuperação ambiental, só o que está previsto  
2261 em desembolso anual. Adiantaria, na minha posição, adiantaria botar todo esse  
2262 recurso agora? Eu acredito que não, esses programas são progressivos, eles têm  
2263 que ser implementados progressivamente senão não vão funcionar. O que os  
2264 Governos, os diferentes Governos, o Governo Federal, os Governos dos Estados  
2265 de Minas e Espírito Santo têm que fazer? Estar o tempo todo monitorando isso,  
2266 não só o intermédio do CIF, do Comitê Interfederativo e suas Câmaras Técnicas,  
2267 mas também pelos órgão que fazem parte desse Comitê, porque o Ibama, ANA, o  
2268 ICMBio, os Órgão Estaduais de Meio Ambiente eles têm resguardadas todas as  
2269 suas atividades de fiscalização, todas, o acordo ele resguarda toda a atuação  
2270 fiscalizatória dos órgãos, ele não mexe em nada. Se vocês acompanharem a  
2271 página do Ibama, tem uma página do CIF com dados dos CIF e uma página da  
2272 atuação do Ibama no ocorrido, no evento, e vocês vão ver que o Ibama notificou  
2273 acho que... Não sei se foi o CIF. 68 vezes? É isso Belisário: 68 notificações do  
2274 Ibama em cima da Samarco, hoje o relatório que estou na mão falava em 12  
2275 multas, mas hoje são 16 multas do Ibama, provavelmente vão ser geradas outras  
2276 multas, os Órgão Estaduais também estão multando, se for necessário os órgãos  
2277 de fiscalização vão embargar o que for necessário. Então, a atividade de  
2278 fiscalização de comando e controle está mantida, isso o acordo preserva, em hora  
2279 nenhuma o fato de ter assinado o acordo significa que você está cedendo no rigor  
2280 de fiscalização e controle. Pelo contrário, se vocês acompanharam a própria  
2281 atuação do Ministério Público grande parte do que o Ministério Público está  
2282 apresentando na justiça é baseado em notas técnicas do Ibama e dos Órgãos  
2283 Estaduais de Meio Ambiente. Então, nas ações que o Ministério Público, seja o  
2284 Ministério Público Federal, seja o Ministério Público Estadual, estão propondo na  
2285 justiça, têm cópias literais e tem citação expressa de documentos produzidos no  
2286 âmbito do Comitê Interfederativo e dos órgão que estão acompanhando tudo isso.  
2287 Então assim, eu já fui lá, eu sei o que está lá, eu sei o rigor, o drama que é tudo  
2288 aquilo, mas eu quero deixar claro assim, que está sendo feito todo o esforço  
2289 possível para que esse acompanhamento, esse monitoramento, essa fiscalização  
2290 ocorra. Tem atrasos? Tem, e sérios, por exemplo, a lama que passou, você  
2291 rompeu, deixa-me pegar o volume aqui, que o Belisário que é bom desses  
2292 volumes, primeiro vazaram 32,2 milhões de metros cúbicos de rejeito, e depois, no  
2293 período da chuva do final do ano passado mais 11, 4 milhões de rejeitos vazaram  
2294 de Fundão, só 10% disso que passou por Candonga, Candonga virou uma grande  
2295 barreira de lama, era um hidroelétrica, passou a ser um DIC, na prática um Dique  
2296 de contenção de lama e você tem... 90% do rejeito está entre Fundão e  
2297 Candonga, está lá disposto ainda. Gerenciar tudo isso não é brincadeira, o que  
2298 estava a? Estavam, acontecendo atrasos, chegou até em maio principalmente o

2299 risco de rompimento de Candonga, nós chegamos a estar um metro do limite  
2300 técnico de estabilidade de Candonga pelo volume de lama, isso não está mais  
2301 assim hoje, hoje Candonga está estável. Por que Candonga está estável? Porque  
2302 o serviço de dragagem começou, começou muito tarde, essa dragagem era para  
2303 ter começado em março, começou em julho. É isso, Belisário? Março e julho, as  
2304 datas de dragagem? Era para ter começado em abril e foi para julho. Então, a  
2305 dragagem atrasou demais, eles tiveram problemas técnicos de como colocar as  
2306 dragas no local para começar os serviços. Então, com a dragagem outros serviços  
2307 atrasaram bastante, é um documento que foi lido de manhã que é o relatório, um  
2308 pedaço o relatório da operação Algias, uma operação muito bacana que estamos  
2309 fazendo praticamente em versões mensais, vou ter gente da Operação Algias em  
2310 campo no mês, agora no mês de dezembro, no mês de janeiro, já separamos  
2311 dinheiro para fazer Operação Algias em todo o período chuvoso. O que é  
2312 Operação Algias, é uma fiscalização de como está toda a extensão em termos de  
2313 APP e rejeitos que estão dispostos no trecho que vai até Candonga. Então, eles  
2314 andam e eles repetem os pontos. Eles foram em 77 pontos, e depois, na verdade  
2315 a Ana Alice vai explicar, você repete os pontos de verificação ao longo desse  
2316 curso d'água e vai vendo, tem erosão? Não tem. O serviço de contenção que era  
2317 para ter sido feito já estão prontos? Não. Eles têm os questionários, vão várias  
2318 equipe em vários trechos do rio e seus tributários e vão marcando como estão os  
2319 mesmos pontos. Estão repetindo essa operação Algias, já foram feitas algumas  
2320 idas a campo, vão ser feitas outras agora, e vão fazendo esses relatórios. E o que  
2321 o último relatório da Operação Algias mostrou? Que está com muito problema de  
2322 erosão, principalmente, na lama que está assim ao longo e dos rejeitos que estão  
2323 longo do curso d'água, os trabalhos estão muito atrasados, e nós estamos  
2324 tomando medidas junto à Fundação Renova para tentar agilizar isso, porque não  
2325 pode ficar, por que não pode ficar como está? Porque agora começou a chover e  
2326 nós não sabemos muito bem como essa lama toda vai se comportar no período de  
2327 chuva. Qual a nossa expectativa? No período de chuva agora que provavelmente  
2328 vai passar lama para o Espírito Santo, a lama vai passar por nós, vamos ter que  
2329 liberar lama por Candonga, mas que a barragem está estável. É risco zero: Risco  
2330 zero eu acho que não, mas o que os técnicos que estão acompanhando estão  
2331 falando é que hoje o risco já foi superado, a crise ocorreu no final de maio, pela  
2332 altura da lama, hoje a lama já abaixou bastante com a dragagem, então mesmo  
2333 em um cenário pessimista não estamos falando mais em rompimento de  
2334 Candonga. O que estamos falando é que vai haver carreamento de lama sim e  
2335 isso causa problemas, causa problemas para abastecimento de água, com a  
2336 turbidez. Então, isso já está sendo avisado. A Presidência da República colocou  
2337 os órgãos de Defesa Civil além do CIF para acompanhar isso desde 2 ou 3 meses  
2338 atrás, a Defesa Civil já está com planejamento para qualquer tipo de acidente que  
2339 possa ocorrer, inclusive em chuvas, assim, que nunca ocorreram na história de  
2340 Minas Gerais na região, eles já têm planejamento para esse tipo de emergência e  
2341 estamos atuando, gente. Assim, é um desafio enorme, é um problema complexo,  
2342 dessa dimensão apesar de haver rompimentos anteriores dessa dimensão não  
2343 tem precedentes, dessa dimensão não tem precedentes no mundo, desse  
2344 tamanho de dano não tem precedentes no mundo e o que está se fazendo é o

2345 maior esforço possível para acompanhar isso direito. Com órgãos que, aí eu quero  
2346 chamar atenção, que não tinham previsão orçamentária para fazer nada disso, eu  
2347 estruturei uma Secretaria para a questão do CIF no Ibama que vai ficar  
2348 permanente para os próximos anos, Minas Gerais está com 5 analistas *full time*  
2349 em Mariana, o Ibama de Minas Gerais e todos os órgãos envolvidos estão fazendo  
2350 isso e nós estamos trabalhando com uma coisa que não tínhamos previsão para  
2351 fazer. Eu mesma em mariana assino nota técnica, viro noite olhando documentos,  
2352 está todo mundo, Gisela também, Belisário também, quer dizer, os próprios  
2353 dirigentes dos órgãos estão envolvidos pessoalmente na análise técnica de tudo  
2354 isso porque nós não tínhamos estrutura para tocar tudo isso. Então, existe todo  
2355 um aprendizado de como os órgãos trabalharem em cima disso, como nós  
2356 trabalharmos juntos, estamos aprendendo a trabalhar internamente ao Governo  
2357 Federal com um monte de órgãos, aprendendo a trabalhar junto com os Estados,  
2358 em Câmaras Integradas, então, tem todo um esforço de construção que está  
2359 sendo tocado. Eu pessoalmente prefiro, eu vou falar aí não é pelo Ibama é como  
2360 interpretação jurídica, assim, a minha leitura é que se o acordo não é a melhor  
2361 solução, o acordo não foi o melhor que podia ter tido, hoje ele é a melhor solução  
2362 porque pelo menos os programas estão sendo implementados, você não vai ficar  
2363 20, 30 anos com ações sobre isso judicializadas, para brigar 20, 30 anos na  
2364 justiça, eu acho que para a população, para os atingidos, para o meio ambiente é  
2365 melhor fazer alguma coisa agora, paulatinamente. Então, para conseguir 20  
2366 bilhões de uma vez só, mas daqui 30 anos, eu prefiro conseguir um bilhão por ano  
2367 e terminar isso em 15 anos como está previsto os programas. Essa é a minha  
2368 posição pessoal, eu acho que é o melhor não só para os atingidos, como para o  
2369 meio ambiente, é aceitar o acordo e tocar esse acordo adiante. É assim que o  
2370 Ibama está levando, por orientação do Ministério do Meio Ambiente. O Ministro do  
2371 meio ambiente tem algumas críticas relevantes em relação a esse acordo, mas ele  
2372 optou pela aplicação do acordo para garantir os benefícios para os atingidos. É  
2373 essa a leitura do Ministério hoje em dia. E para garantir que a recuperação  
2374 ambiental possa começar logo de vez e não depois de anos de luta judicial. Essa  
2375 é a questão. Então, assim, independentemente da homologação judicial nós  
2376 vamos tocar o acordo adiante, essa é a posição oficial do órgão. Eu vou passar  
2377 para as Câmaras Técnicas, primeiro o Belisário que é questão mais de Rejeitos, a  
2378 parte de emergência, depois a Gisela com a parte de água, porque inclusive a  
2379 parte de abastecimento de água é uma coisa super sensível para as prefeituras, o  
2380 pessoal de Valadares, a prefeitura de Valadares, a principal preocupação, a  
2381 prefeita nem deforme por causa desse abastecimento de água, então vou colocar  
2382 nessa ordem das emergências, primeiro Belisário, depois a Gisela. 10 minutos  
2383 para cada um, é rapidinho agora.

2384  
2385

2386 **O SR. MARCELO BELISÁRIO (Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos/Ibama)**  
2387 – Bom dia, ou boa tarde. Por favor, vamos botar a apresentação, aquela zero aí?  
2388 Meu nome é Marcelo Belisário, sou analista ambiental do Ibama, superintendente  
2389 do Ibama em Minas Gerais e com a responsabilidade de coordenar a Câmara  
2390 Técnica de Gestão de Rejeitos. É bom frisar um ponto que a Dra. Sueli colocou, a

2391 questão que permanece, as competências de cada instituição, então, a questão da  
2392 Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos é um pedaço das atribuições que o Ibama,  
2393 como um todo, e inclusive a superintendência de Minas, do Espírito Santo, a  
2394 presidência, as diretorias aqui em Brasília têm lidado. Foi encomendado então um  
2395 informe, tentando chegar a 10 minutos aqui para o Conselho. A Câmara Técnica é  
2396 vinculada ao Comitê Interfederativo, tem uma deliberação específica que cria as  
2397 Câmaras Técnicas, foi atribuído a responsabilidade da coordenação ao Ibama de  
2398 Minas Gerais e lá no Ibama nós conseguimos montar um núcleo de atenção  
2399 permanente com 5 analistas lotados nesse núcleo, além de outros 5 que estão  
2400 praticamente 100% dedicados ao evento de rompimento. Os objetivos, o status,  
2401 trazendo de dentro do acordo é o manejo de rejeitos, implantação de sistema de  
2402 contenção dos rejeitos, tratamento *in situ* dos rios, programas de educação  
2403 ambiental e preparação para as emergências, e programa de gestão de riscos  
2404 ambientais. Bom fases, fase emergencial recuperação definitiva. Então, vamos lá,  
2405 o acordo ele visa a recuperação da bacia, ele se confunde, se mistura ou se  
2406 sobrepõe com a fase emergencial, mas ele não prejudica e não pode prejudicar a  
2407 fase emergencial. Com relação à Câmara de Rejeitos nós ainda estamos na fase  
2408 emergencial e não conseguimos avançar dessa fase ainda, nós temos algumas  
2409 visões de futuro, mas ainda estamos nela. Objetivos específicos da fase  
2410 emergencial é a gestão das ações de contenção dos rejeitos e gestão das ações  
2411 de recuperação e reforço das estruturas remanescentes, que já foram  
2412 apresentadas aqui, ações de implantação de novas estruturas de contenção e  
2413 melhoria da qualidade da água. A próxima reunião é amanhã lá na  
2414 Superintendência do Ibama em Minas Gerais. Bom, por favor, o próximo. Essa  
2415 aqui. Prioridades a serem alcançadas, estruturas remanescentes do Complexo de  
2416 Germano, contenção provisória e permanente de rejeitos da fonte, então, dentro  
2417 da área da Samarco que não exista poluição e degradação adicional, estratégia e  
2418 plano de ação para gestão de rejeitos, especialmente nos Rios Gualacho do Norte  
2419 e Carmo, dragagem da área emergencial da Barragem de Risoleta Neves,  
2420 Candonga; Eventos críticos a serem evitados. Foram citadas aqui a questão de  
2421 ruptura de barragem, nós vamos falar sobre isso, e a poluição, despejo de rejeitos  
2422 a jusante de Candonga poluindo o restante da bacia. Isso é a área de abrangência  
2423 de todo o curso do Rio Doce, 650 quilômetros, só que essa área aqui de  
2424 aproximadamente 115 quilômetros é a área de maior impacto. Então, nós vamos  
2425 concentrar nessa área que é a área emergencial, essa área emergencial está  
2426 dentro da área lá da Samarco, aqui está Fundão, Germano, como foi mostrado  
2427 aqui, até a usina de Candonga, Risoleta Neves. Dividiu para efeito didático aqui,  
2428 área 1, dentro da área Samarco que vai até o DIQUES3, essa é a área de  
2429 propriedade inequivocamente dentro da área da Samarco, e a partir daí a área  
2430 afetada, que atinge terrenos de terceiros, que inclui área de Bento Rodrigues,  
2431 DIQUE S4 até área de Remanso, da usina de hidrelétrica de Risoleta Neves, seria  
2432 essa segunda área, e a terceira a própria área da usina. Por favor. Então vamos  
2433 lá, essa primeira nós temos as estruturas remanescentes, Barragem de Germano,  
2434 DIQUE de Sela, Selinha, Tulipa, Barragem de Fundão e Barragem de Santarém,  
2435 estruturas definitivas em construção, eixo 1, nova Barragem de Santarém.  
2436 Estruturas emergenciais, foram construídos Diques denominados S de Santarém,

2437 Santarém 1, 2 e 3, que estão dentro da área da Samarco. Então, uma visão da  
2438 região antes, pré acidente lá dentro da barragem, aqui está a Barragem de  
2439 Fundão, aqui contidos pela Barragem de Fundão tinham 56,4 milhões de metros  
2440 cúbicos. Aqui tem a Barragem de Germano e ela é configurada por Diques de  
2441 fechamento, aqui está o Dique de Selinha, Tulipa e Sela. Por favor. Depois do  
2442 rompimento, então, rompeu, vazou a lama, num primeiro momento vazaram 43,6  
2443 milhões de metros cúbicos, sendo 12,8 milhões de metros cúbicos lá dentro. Falei  
2444 errado, no primeiro momento vazaram 32,2 milhões e depois paulatinamente, o  
2445 evento foi no dia 5, do dia 6 até o dia 18 de fevereiro foi quando ficou todo o Dique  
2446 S3 que conseguiu conter os rejeitos, na hora mais grosseira, ele entrou, ficou  
2447 caracterizado que houve uma liberação adicional, no total foram 43,6 milhões  
2448 liberados de Fundão. Isso aqui só uma imagem pré e pós lá de Germano, como foi  
2449 colocado aqui. Então, aqui está como era o ambiente antes do rompimento,  
2450 passou a onda de rejeitos afetando e levando parte do pé da Barragem de  
2451 Germano, é uma Barragem grande em altura, além de levar parte aqui das  
2452 estruturas do corpo do barramento ele entupiu o dreno de fundo e aqui são as  
2453 obras já finalizadas de recuperação dessa estrutura e extensão do dreno de fundo.  
2454 Então, aqui só foi um exemplo de estrutura remanescente, as estruturas  
2455 remanescentes são a Barragem de Germano, o Dique de Selinha, Tulipa, Sela,  
2456 todos já estão com fator de segurança dentro ou acima da norma técnica. Então,  
2457 nós entramos no período chuvoso com esse aspecto mais controlado e com  
2458 menor risco. Aí nós passamos para as estruturas definitivas em construção. Então,  
2459 nós temos barreiras de contenção, dentro da área da Barragem de Fundão nós  
2460 temos algumas barreiras, aqui tem uma barreira que é um exemplo, são 4 dessas  
2461 barreiras tentando controlar, evitar uma inércia de qualquer deslocamento interno  
2462 de Fundão e um eixo 1, esse eixo 1 aqui ele vai ser uma metodologia, uma  
2463 solução de engenharia de forma escalonada, com alteamento a jusante, que vai  
2464 dando capacidade de retenção crescente ao longo do tempo. É uma obra que está  
2465 atrasada em relação ao cronograma previsto, aqui é o eixo do barramento 1 e aqui  
2466 a Barragem de Fundão rompida, ela está abaixo. Aqui são imagens da obra. Aqui  
2467 é a área da Barragem de Santarém pré e a área de Santarém pós rompimento.  
2468 Aqui é uma imagem já da Barragem de Santarém com a questão de reforço  
2469 estrutural pronto, o fator de segurança acima de norma e aqui a imagem da obra  
2470 da nova Barragem de Santarém. O próximo, por favor. Também aqui fotos de  
2471 vistoria aqui, isso aqui foi do dia 20 de outubro, está muito dinâmica a obra aqui,  
2472 isso aqui é um vertedouro do tipo Tulipa, ele foi feito também para operar de  
2473 maneira escalonada, então, agora em dezembro ele deve ficar pronta a primeira  
2474 etapa com capacidade de retenção de 4 milhões e meio de metros cúbicos de  
2475 rejeitos. Então, ele vai tomar a água, vai extravasar água por essa altura aqui, só  
2476 que existe já uma expectativa de ainda em dezembro conseguir complementar o  
2477 Dique aí ele tomaria a água aqui pelo topo com uma capacidade de 7,1 milhões de  
2478 metros cúbicos de rejeito. Essa é a boa notícia das obras em andamento. Então,  
2479 em dezembro, no meio aí e antes da maior precipitação que é esperada para  
2480 janeiro nós teríamos uma estrutura de grande parte em operação. Por favor.  
2481 Passamos então ainda dentro de área Samarco para os Diques projetados ainda  
2482 em dezembro do ano passado, implementados, o primeiro que ficou pronto foi o

2483 S1, era de pequeno, 19.000 metros cúbicos, ficou assoreado de um dia para outro;  
2484 o 2 é 45.000 metros cúbicos ele ficou pronto em janeiro numa semana que não  
2485 choveu demonstrou que poderia ser eficiente essa metodologia, ele baixou de  
2486 40.000 NTU o afluyente aqui é o córrego que corria, da ordem de 40 NTU com  
2487 tratamento de floculante coagulante. E o Dique S3 que é a estrutura de maior  
2488 porte, ele ficou pronto no dia 18 de fevereiro e quase que imediatamente ele  
2489 entrou numa obra de alteamento, era 1,3 milhões de metros cúbicos, o alteamento  
2490 passou para 2,1 metros cúbicos, ele ficou pronto no final de março, no início, nos  
2491 primeiros dias da abril e agora ele está numa obra de alteamento fora de  
2492 operação. Então, a estrutura que segurou o rejeito durante todo o período de seca  
2493 foi essa estrutura S3. E demorou para ser alteada e o alteamento foi postergado e  
2494 está sendo feito agora, dentro do período de chuvas, nós vamos mostrar aqui,  
2495 está o Dique S3 e a área de inundação dele aqui já mostrando que na área de  
2496 remanso existe uma importante deposição de rejeitos. Isso é uma foto de antes do  
2497 início desse segundo alteamento, é só de um metro e meio que é alteado, ele vai  
2498 passar de 2,3 para 2, 9 milhões de metros cúbicos. Então, o que demonstra é o  
2499 seguinte, a expectativa é que ele ficasse pronto no dia 15/09, mais ou menos por  
2500 aqui, só que a empresa, a Samarco ela apresentou que ficaria pronta em outubro,  
2501 15 de outubro, e depois sem mais nem menos colocou a data de 27 de novembro,  
2502 ficando pronto. A nossa vistoria do dia 20 constatou que a obra estava com uma  
2503 paralisação por falta de blocos que constituam a obra. Esse foi um dos motivos da  
2504 multa diária de R\$ 500.000,00 para a empresa porque estava caracterizado com  
2505 esse tipo de gráfico e com constatação local que estava tendo uma nova poluição  
2506 e uma nova degradação no ambiente. Então, a partir da data do dia 16 de  
2507 setembro nós não mais temos, a exceção está abaixo de 100 NTU, a regra é estar  
2508 acima. Mudamos de área, saímos para área da Samarco e vamos para a área  
2509 impactada. Agora começamos na área de Bento Rodrigues e vamos até o  
2510 remanso de Candonga. Dique, volta 1. Dique S4. Então, esse é 4, novela, constrói  
2511 ou não constrói e tal, tinha a questão fundiária, foi assinado um TAC pelo Estado  
2512 de Minas Gerais com a empresa e outros intervenientes e por que ele foi  
2513 colocado? O Dique S4 não é solução sozinho para dar conta de nada dessa  
2514 contensão de rejeitos, ele faz parte de um todo, foi feita uma modelagem da  
2515 probabilidade de carreamento de rejeitos durante o período chuvoso e dentro  
2516 dessa modelagem o Dique S4 pode ter um papel importante, dentro de um cenário  
2517 positivo ele retém a capacidade dele, 1,5 milhões de metros cúbicos e minimiza a  
2518 possibilidade desses um milhão chegarem a mais lá na Barragem de Candonga.  
2519 Nós vamos ver aqui os Diquess de Gualacho que é outro que estão aí rateando e  
2520 não estão sendo implantados, o Dique de Gualacho está em implantação, e outras  
2521 intervenções como em Barra Longa, em áreas prioritárias, tributários e  
2522 intervenções, obras difusas. Só uma imagem de Bento Rodrigues antes e depois,  
2523 por favor. E aqui então está o Dique S4 em obras, essa aqui é uma ensecadeira, e  
2524 o dique propriamente ele está sendo construído aqui. Bom, outras intervenções,  
2525 então temos uma imagem de Barra Longa, teve até uma festa de entrega da praça  
2526 e da orla para a população final de semana passado, essa é uma vistoria no dia  
2527 do aniversário do rompimento, agora nesse sábado, que teve uma área de  
2528 exposição inicial da Samarco dentro de um parque de exposições e não se



2529 conseguiu uma logística de retirar o rejeito de lá, no primeiro momento para limpar  
2530 a cidade lá era um local parecia para a Samarco adequado e agora tirar ele vai  
2531 criar um transtorno muito grande para a cidade porque é preciso sair com rota de  
2532 caminhão para dentro da cidade para fazer uma volta dentro da cidade e num  
2533 curto circuito de trânsito passar de novo por essa área de saída dos caminhões,  
2534 enfim, foi feita uma solução, um projeto de tirar isso da área de preservação  
2535 permanente, proteger a margem exposta para o rio e criar um campo de futebol  
2536 impermeabilizado, a margem voltada para o rio, um colchão reno, enfim, foi dada a  
2537 solução. É a obra mais atrasada do ponto. Outras intervenções, área prioritárias  
2538 foram feitos estudos geomorfológicos, geoquímicos, hidrológico,  
2539 hidrosedimentológico para dar uma base necessária para a tomada de decisão,  
2540 para fazer uma gestão, senão vão fazer só achismo. Bom, foram de maneira  
2541 prioritária identificados mais de 100 tributários afluentes atingidos, a onda de  
2542 rejeitos passou de uma altura e numa extensão tal, que quando ela foi passando a  
2543 depender da morfologia local e ela entrou nos rios afluentes, nos córregos,  
2544 fazendo um fluxo reverso. Então, ela entrou de metros a quilômetros para dentro  
2545 desses rios, afetando os rios e afetou esses tributários de forma diferente,  
2546 tamponando, criação de delta, criação de ravinas, enfim. Então, já foram, já  
2547 sofreram intervenção inicial mais de 50. Por favor. Isso é só uma ideia do trecho,  
2548 principalmente no Gualacho, aqui é o Carmo, de cada um aqui é um ponto de  
2549 afluente tributário, e aqui são essas desobstruções e recuperações iniciais, existe  
2550 um embate muito grande que se trata de uma recuperação para longo prazo ou se  
2551 isso é uma intervenção inicial que vai ter que ser adequada com uma  
2552 naturalização do rio. Então, estão sendo feitos esforços de conversa com a  
2553 Fundação, com a Samarco entre Câmaras, Câmara Técnica de Rejeito e  
2554 Restauração Florestal, também de Segurança Hídrica e Qualidade da Água para a  
2555 questão de como recuperar de uma única vez com um foco de recuperação de  
2556 longo prazo esses tributários e a calha principal. Então, essa é uma imagem de  
2557 Paracatu de Baixo, que é uma das 16 áreas destacadas no estudo geomorfológico  
2558 como áreas de intervenção prioritária. Então, essa aqui é Paracatu de Baixo antes  
2559 e depois. Essa aqui então é só mostrando que foi feito um estudo de diques ao  
2560 longo, está bem ruim a imagem, mas aí foram selecionados 3 Diquess, Gualacho,  
2561 Dique do Gualacho 1, 2, 3, e aí a questão é o seguinte, seria uma obra  
2562 emergencial só que não estão autorizados por falta de subsídios técnicos para  
2563 aprovação emergencial. Caso venham a ser aprovados eles ainda, conforme  
2564 apresentado pela empresa, não é Zuleika? Em reuniões diversas que estão sendo  
2565 feita lá, eles demorariam 7 meses para ficar pronto. Então, se começar agora  
2566 dezembro, janeiro, fevereiro, março, maio, junho do ano que vem. Por favor.  
2567 Então, esse Diques do Gualacho não estão autorizados e eles não têm subsídios  
2568 que justifiquem essa emergência. E no mais a capacidade da retenção dos 3  
2569 Diques propostos somadas dão 200.000 metros cúbicos, dentro da escala parece  
2570 pequena, então em outras alternativas poderiam substituir essa. Entramos dentro  
2571 da área do subtrecho 3 que é dentro da Risoleta Neves, Candonga. Bom, já foi  
2572 dito aqui que ela foi uma espécie de fiel da balança, os impactos até a usina foram  
2573 de uma magnitude, afetaram não só a calha do rio, como suas margens e extra  
2574 margens, extra margem, a onda de lama teve um tempo de recorrência acima de

2575 década milenar dentro do Gualacho do Norte, então, uma coisa impensável,  
2576 arrastou aquela quantidade, saiu varrendo, teve um efeito patrol, tanto no leito  
2577 quanto nas margens, mas o que nós constatamos é que foi depositando ao longo,  
2578 tiveram trechos de muita deposição, trechos de escavação de retirada do material  
2579 local e um dos trechos de maior deposição foi aqui na área da usina e do próprio,  
2580 já é a formação do Doce, então, ela amorteceu a onda de rejeitos hidráulicamente  
2581 e questão geográfica, e a própria usina conseguiu lidar com o choque da onda, ela  
2582 recebeu o choque de onda, sustentou o choque de onda, empurrou toda essa  
2583 onda de rejeitos, teve um reflexo, a onda de rejeitos voltou, bateu de novo e aí  
2584 depositou dentro do reservatório. O que tem que ser feito lá dentro? Dragagem  
2585 emergencial dos 400 metros, nós vamos falar o que é essa dragagem  
2586 emergencial, área de exposição do material dragado que hoje é o gargalo do  
2587 trabalho e os barramentos metálicos A e B. Vou mostrar aqui, por favor. Nessa  
2588 modelagem do que pode ser carregado, vamos conhecer quais os riscos que nós  
2589 estamos envolvidos, então procuramos procurou conhecer quanto de rejeito  
2590 estava em cada local e qual era a probabilidade em diversos cenários de ser  
2591 carregado os rejeitos de dentro da Samarco ao longo desse trecho de 115  
2592 quilômetros até a barragem, e como isso ia ficar ou não depositado dentro da  
2593 barragem. Nesse momento tínhamos uma informação o seguinte, dentro da  
2594 Barragem de Candonga a cota da soleira do vertedouro é cota 311, em relação ao  
2595 nível do mar. A cota dos rejeitos já estava montando a 312,4, quer dizer, acima da  
2596 cota da soleira, já existia um cone de erosão que era onde saia a água. Toda a  
2597 água que saia do reservatório de Candonga, uma vez que está totalmente  
2598 deprecionado, ela corria por cima dos rejeitos e ia erodindo e levando rejeitos para  
2599 a jusante. E o consórcio Candonga foi notificado pelo próprio Ibama e pelas outras  
2600 instituições a apresentar um estudo de segurança de barragem, eles  
2601 apresentaram e informaram que a barragem está estável, esteve estável durante  
2602 todo o evento não perdeu qualquer fator de estabilidade, ela foi sim posta ao  
2603 cheque lá só que ela não perdeu fator de estabilidade, só que o limite que  
2604 Candonga declarou que ela permanecia naquela condição era com apenas mais  
2605 um metro. Então foram tomadas diversas providências para minimizar o  
2606 carregamento de rejeitos e qualquer risco à estabilidade da estrutura. O limite de  
2607 tudo que nós trabalhávamos era a ruptura da barragem. Hoje nós consideramos  
2608 que isso é um evento de muito pouca probabilidade e no pior dos casos pode levar  
2609 a uma questão de afetar estabilidade, mas não de rompimento, hoje não existe,  
2610 segundo os especialistas, uma condição, nós estamos avançando nos trabalhos,  
2611 mas uma condição de deposição de rejeitos até uma altura que possa levar a  
2612 rompimento. Vamos explicar isso aqui, então vamos lá. Dentro desse modelo  
2613 temos aqui, já não vamos construir os Diques do Gualacho, e sim o Dique S4  
2614 entra em algum momento, apesar de entrar em janeiro, ainda está dentro do  
2615 período chuvoso, então consideramos esse, no melhor cenário chegariam em  
2616 Candonga 2,3 milhões de metros cúbicos, no pior cenário chegaria em Candonga  
2617 4,3 milhões de metros cúbicos. Então, dentro da área dos 400 metros que é da  
2618 barragem, até 400 metros a montante essa que foi a área estudada para se dragar  
2619 os rejeitos que ali estavam para descarregar a usina, ou seja, os rejeitos estão  
2620 apoiados no corpo do barramento fazendo esforços que a barragem não foi

2621 projetada, ela foi projetada para densidade de água e estamos com a densidade  
2622 de rejeitos que é superior a 2 chegando em locais com 3 vírgula alguma coisa,  
2623 chegando a 4 toneladas por metros cúbicos. Então, vamos lá, dentro dessa área  
2624 dos 400 metros tem 1,3 milhões de metros cúbicos. Existe uma cláusulas do  
2625 acordo que solicita que os 400 metros sejam dragados até o dia 31 de dezembro,  
2626 a empresa informou que não consegue dragar os 400 metros, existe deliberação  
2627 específica do Comitê Interfederativo reforçando a necessidade da empresa tomar  
2628 todas as medidas para que consiga dragar os 400 metros, porque o acordo é para  
2629 afastar o riscos associados à barragem, não importa a quantidade de rejeitos que  
2630 estejam ali. Por favor. Bom, dragagem emergencial.

2631

2632

2633 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Vou pedir para você agilizar.

2634

2635

2636 **O SR. MARCELO BELISÁRIO (Câmara Técnica de Gestão de Rejeitos/Ibama)**  
2637 – Falta uns 3 slides. Então, está na cláusula 150, já falei, o prazo é 31/12, o prazo  
2638 demandado pela empresa é julho de 2017, tem em duas dragas lá em efetiva  
2639 operação desde de 11 de julho e a dragagem inicial estava prevista para março,  
2640 final de abril, tem 100 dias de atraso. Nós temos o setor 4 que está aqui, então,  
2641 aqui é a barragem, aqui é o setor 4 de deposição, que ele tem a capacidade de  
2642 400.000 metros cúbicos, o 5 com 70.000, 8 com 400.000 e aqui a Fazenda  
2643 Floresta que vai ter uma capacidade de 5.000.000. Acontece que está  
2644 encaixadinho um com o outro, qualquer coisa que der aqui de tropeço entre um e  
2645 outro vai faltar área para dispor material, e se conseguirmos melhorar a eficiência  
2646 da dragagem também vai faltar área, tipo botar mais uma draga. Isso aqui só uma  
2647 imagem da draga encalhada a 1400 metros em abril do ano passado, aqui já  
2648 operando, aqui o setor 4 de deposição de material, aqui a área da Fazenda  
2649 Floresta de 5.000.000. Bom, só terminando então, aqui os dois barramentos que  
2650 são obras de barramento, uma obra de grande porte, chega a ter 48 metros de  
2651 altura, só que ele vai ficar submerso dentro do reservatório, o objetivo dele é ser  
2652 cravado aqui e ser dragada essa área toda aqui criando uma Câmara de Carga e  
2653 Segurança para a usina e ela pode encher de novo o reservatório. Essa obra a  
2654 previsão é abril do ano que vem, e essa obra está em curso que é um barramento  
2655 que vai ter capacidade de 1,3 milhões de metros cúbicos, que vai ficar pronta  
2656 agora em dezembro. Então, essa é uma foto da cravação do barramento, ela vai  
2657 fechar aqui, é uma cortina de aço. Por favor. Só então o final, o reforço das  
2658 estruturas, nós estamos com um sinal verde, a contenção de sedimentos da fonte  
2659 está super amarelo e hoje estamos com a questão de nova poluição e  
2660 degradação, a dragagem emergencial da barragem também está numa tensão aí,  
2661 e a gestão rejeitos no trecho também está numa atenção da quantidade de  
2662 carreamento. Por favor. O balanço, então os balanços foram revisados. Sueli, nós  
2663 temos em Fundão, Santarém, Dique S3, então dentro da área da Samarco tem  
2664 16,4 milhões de metros cúbicos, de Bento Rodrigues a Candonga temos 25,7  
2665 milhões de metros cúbicos e o balanço é que já foram exportados para baixo, a  
2666 jusante de Candonga 14 milhões de metros cúbicos, quando fazemos o percentual

2667 em relação aos 56 milhões aí 80% ainda estão acima, incluindo o de Candonga,  
2668 mas em cima do percentual que vazou de Fundão 67% está aqui entre Santarém  
2669 e Candonga. Por favor. Bom, só destacar que existem trabalhos de intercâmeras  
2670 com a Câmara de Florestas e de Recursos Hídricos e que uma das questões  
2671 melhores aqui do acordo é o trabalho conjunto das instituições, um evento deste  
2672 porte, dessa escala, quando ocorreu todos os órgãos agiram conforme a sua  
2673 competência, mas de maneira desarticulada, todo mundo pedindo quase que a  
2674 mesma coisa de maneira diferente, então um trabalho que pode ser destacado,  
2675 esse é o trabalho da Câmara Técnica de Segurança Hídrica e Qualidade da Água  
2676 que é essa proposta de conteúdo mínimo para programa de monitoramento  
2677 quali-quantitativo da água e dos sedimentos. Então, todas as instituições pedindo  
2678 monitoramento de qualidade da água, de sedimentos, pontos diferentes,  
2679 parâmetro diferentes, de periodicidade diferente, isso tudo está sendo sistematizado  
2680 para atender a todas as instituições. Por favor. Então, é isso e estamos à  
2681 disposição aqui e de ofício no trabalho. *(Palmas!)*.

2682  
2683

2684 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada, Belisário. Passar  
2685 para a Gisela, da Agência Nacional de Águas, a ANA coordena a Câmara de  
2686 Segurança Hídrica e Qualidade da Água.

2687  
2688

2689 **A SR<sup>a</sup>. GISELA FORATTINI (Câmara de Segurança Hídrica e Qualidade da**  
2690 **Água/ANA)** – Boa tarde a todos e a todas. Sou Gisela Forattini, sou especialista  
2691 em recursos hídricos, na Agência Nacional de Águas, sou diretora da Agência  
2692 Nacional de Águas, responsável pela área de planejamento de recursos hídricos e  
2693 estou coordenando a área, essa Câmara Técnica de Segurança Hídrica e  
2694 Qualidade de Água. Como a nossa presidente já falou as Câmaras Técnicas não  
2695 substituem as competências próprias de cada órgão. Então, a agência continua  
2696 dando suas outorgas, os Estados continuam dando suas outorgas para uso de  
2697 água, as licenças ambientais têm continuar seguindo, mas também as Câmaras  
2698 Técnicas não são deliberativas, então o que eu trouxe hoje para vocês foi uma  
2699 prestação de contas que vimos fazendo no Conama de todo o trabalho que nós  
2700 temos desenvolvido. Em 6 meses, Presidente, foram 35 reuniões da Câmara  
2701 Técnica e não foram reuniões por reuniões, foram reuniões para discutir  
2702 tecnicamente todo esse trabalho que nós estamos sobre a nossa coordenação,  
2703 elaborarmos notas técnicas e submetermos ao CIF propostas de deliberação.  
2704 Então, é esse o nosso trabalho. Vamos lá? Bom, a estão sobre o nossa  
2705 coordenação 3 programas, de acordo com a cláusula 169 e 170 do TTAC nós  
2706 temos esse programa de tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos,  
2707 de cunho compensatório. Isso gerou a Nota Técnica 01, e a deliberação CIF nº 21.  
2708 Também a cláusula 171, o número não é muito bom, mas é essa, o programa de  
2709 melhoria de sistemas de abastecimento de água, de cunho reparatório e  
2710 compensatório. Isso gerou a nota técnica 02, e mais três deliberações do CIF, a 4,  
2711 a 10 e a 16. E na 16 nós também solicitamos à Fundação Renova um plano de  
2712 ação emergencial porque as chuvas estão chegando. Eu vou explicar mais para

2713 frente. As cláusulas 177, 178 e 179 é um programa de investigação e  
2714 monitoramento da Bacia do Rio Doce, áreas estuarinas e costeiras, é o nosso  
2715 famoso PMQQS, nós elaboramos no âmbito da Câmara Técnica um documento  
2716 chamado Bases Mínimas, nós não quisemos chamar de termo de referência,  
2717 porque são bases mínimas que a Fundação Renova vai ter que atender e também  
2718 deliberação nº 17 que foi o que acabou sendo gerado esse documento. Então, é  
2719 uma proposta de conteúdo mínimo para as propostas de monitoramento  
2720 qualiquantitativo da água e dos sedimentos do Rio Doce, isso não tem nada a ver  
2721 com o monitoramento normal que é feito, como a Zuleika já disse pelo IGAM, que  
2722 foi feito do IEMA, pela CPRM e por outros órgãos. A nossa Câmara Técnica eu  
2723 coordeno e nós temos duas suplências, uma é o Leonardo que é presidente do  
2724 Comitê de Bacia Hidrográfica e também prefeito da cidade de Colatina, e o  
2725 Tarcísio Cirino do Amaral que representa a prefeitura de Governador Valadares.  
2726 Então, também não vale a pena dizer, ou pelo menos como nós ouvimos dizer em  
2727 alguma mídia, que os municípios não estão sendo envolvidos, estão sendo muito  
2728 envolvidos e vou mostrar rapidamente para vocês o quanto estão sendo  
2729 envolvidos, porque tem participado de todas as notas técnicas nossas, na  
2730 elaboração e também na definição as deliberações do CIF. Eu sou além de  
2731 coordenadora dessa Câmara Técnica, sou membro suplente pela Agência  
2732 Nacional de Águas do CIF. Nosso presidente, o Vicente Andrew é o titular do CIF  
2733 e eu sou suplente. Então, aqui e também não confundam toda essa atividade com  
2734 a nossa atividade da Agência Nacional de Águas, essa prestação de contas na  
2735 Agência Nacional de Águas logo depois do desastre nós fizemos no Conselho  
2736 Nacional de Recursos Hídricos, aqui estou falando sobre a Câmara Técnica. Bom,  
2737 a composição da nossa Câmara Técnica é essa, nós tentamos imitar CIF, então  
2738 temos a Seama, o lema, a Sedurb e a GER pelo Governo do Espírito Santo, está  
2739 aí a Andréa no final, presidente do lema, o Governo de Minas Gerais com a  
2740 Semade, Scir, Igam e Feam, a Zuleika tem participado bastante, o Governo  
2741 Federal com Ibama e ICMBio, SRHU do MMA, Ministério das Cidades, Ministério  
2742 da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária, Funasa e Copasa de Minas Gerais.  
2743 Essa é a composição da nossa Câmara. Eu trouxe para vocês rapidamente um  
2744 relato de todas as nossas reuniões, como estou dizendo isso é meio que uma  
2745 prestação de contas ao Conama. Então, nós tivemos em 6 meses 5 reuniões  
2746 ordinárias da Câmara Técnica e teremos a sexta agora, no dia 11, sexta-feira  
2747 agora, traremos ao CIF mais duas notas técnicas e duas minutas de deliberação  
2748 para a próxima reunião em Vitória. Então, só voltando um pouquinho é importante  
2749 ressaltar a nossa 4ª reunião que foi um *workshop* que nós fizemos em Vitória, está  
2750 aqui o Jota do ICMBio, Ana Paula, está a Raquel, estão todas as Câmaras  
2751 Técnicas, foi uma coisa inédita, foi muito legal mesmo porque nós reunimos as 4  
2752 Câmaras Técnicas para discutirmos o documentos bases mínimas para o  
2753 monitoramento, que vai gerar o famoso PMQQS, tão falado no nosso Termo de  
2754 Ajustamento de Conduta. Então, foi uma reunião muito interessante, porque cada  
2755 Câmara Técnica dessa estava solicitando o monitoramento de qualidade da água  
2756 diferenciado, e nós conseguimos nessa reunião e em várias outras depois  
2757 ajustarmos esse documento para ter uma racionalidade, enfim, conseguimos  
2758 entregar esse nosso primeiro produto a semana passada ao CIF, só dizer para os

2759 senhores nós vamos ter um monitoramento em Minas Gerais com 32 pontos, no  
2760 Espírito Santo com 17 pontos, além dos pontos nas regiões estuarinas, costeiras e  
2761 marítimas, um trabalho feito a 8 mãos pelas 4 Câmaras Técnicas Socioambientais  
2762 do CIF. É interessante. Bom, vamos em frente. Tivemos algumas reuniões, ANA e  
2763 Samarco para discutirmos captações alternativas porque nos preocupava a  
2764 disponibilidade hídrica nestes locais, tivemos em vários fóruns de municípios que  
2765 acontecem na Bacia do Doce, discutindo qual era o nosso trabalho, enfim,  
2766 participamos de outras reuniões específicas da Câmara Técnica de Rejeitos, e  
2767 foram essas, aí é um resumo para vocês, eu deixo aqui. Em frente. Também com  
2768 a Samarco em agosto discutimos disponibilidade de água subterrânea porque tem  
2769 um programa que nos solicita a definição de captações alternativas para essas  
2770 localidades que captam diretamente do Doce e nós sabemos que em termos de  
2771 água subterrânea a região é muito pobre, em termos de disponibilidade hídrica, e  
2772 como nós temos uma equipe de ponta na ANA de hidrogeólogos, chamamos a  
2773 Samarco para discutir com eles e fizemos a Funasa e o Ministério das Cidades  
2774 têm participado dessa Câmara Técnica de modo decisivo em relação à questão de  
2775 esgotamento sanitário, e a SRHU, acho que na figura do Eduardo tem que fazer, e  
2776 do Sérgio que tem dado todo o nosso apoio, tem participado também conosco na  
2777 definição da questão de resíduos sólidos. Bom, também fizemos no dia 20/10 uma  
2778 reunião de avaliação da operação de limpeza do reservatório de Aimorés, porque  
2779 a Aliança Sociedade Anônima estava pedindo para que fizesse uma operação que  
2780 eles chamam Flash, que é uma operação que é normal, corriqueira, então, numa  
2781 situação dessa de total incerteza. Então, reunimos na ANA, o Ibama tem que dar a  
2782 sua autorização, especificamente Ibama Minas Gerais, reunimos na ANA, o  
2783 Ibama, aqui na Dilic também, o Igam, Feam, ICMBio, GER, Iema, SBH Doce,  
2784 Cemig, OMS, ANEEL e Aliança Sociedade Anônima, só para vocês terem uma  
2785 ideia do porte de uma reunião para discutir uma limpeza em Aimorés. Fosse trivial,  
2786 numa situação normal, não é atualmente. Vamos em frente. Estamos discutindo  
2787 com o IGAM, Iema, GER e Ibama o sistema que recepcionará todos esses dados  
2788 que virão do PMQQS, nós queremos um sistema que seja absolutamente  
2789 compartilhado com todos e que todos recebam porque essas estações que a  
2790 Fundação Renova vai ter que manter no Doce são telemétricas, então, nos  
2791 enviará dados em tempo real, evidente que serão consistentes, mas nós queremos  
2792 que todos tenham acesso ao mesmo tempo. Só queria ressaltar a reunião agora  
2793 que tivemos em novembro, dia 03 e 04, com a Funasa, Copasa e prefeituras, onde  
2794 nós revisamos os pleitos dos municípios interessados e compareceram todos  
2795 esses municípios em Governador Valadares. Foi bem interessante também, mas  
2796 vamos em frente. Passando às reuniões, hoje nós estamos em campo, junto com  
2797 a Fundação Renova, ANA, Igam, em dezembro estaremos no Espírito Santo com  
2798 Iema definindo então a locação de todos esses 49 pontos de estações  
2799 telemétricas que a Fundação Renova vai ter que entregar um programa até  
2800 dezembro e implementar todas essas estações de monitoramento até julho do ano  
2801 que vem. É assim que está no acordo. Bom, então o programa de coleta e  
2802 tratamento de esgoto e destinação de resíduos sólidos, são 500 milhões no  
2803 acordo para serem gastos nesse programa. Então, para 2016 nós definimos 50  
2804 milhões deveriam ser disponibilizados pela Fundação Renova e nós então

2805 estamos trabalhando por solicitação do CIF, como disse, a Câmara Técnica não  
2806 tem vida própria, ela age por demanda do CIF, então, nós estamos trabalhando  
2807 numa proposta de critérios para hierarquização desses projetos. Nós já definimos  
2808 os critérios e vamos entregar uma nota técnica definitiva ao CIF provavelmente na  
2809 semana que vem. Bom, então nós fizemos um chamamento a todos os  
2810 municípios, pensamos até por sugestão da Zuleika de fazer um edital no Diário  
2811 Oficial da União, isso não é brincadeira, só que aí por delegação do CIF nós  
2812 enviamos carta registrada a todos esses municípios, são 39 localidades do Doce,  
2813 e fizemos um chamamento por telefone, por e-mail, carta registrada para que  
2814 todos apresentassem, vamos dizer, as suas demandas, em termos de  
2815 esgotamento sanitário. Enviamos ofício, enfim, enviamos um questionário para ser  
2816 preenchido. Então, esse questionário identifica, inclusive, se tem licença, se não  
2817 tem licença, como está a questão da servidão, como está a questão de como é  
2818 que é Marcelo que você falou? Fundiária, exatamente. Porque nós estamos  
2819 projetos que envolvem desde adutoras, como Governador Valadares que são 22  
2820 quilômetros de adutoras, como a simples abertura de poços. Então, são projetos  
2821 de magnitude super variada. Bom, 6 municípios enviaram questionários e 13  
2822 municípios não enviaram questionários, por definição do próprio CIF a presidente  
2823 nos pediu que fizesse uma nova chamada, fizemos, mas não podemos obrigar a  
2824 São Pedro de Ferros, Marilé, Belo Oriente, Aipu, Naque, enfim, periquito, a nos  
2825 mandar esse questionário preenchido, mesmo porque a Funasa fez esse esforço,  
2826 foi a Governador Valadares, chamou todas as prefeituras lá, enfim, esses não  
2827 mandaram. Foram duas chamadas, presidente, não conseguimos a  
2828 universalização das respostas. Bom, é isso, a Funasa ficou avaliando as  
2829 propostas com Municípios até 50.000 habitantes o Ministério das Cidades avaliou  
2830 aqueles com mais de 50.000 habitantes. Então, nós temos agora o nosso segundo  
2831 programa, da cláusula 171 que é melhoraria do sistema de abastecimento de  
2832 água. Então, todos aqueles municípios e localidades que tiveram e que captam  
2833 diretamente no Doce e que tiveram as captações, a maioria, enfim, deixaram de  
2834 captar água por conta do desastre, no mínimo reduzir a dependência do Doce em  
2835 30%. A outra cláusula, § 4º e 5º diz o seguinte: localidades com mais de 100.000  
2836 habitantes 50%, e Governador Valadares o CIF na deliberação 02 deliberou que,  
2837 então, Governador Valadares deveria ficar então 67% independente do CIF, o que  
2838 significa isso? Fontes alternativas que não sejam o Doce e que forneçam no  
2839 mínimo 67% de toda a água necessária para Governador Valadares em tempos  
2840 de crise, ou em tempos que a qualidade de água do Doce não estiver satisfatória  
2841 para tratamento, estou falando em água bruta. Governador Valadares é um caso  
2842 que vai ter que ser feito uma adutora com 22 quilômetros de extensão até outra  
2843 fonte de água. Vamos em frente? Pode passar. E essa deliberação 16 que trata da  
2844 questão dos abastecimentos alternativos, nós também solicitamos à fundação,  
2845 exigimos do no caso o plano de ação emergencial para a questão de chuvas, eles  
2846 já nos entregaram 3 versões, em um mês eles conseguiram entregar três versões  
2847 do PAE, em um mês nós tivemos capacidade suficiente de analisar essa três  
2848 versões. Presidente, é o seguinte, não haverá uma quarta versão, vamos passar a  
2849 régua, fechar a conta porque senão isso não é emergencial. Estamos analisando  
2850 hoje e vamos acabar hoje uma nota técnica e uma outra proposta de deliberação

2851 do CIF dizendo o seguinte: apresentamos todos os pontos que não foram  
2852 atendidos pela fundação e exigindo que eles comprem aquilo na integralidade.  
2853 Aliás, já avisei eles porque ontem eles ligaram. Então, esse é o PAE, vamos  
2854 passar em frente. Está acabando. Então, o que estamos fazendo nesse momento?  
2855 Acompanhando as obras em andamento e já tem muita coisa acontecendo,  
2856 infelizmente, gente, na mídia eu não consegui ver nada semana passada do que  
2857 está sendo feito em termos de abastecimento, alternativa. Então, aqui eu trago  
2858 para vocês o exemplo da captação no Rio Santa Maria que é uma alternativa para  
2859 Colatina, essas são as fotos que os Municípios estão me mandando. Nós não  
2860 temos tido tempo também de estar o tempo inteiro na bacia, todos os técnicos.  
2861 Bom, e aí o programa de investigação e monitoramento, áreas estuarinas, o Doce,  
2862 Costeiras e marinhas impactadas, já falei para vocês foi um trabalho a 8 mãos,  
2863 das 4 Câmaras Técnicas, foi um trabalho realmente nos dá muito orgulho, o  
2864 documento ficou muito bom, já enviamos ao CIF e já enviamos à Fundação  
2865 Renova que eles então até o final do ano nos entreguem o PMQQS total e até  
2866 julho do ano que vem nos entregue uma rede de monitoramento telemétrica  
2867 implementada em 49 pontos. Certo? Para isso que estamos em campo hoje com  
2868 eles. Bom, então as nossas próximas reuniões, nossas próximas atividades,  
2869 vamos dizer assim, sexta-feira agora 11 de novembro nós temos essa reunião, a  
2870 6ª reunião ordinária da Câmara Técnica, para nossa surpresa o Ministério da  
2871 Agricultura pediu para participar, está preocupado com a água para pecuária e  
2872 agricultura, eles participarão da nossa reunião, sem dúvida, nós vamos aprovar  
2873 duas notas técnicas, como eu falei, duas minutas de deliberação, o Eduardo vai  
2874 nos apresentar o trabalho final da SRHU que vai ser o chamamento aos  
2875 Municípios para acesso aos recursos destinados à realização de um diagnóstico  
2876 em relação a resíduos sólidos, e nós então vamos fazer um informe sobre a  
2877 versão consolidada desse documento Bases Mínimas, que foi enviado para o CIF  
2878 e para a Fundação Renova no dia 4 de novembro. Ainda temos reunião amanhã,  
2879 dia 10/11, ANA, Funasa e Ministério das Cidades estarão na Agência Nacional de  
2880 Águas discutindo os últimos ajustes dessa nota técnica, e no dia 16 e 17 a ANA, o  
2881 Igam, o Iama, o Ibama e a GER estarão com a Fundação Renova definindo esse  
2882 sistema que vai comportar esses dados do PMQQS. Nós também temos uma  
2883 turma boa de tecnologia da informação na ANA, e eles estão prestando suporte  
2884 porque eu também sou responsável por essa área na ANA, então, eu pedi. É,  
2885 assim, assim como o Ibama nós na ANA criamos um GT Interno para lidar com  
2886 essas questões do Doce, mas esse GT não tem trabalhado especificamente aqui  
2887 nessas atividades. E 6 e 7 de dezembro nós vamos ter a 7ª reunião da Câmara  
2888 Técnica de Segurança e Qualidade de Água, a última desse ano. Era isso. Muito  
2889 obrigada, e qualquer dúvida tem um monte de membro da Câmara que pode tirar.  
2890 Obrigada. (*Palmas!*)

2891

2892

2893 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada. Gisela é minha  
2894 companheira da madrugada, ficamos discutindo Mariana às 3h00 da manhã.  
2895 Agora Ana Alice, Diretora da DBFlor do Ibama, ela vai falar pela Câmara de  
2896 Restauração Florestal e produção de Água. É a Câmara que está diretamente



2897 relacionada à atividade do Ibama na Operação Algias, que foi aquele relatório que  
2898 foi bastante divulgado nos últimos dias.

2899

2900

2901 **A SR<sup>a</sup>. ANA ALICE (Câmara de Restauração Florestal e Produção de**  
2902 **Água/Ibama)** – Boa tarde a todos. Meu nome pé Ana Alice, sou diretora no Ibama,  
2903 na Diretoria de Uso Sustentável da Biodiversidade e Florestas, e estou retomando  
2904 a coordenação dessa Câmara Técnica que até então estava com o Coordenador  
2905 Geral André Sócrates. Vou começar então a apresentação. A Câmara Técnica  
2906 está ligada a essa diretoria desde maio, nós temos já um grupo trabalhando na  
2907 questão de Mariana. Em relação aos programas relacionados com essa Câmara  
2908 Técnica, são basicamente esses são os principais programas, Programa de  
2909 Recuperação de Águas da Área Ambiental 1, que é a área que envolve todos os  
2910 municípios impactados; o Programa de Recuperação das Áreas de Preservação  
2911 Permanentes e as áreas impactadas no entorno; o Programa de Recuperação de  
2912 Nascentes e o Programa de Fomento e Implantação do Cadastro Ambiental Rural,  
2913 cada um relacionado a uma ou outra cláusula do TAC. As instituições também e  
2914 membros da Câmara Técnica, aqui eu fiz uma lista, me perdoem se faltou alguém,  
2915 mas essas tabelas eu retirei realmente de outras apresentações, temos a Agência  
2916 Nacional de Águas, representada por técnicos também, o Comitê de Bacia do Rio  
2917 Doce, o Instituto estadual de Florestas de Minas Gerais, o Instituto de Recursos  
2918 Hídricos co Espírito Santo, Prefeitura Municipal de Governador Valadares,  
2919 prefeitura Municipal de Mariana, Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos  
2920 do Espírito Santo e Ministério do Meio Ambiente também participa, além de outras  
2921 entidades que são convidadas para participarem das reuniões da Câmara  
2922 Técnica. Até o momento já foram 7 reuniões ordinárias e fora as reuniões  
2923 intercâmaras também, que os técnicos sempre participam. Os programas estão  
2924 relacionados a diferentes cláusulas, eu coloquei aqui só as principais relações e  
2925 essa aqui, a 158 está direcionada a essa questão emergencial que é o que está  
2926 sendo no momento mais trabalhado questão de Mariana. Então, temos essa  
2927 relacionada com a revegetação, que é especificamente por causa da diminuição  
2928 da erosão, 800 hectares na área impactada. As ações realizadas até 01 de julho, a  
2929 empresa foi notificada para apresentar o cumprimento dessa clausula. Nós temos  
2930 uma avaliação qualitativa e quantitativa de revegetação e o que realmente, assim,  
2931 atua, diretamente na verificação dessa clausula é a Operação Algias que já foram  
2932 liberados dois relatórios, os relatórios estão relacionados com as campanhas de  
2933 campo. A clausula 159 que é a recuperação de 2000 hectares, também da área  
2934 ambiental que é a área impactada diretamente. A essa Operação Algias nós até o  
2935 momento fizemos três grandes campanhas de campo, com diferentes técnicos  
2936 que estão relacionados à diretoria e à Superintendência de Minas Gerais e outros  
2937 técnicos de Minas Gerais que participam seja da Secretaria Municipal de Meio  
2938 Ambiente ou Estadual de Meio Ambiente. Aliás. A clausula 161 que é relacionada  
2939 à Fundação, ao título compensatório que vai recuperar APPs degradadas do Rio  
2940 Doce e tributários, preferencialmente, mas não limitados nas sub bacias do rio  
2941 definidas como fonte de abastecimento alternativo nos municípios impactados da  
2942 região. As ações realizadas envolvem um termo de referência, esse termo de

2943 referência ele realizou critérios de priorização das áreas de recuperação ambiental  
2944 da Bacia, já foi feito e já está também sendo avaliado novamente pelo grupo de  
2945 técnicos da diretoria. Outra questão relacionada a essa cláusula envolve a  
2946 discussão do modelo geral do Programa De restauração Florestal, esse modelo  
2947 ele envolveu metodologias de diferentes trabalhos que já são conhecidos e que  
2948 realmente, assim, atuam tanto em Minas Gerais, no Espírito Santo, que nem o  
2949 Reflorestar, e também o Protetor de Águas. Foi feito, o que ele fez? Assim, reuniu  
2950 pontos que realmente convergiram para o que seria o programa, fez pontos da  
2951 metodologia de cada um deles e se formou um modelo geral para atuar nessa  
2952 questão dos 40.000 hectares que deverão ser recuperados ao longo desses 15  
2953 anos do Comitê. Bem, em relação à Câmara Técnica ela avalia documentação  
2954 que a Fundação manda periodicamente para o Ibama, no caso, eu tenho 8  
2955 técnicos dedicados exclusivamente só à avaliação dessa documentação e ao  
2956 trabalho em relação à Operação Algias. Parece que 8 técnicos não é um número  
2957 muito grande, mas, na verdade, representa praticamente 10% dos técnicos que eu  
2958 tenho na minha diretoria. Então, é um número de técnicos dedicado 100 % do  
2959 tempo, tanto para a Operação Algias como para ir para campo, realizar as  
2960 campanhas, como fazer as notas técnicas e ainda analisar toda a documentação  
2961 que a Fundação manda e às vezes, assim, são documentações de 700 páginas  
2962 em um documento. Outro dia chegou quantos volumes? 10 volumes, milhares de  
2963 páginas para avaliar. E os técnicos tem que se dedicar e a dedicação é realmente  
2964 muito intensiva, final de semana o pessoal tendo que elaborar relatório. Então,  
2965 realmente é pesado e nós conseguimos manter um ritmo acompanhando toda a  
2966 documentação, tudo que é liberado, tudo que é necessário avaliar. Em relação à  
2967 Operação Algias também, ela iniciou antes da Câmara Técnica ser formada, em  
2968 maio a primeira operação, a primeira expedição da Operação teve início, e quais  
2969 são os objetivos principais? Diagnóstico completo das ações emergenciais na área  
2970 impactada, avaliar as intervenções que a Samarco efetuou quando ocorreu o  
2971 acidente, quais foram as ações que a empresa, as intervenções que a empresa  
2972 estava realizando para conter o desastre, monitorar essas ações de recuperação.  
2973 Todos esses pontos são vistos, monitorados, avaliados a cada ida a campo. Aqui  
2974 a área que e ocorre, aqui já foi mostrado em outras melhores figuras, até, a  
2975 barragem de Fundão até o Reservatório de Candonga, feito registro em diferentes  
2976 pontos, cerca de 77 pontos, pelo menos a cada campanha são avaliados pelos  
2977 técnicos quando vão percorrer todo esse recurso no rio. Tanto Rio Doce, como Rio  
2978 Galacho do Norte e Rio do Carmo. Aqui só mostrar um pouquinho mais em  
2979 detalhes as atividades realizadas por esse núcleo da Operação Algias, foi em abril  
2980 de 2016 a primeira campanha, depois maio e junho, agosto e setembro. A primeira  
2981 de maio, maio, junho foi a fase Hélios, em que se fez o relatório, o primeiro  
2982 relatório disponível no site do Ibama, todo mundo pode acessar, o segundo  
2983 relatório foi disponível há algumas semanas atrás e que compreendeu essas duas  
2984 últimas campanhas de agosto e setembro. Então, como acontece? Os técnicos  
2985 vão a campo, cada técnico leva um formulário de campo para ser preenchido, são  
2986 elaboradas e definidas diferentes equipes que vão para diferentes pontos ao longo  
2987 daquele trecho que foi mostrado. É feito um diagnóstico da área, esse diagnóstico  
2988 envolve quais são as intervenções realizadas, se é permitido efeito em cada local,

2989 o acompanhamento temporal al ser feito à medida que vamos seguindo a  
2990 campanha.

2991

2992

2993 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama) – Ana, acelerar.**

2994

2995

2996 **A SR<sup>a</sup>. ANA ALICE (Câmara de Restauração Florestal e Produção de**  
2997 **Água/Ibama) –** Aqui eu fiz um resumo, resume bem os processos ambientais que  
2998 são vistoriados em cada ida a campo. Remoção de rejeitos, a primeira fase, a  
2999 segunda fase que foi essa agora, essa última, a espessura do rejeito acima de 50  
3000 centímetros, que é considerada uma espessura alta, os tributários processos  
3001 erosivos, seja ravinamento, erosão, voçoroca e sem erosão. Aqui mostramos o  
3002 que foi feito positivamente, teve ravinamento, 87% dos pontos mostraram este tipo  
3003 de erosão, e cada vez avaliadas e corroboradas as análises para se ter uma ideia,  
3004 de uma campanha para outra o que mudou, se a Samarco, a empresa realmente  
3005 tomou alguma atitude para melhorar aquele evento que estava sendo realizado.  
3006 Equalização de espécies nativas, observando a primeira campanha que 82%  
3007 estava na floresta nativa, 86 na segunda campanha. Espécies invasoras, 62%,  
3008 aumentou da segunda campanha. E assim nós temos outros critérios que vão  
3009 sendo analisados. Obras de contenção, apenas 47% na segunda campanha;  
3010 obras de drenagem 38% só foram realizadas; técnicas de bioengenharia,  
3011 observou-se 47%, na segunda campanha foram realizadas. Aqui é o resumo, só  
3012 para mostrar no gráfico, os mesmos critérios, os mesmos pontos, processos  
3013 erosivos, em quase 90% dos processos erosivos continuam, presença de espécie  
3014 nativa, presença de espécies invasoras e outros; Acho que os pontos principais  
3015 que nós avaliamos e que devem ser avaliados e levados em considerações são os  
3016 relacionados com erosão, porque à medida que o rejeito continua e não há  
3017 sucesso na revegetação das áreas nas margens, quando aumenta a vazão do rio,  
3018 principalmente agora que vai começar as chuvas, a vazão vai aumentar e o rejeito  
3019 vai ser levado e vai aumentar esse escoamento também de toda parte que  
3020 envolve tanto no leito do rio como nessas margens, vai escoriar e vai chegar até a  
3021 barragem de Candonga que é o grande problema que está ocorrendo. Aqui é  
3022 mostrando só os pontos avaliados, e aqui o grau que estão, de péssimo à  
3023 intervenção não necessária, se não formos ver que os pontos amarelinhos,  
3024 péssimo, são vários. Ponto ruim, laranja, também, vários pontos observados. Aqui  
3025 para mostrar uma avaliação da sementeira nas margens, como está sendo feito,  
3026 então, em 21% não foi observado sementeira, não foi feito, 40% foi péssimo e  
3027 bom apenas 22%, 8% regular. Justamente porque para manter, controlar a erosão  
3028 e controlar a evasão do rio, aqui técnicas de bioengenharia, bioengenharia é  
3029 colocar mantas ou outros dispositivos de engenharia na parte de talude na  
3030 margem dos rios para conter a erosão. Aqui nós temos também um péssimo  
3031 amarelo, os pontos, intervenção não necessária os azuis e outros, ao longo desse  
3032 percurso todo do Rio Doce, dos rios principais e também de tributários. Próximo.  
3033 Esse aqui, na verdade não é nem tanto de bioengenharia, que é colocação de  
3034 material granulado ao longo do percurso de curso d'água, observado também.

3035 Esse tipo de dispositivo, tipo de metodologia usado para conter também a erosão  
3036 nessas partes de talude na da beira do rio. É que essa foto aqui eu fiz questão de  
3037 mostrar só para colocar outro problema que nós temos também com os trabalhos  
3038 realizados nessa área e que é observado pela equipe de campo, em vários  
3039 trechos principalmente tributários que são os curso d'águas mais finos e que  
3040 abastece os grandes rios da região, nós observamos em muitos casos que eles  
3041 fizeram, quando foram recuperar o eles fizeram retilíneo, não seguiram, não  
3042 obedeceram o enrugamento natural que o rio deveria ter antes do desastre. Então,  
3043 por que acontece isso? Na verdade, isso aqui enquanto aumentar o período de  
3044 chuva e aumentar a vazão provavelmente esse tipo de enroncamento não vai se  
3045 manter, não vai segurar a erosão e vai acontecer que todo esse trabalho perdido,  
3046 e também, na verdade, assim, da empresa e toda a parte de observação aqui, vai  
3047 ser possível realmente definir que o trabalho não vai ser realizado, ou não foi  
3048 realizado com sucesso. Técnica de conservação do solo, aqui também só para  
3049 mostrar, mas sendo feito, para mostrar como as técnicas de conservação do solo,  
3050 um insucesso e 71% não foi realizado, então, na verdade, nos cursos d'água  
3051 grande parte deles está nessa situação. Conclusão, as próximas campanhas de  
3052 campo, vamos ter uma agora no final de novembro, vai se observar os mesmos  
3053 pontos já avaliados ou outros novos pontos, as equipes vão se dividir e fazer a  
3054 observação e nós vamos ter essa linha temporal de cuidado em relação ao que  
3055 realmente a empresa está realizando ou não nesses locais. A partir disso, claro, o  
3056 Ibama como executor de políticas públicas pode autuar em empresa e até notifica  
3057 justamente por não cumprimento do que se determina, essas determinações são  
3058 muitas vezes vistas em campo, levadas para o CIF, é feita uma notificação, na  
3059 próxima campanha, citar o prazo para que seja executada ou não em  
3060 determinado, uma determinada e se não é executada, quando for feita nova  
3061 campanha se verifica se realmente pode multar a empresa. Esses aqui são as  
3062 conclusões em relação a essa última campanha, estão no relatório também  
3063 brevemente, as obras (...) imperceptíveis, a parte de percentual com obras sendo  
3064 executadas no momento da vistoria, quer dizer, trabalhadores em campo  
3065 realmente executando algum tipo de reparo ou nova obra e falta de apresentação  
3066 dos projetos específicos para contenção e drenagem da calha principal do rio, que  
3067 o que vai ocasionar, na verdade, a preocupação realmente é essa, com o período  
3068 de chuva a vazão aumentando e correndo novamente o risco, levando rejeito ou  
3069 correndo um risco novamente para usina de Candonga sofrer um pressão seja  
3070 com os rejeitos, seja com a própria água que vai descer toda da calha do rio.  
3071 Muito rapidamente é isso que tenho para falar, não vou me estender porque tem  
3072 outras Câmaras Técnicas também, mas agradeço a oportunidade. *(Palmas!)*

3073

3074

3075 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada. O Manara tem uma  
3076 questão e ordem.

3077

3078

3079 **O SR. MARCELO PEREIRA MANARA (Sodemap)** – Obrigado, Presidente. Não é  
3080 bem uma questão de ordem, me desculpem, mas é uma manifestação mesmo

3081 porque devido o adiantado da hora não poderei participar dos debates,  
3082 infelizmente. Mas a manifestação é no sentido de que o seminário ele atendeu a  
3083 muitas informações, na verdade, são informações importantíssimas, relevantes,  
3084 dentro daquele contexto do que nós havíamos apresentado enquanto requisição  
3085 para uma reunião extraordinária para abordar esses aspectos, mas entendendo  
3086 que esse seminário não atende na suficiência devida, primeiro em razão do  
3087 tempo. Eu acho que houve um erro de planejamento do tempo, porque são  
3088 informações importantíssimas e eu tenho pena de diretores e instituições, com  
3089 trabalhos de equipe brilhantes que estão sendo feitos aqui, ter que pular pranchas  
3090 por que... lembrando que as reuniões do Conama naturalmente elas são reuniões  
3091 de 2 dias de plenária, nós estamos vindo no período de esvaziamento de pauta,  
3092 que não vou entrar aqui no mérito da questão, mas que eu quero entender que na  
3093 reunião de março aí, Dra. Ana, gostaria de até dentro da negociação do que seja  
3094 possível o encaminhamento do requerimento que nós apresentamos hoje, que  
3095 poderíamos fazer um seminário II na reunião de março, um seminário II este um  
3096 dia, um dia inteiro para ouvirmos novamente esses mesmos especialistas,  
3097 diretores e suas equipes, porque os trabalhos são intensos e são trabalhos que  
3098 precisamos saber porque foi pontuado em algumas das frases da Sueli e tal, o que  
3099 a imprensa está colocando está nos deixando extremamente assustados. E nós  
3100 somos aqui Conselheiros, representantes de regiões, entidades, precisamos ter  
3101 subsídios e argumentos para levar, para dizer que o Estado Brasileiro está sim  
3102 fazendo frente a essa crise histórica. Então, a minha manifestação é nesse  
3103 sentido, eu teria aqui 40 questão para colocar, muitas com interface um pouco  
3104 técnica e outras de gestão mesmo, mas eu quero crer de que saio daqui  
3105 acreditando, Dra. Ana, que nós teremos essa pauta na reunião de março. Vai se  
3106 me frustrar demais se o Ministério e o Ministério não, mas a presidência do  
3107 Conama virar as costas para esse tipo de requerimento e requisição, esse tipo de  
3108 necessidade para preencher essa lacuna que ainda é presente. O seminário foi  
3109 muito bom, porém, devido a intensidade ele ficou insuficiente, porque é um  
3110 caminhão para ser vestido numa carapaça de um Fusca, porque não dá para meio  
3111 período fazer isso. Então, me desculpem, mas é uma crítica propositiva para  
3112 reforçar a necessidade de que tenhamos um dia de pauta para essa discussão e  
3113 não somente as instituições. Nós gostaríamos de ver aqui conforme está na nossa  
3114 solicitação, representantes dos impactados, o Ministério Público, para  
3115 eventualmente até apontar contrapontos, olha, não foi bem isso, não está bem  
3116 daquilo. Então, só para reforçar essa questão, me desculpe, mas o meu avião está  
3117 saindo já, tenho que alcança-lo. Obrigado.

3118

3119

3120 **A SR<sup>a</sup>. ANA LÚCIA LIMA BARROS DOLABELLA (CONAMA/MMA)** – Está certo,  
3121 Marana, já está registrado o pedido, o requerimento. Esse seminário já é na  
3122 realidade atendimento a uma solicitação de alguns Conselheiros, ao longo, logo  
3123 após o acidente, então, em março nós vamos nos organizar para fazer um dia da  
3124 discussão junto à próxima reunião nossa do Conama.

3125

3126

3127 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Bom de março é que as chuvas  
3128 maiores vai ter passado e vamos saber a reação de tudo isso, os efeitos da chuva,  
3129 vai ser uma época ótima de fazer. Gente, os próximos a falar é o pessoal de  
3130 Conservação e Biodiversidade, quem vai falar é o Luciano do ICMBio. É o Paulo,  
3131 fui informada agora.

3132

3133

3134 **O SR. PAULO CARNEIRO (ICMBio)** – Boa tarde a todos. Vou tentar ser bem  
3135 breve, apesar de ser difícil realmente condensar o tanto de informações que foram  
3136 levantadas nesse um ano de trabalho, numa apresentação curta, mas eu vou me  
3137 esforçar para tentar cumprir os 10 minutos. Então, bom, o trabalho que gerou, que  
3138 foi englobado por esse comitê começou, na verdade, logo depois do rompimento  
3139 da barragem quando o pessoal na rede de trabalho que o ICMBio do faz parte no  
3140 litoral, que tem o Tamar, as universidades, os municípios, eles começaram a  
3141 preparar para chegada da onda de rejeitos no mar, na foz do rio. Foi feito um  
3142 levantamento na área do rio e depois ações preventivas do Tamar na foz. Essas  
3143 ações preventivas foram focando a biodiversidade, remoção de ninhos de desova  
3144 de tartaruga, tentativa de abertura da barra do rio, já começamos a produzir  
3145 documentos técnicos sobre as possibilidades de impacto, e o primeiro *workshop*  
3146 realizado nesse momento foi no dia 25 de novembro, 20 dias depois da  
3147 rompimento da barragem. Dia 21 de novembro o rejeito chegou no mar, essa é  
3148 uma imagem da pluma de resíduos atingindo a foz do Doce. A partir então, nessa  
3149 preparação para a foz do Doce eu vou pedir para o Tamar, para o Joca e a Ana  
3150 que estão por aqui, e o Luciano me complementasse se eu esquecer alguma  
3151 coisa. Como tivemos esse período de quase 15 dias para nos preparar no oceano  
3152 nós fizemos uma coleta de dados antes da pluma chegar no mar. Então, temos  
3153 dados comparativos da situação que estava, imediatamente antes da pluma e o  
3154 monitoramento que aconteceu depois que ela chegou. A partir de 21 de novembro  
3155 desse dia começou basicamente três tipos de monitoramento, sobrevoos de  
3156 helicóptero que foram diários no começo, depois foram sendo espaçados,  
3157 monitoramento por imagem de satélite aí com diversos sensores, spot, e aí a  
3158 empresa começou a dar um apoio, ainda não tinha a Fundação Renova, um apoio  
3159 nesse monitoramento. Bom, esse monitoramento através de sensoriamento e de  
3160 mapeamento ele também foi complementado por 4 instituições de navio pesquisa,  
3161 o primeiro é o Vital de Oliveira, navio da marinha, foi amplamente notificado na  
3162 mídia quando ele esteve por lá e depois o Solon Moura que é navio de pesquisa  
3163 do Instituto Chico Mendes que fica no sul, ele esteve lá em dois momentos, no  
3164 final de janeiro e depois em abril e esse outro navio de pesquisa, o Antares. Então,  
3165 aí tem algumas fotos, o sobrevoos no dia 15 de dezembro da pluma de rejeitos ali,  
3166 dá para ver claramente o contraste da área atingida com a área do mar ainda não  
3167 atingida. Esse é o Solon Moura, mostrando os diversos pontos de amostragem, de  
3168 onde foram feitas as amostragens na primeira expedição que foi em janeiro e  
3169 fevereiro e 2016, foi coletado água, sedimento, plâncton, crustáceos e o resultado  
3170 final dessa análise foi uma alta contaminação do pescado e da cadeia trófica. Vai  
3171 estar um pouquinho mais para frente agora, esse primeiro resultado levou a uma  
3172 ação civil pública que posteriormente proibiu. Bom, só um exemplo aqui então,

3173 arsênio, não conformidade com todas as espécies aí que foram amostradas, isso  
3174 para cádmio, chumbo... Nós vamos falar no fim, esses dados estão  
3175 disponibilizados no site do ICMBio. Essa notícia veio a público e isso gerou então  
3176 uma certa, teve uma repercussão grande na mídia, com indicadores, por exemplo,  
3177 no Roncador com contaminação de até 140 vezes o limite da Anvisa para no caso  
3178 aí. Em função disso foram feitas as primeiras autuações, essas amostras pegaram  
3179 três unidades federais do litoral, o refúgio de vida silvestre de Santa Cruz e a APA  
3180 Costa dos Corais, bom, o ReBio Comboios também fica no Espírito Santo, foi  
3181 constatado então a poluição e a contaminação dessas áreas Samarco nesse caso  
3182 foi autuada pelo ICMBio. Gerou essa polêmica sobre a questão da pesca,  
3183 manutenção, suspensão da pesca na região de foz, então ali, a primeira foto ali é  
3184 uma amostra do fundo do mar tirada numa dessas inspeções, mostra claramente  
3185 a deposição da lama no fundo do mar. Teve uma recomendação do ICMBio para  
3186 que ocorresse a suspensão das pesca nas nossas unidades de conservação,  
3187 paralelamente a empresa começou a apresentar alguns dados contraditórios  
3188 falando que não tinha tido contaminação do pescado, e tudo isso acabou levando  
3189 ao estabelecimento da Câmara Técnica de Biodiversidade. Nós começamos esse  
3190 embate sobre dados, e aí está na origem, no âmago do formação da Câmara  
3191 Técnica de Biodiversidade. Os dados que levantamos levaram há alguns  
3192 processos e uma ação civil pública que proibiu a pesca. Proibiram a pesca  
3193 inicialmente nesse polígono vermelho que pegava a área um pouco ao norte do  
3194 Rio Doce e ao sul, limitado a 25 metros de profundidade, posteriormente isso foi  
3195 aumentado para uma proibição de pesca a 30 metros que pega essa linha laranja.  
3196 Aqui embaixo em verde estão as unidades do Instituto Chico Mendes, a linha de  
3197 fora é a APA Costa dos Corais e a linha de dentro refúgio de vida silvestre de  
3198 Santa Cruz. Bom, foi então estabelecido o Comitê e teve a segunda expedição do  
3199 Solon Moura, coletou dados próximo das áreas onde fizemos as primeiras coletas,  
3200 esses dados não foram analisados, foram parcialmente analisados, estão sendo  
3201 analisados pelas universidades. Os primeiros dados que recebemos que são das  
3202 unidades do ICMBio indicam uma queda de contaminação. Então, não existem  
3203 dentro dos materiais que foram coletados nas unidades de conservação hoje,  
3204 abril, na verdade, abril não foi mais constatada a contaminação por metais  
3205 pesados. Está sendo desenhado pela Câmara Técnica um sistema de  
3206 monitoramento mais focado na área, vou falar um pouquinho mais da área  
3207 marinha agora, esse sistema conta com sensores remotos que vão por telemetria  
3208 passar os dados, principalmente de turbidez para um controle. Foram instalados  
3209 também em alguns lugares, esse é um exemplo de Abrolhos, armadilhas e  
3210 procedimento para controle de sedimento, está sendo monitorado junto com o  
3211 programa de monitoramento que nós temos para as áreas marinhas. Então, existe  
3212 todo um programa de monitoramento desenhado, de monitoramento da  
3213 biodiversidade desenhado para a área, para essa área. Aí os dados que nós  
3214 temos do Ibama que está monitorando via satélite, já indicam a mancha, a pluma  
3215 de rejeitos em determinados momentos essa contaminação varia, mas pegando  
3216 todo o banco de Abrolhos até o Rio de Janeiro, então, toda essa faixa em algum  
3217 momento já foi impactada pela pluma de rejeitos. E o que estávamos aqui  
3218 conversando com o pessoal, com o Joca é o quanto essa turma traz novos

3219 nutrientes e isso afeta a biodiversidade. Então, nós temos algumas espécies que  
3220 estão sendo beneficiadas e estão aumentando a área de ocorrência, e outras  
3221 espécies que estão sendo prejudicadas e que estão diminuindo a densidade  
3222 populacional. Uma foto das várias feições que a pluma de rejeitos atende nessa  
3223 área, ela vai desde, a foto que está ali no canto direito superior, uma área, uma  
3224 pluma bem nítida, até áreas onde quase não vemos a pluma, mas que quando  
3225 coleta a água você vê que ela está em suspensão, um particulado muito fino.  
3226 Como eu já coloquei foi feito coletas de amostras anteriores à chegada da lama no  
3227 mar, do rejeito, foi feito com uma rede de apoio, uma rede que tem apoiado,  
3228 mesmo não fazendo parte do CTBio eles estão trabalhando junto conosco  
3229 principalmente as universidades. E hoje nós estamos guardando o resultado  
3230 dessas análises da coleta de abril, não foi feita outra coleta depois de abril,  
3231 estamos programando uma agora para o período chuvoso e acho que aí cabe  
3232 ressaltar, nós estamos colocando no programa, uma das dificuldades que nós  
3233 temos, até foi colocado no Comitê Interfederativo, é que esse custeio das análises  
3234 não foi feito em nenhum momento pela Samarco, está sendo feito com custeio de  
3235 projetos internacionais ou do próprio ICMBio, o que dificulta muito frente à  
3236 situação orçamentária que os órgãos estão enfrentando hoje. Bom, o comitê então  
3237 ele está trabalhando em cima das cláusulas, um programa de concentração da  
3238 biodiversidade aquática, nas cláusulas 164, 165 e 166 do acordo, do TAC, um  
3239 programa de fortalecimento das estruturas de triagem e reintrodução da fauna  
3240 silvestre. É 167 atividade coordenação do Ibama. Um programa de conservação  
3241 da fauna e flora terrestre, também é cláusula 168, também está sob coordenação  
3242 do Ibama, e um programa de consolidação das unidades de conservação que são  
3243 as cláusulas 181 e 182. Já foram encaminhadas uma sequência de termos de  
3244 referência para a Fundação Renova, estão em contratação, o prazo para isso ser  
3245 cumprido era a princípio agora final de dezembro e começo, uma parte no final de  
3246 dezembro e o início do monitoramento em janeiro, mas eles já pediram  
3247 prorrogação de prazo, realmente não existe condição de fazer isso no tempo que  
3248 está colocado. Então, eles já têm um estudo populacional da ectioforma da água  
3249 doce, na calha tributária do Rio Doce; a avaliação do estado de conservação de  
3250 espécies da ectioforma no Rio Doce, e monitoria e avaliação de um Plano, que é o  
3251 Plano de Ação Nacional para conservação e recuperação de ambientes aquáticos.  
3252 Esse histórico já coloquei aqui durante a apresentação, vou meio pular esse slide,  
3253 a cláusula 165 que já foi colocada junto com a ANA, tem um pedaço dela que fala  
3254 de monitoramento de água que foi tratado em outro momento, ela foi trabalhada,  
3255 como é um tema muito complexo, uma força tarefa grande que juntou centros do  
3256 ICMBio, várias unidades de conservação, o Ibama, o Estado do Espírito Santo e  
3257 de Minas, e ele abrange essa sequência de anexos, não vai dar para falar de  
3258 todos, mas ele é bem complexo, então ele pega desde o monitoramento  
3259 ecotoxicológico dos impactos causados pela lama, que é o anexo 1 até o anexo 8  
3260 que é o monitoramento da sedimentação no parque nacional de marinho de  
3261 Abrolhos e áreas relacionadas. Então, ele é bem detalhado e esse material vai  
3262 ficar à disposição, não vai dar tempo de falar dele inteiro, mas podemos conversar  
3263 com detalhes dele depois. A cláusulas 167, vão ser instalados dois Cettas, um em  
3264 Minas Gerais e outro no Espírito Santo, está no momento agora de definição da



3265 planta base junto com o Ibama com os Estados, está andando dentro do  
3266 cronograma normal. O programa de conservação da flora e da fauna terrestre, é  
3267 cláusula 168, a Fundação Renova já contratou os estudos, eles devem ser  
3268 entregues agora no final de dezembro para nós fazermos uma avaliação até  
3269 janeiro, final de janeiro e aí a partir desse diagnóstico construir o plano de ação  
3270 para conservação dessas espécies, das espécies ameaçadas de extinção que  
3271 ocorriam no local do acidente. O programa de consolidação das unidades de  
3272 conservação, tem um estudo que está sendo feito, um reestudo sobre as unidades  
3273 que poderiam ser afetadas, as que foram diretamente afetadas já foram  
3274 levantadas, então vamos pedir para o CIF uma proposta de deliberação do CIF  
3275 ampliando o escopo dessa cláusula para pegar outras unidades estaduais,  
3276 municipais e RPPM, que são unidades particulares. O plano de trabalho para  
3277 consolidação da unidade federal atingida que é a RBS Sana Cruz, uma delas já foi  
3278 apresentada e vai ser encaminhada para deliberação do CIF, uma das outras  
3279 medidas que está nessa cláusula é a proposta da criação de uma APA na foz do  
3280 Rio Doce, esse estudo também está avançando, nós devemos estar  
3281 encaminhando, os estudos estão prontos, nós estamos na fase de consulta  
3282 pública que deve startar agora no começo de 2017. Esse é o último, demais ações  
3283 que estão sendo feitas em parceria que acabam sendo consolidadas dentro dessa  
3284 Câmara Técnica é o acompanhamento semanal aí da pluma, feito com sobrevoo,  
3285 construção de diversos documentos, notas técnicas, acho que o volume de  
3286 informação que vimos trabalhando, conforma a Sueli colocou é um volume  
3287 totalmente atípico da nossa situação normal. Então, nós acabamos mobilizando  
3288 equipes de unidades de conservação que meio que abandonaram um pouco a  
3289 gestão da unidade da conservação para estar acompanhando esse acidente e  
3290 isso vem impactando acho que todos os órgão. Nós temos essa interface com  
3291 essa ação civil pública que restringe a pesca, nessa área, agora recentemente o  
3292 Estado de Minas proibiu a pesca no Rio Doce em toda a extensão do rio até a  
3293 divisa de Minas, tem uma Resolução da Anvisa que está proibindo o  
3294 armazenamento, a distribuição e a comercialização de pesca nessa região  
3295 também. E tem outras ações, os autos que o ICMBio lavrou e que vem  
3296 acompanhando, que são, aí para não dar sobreposição com os outros órgãos são  
3297 focados no impacto nas unidades de conservação federais. Então, no caso eles  
3298 foram por deposição do rejeito na zona amortecimento na zona de arripio  
3299 impactando o banco de camarão que fica ali. A contaminação da água nas  
3300 unidades federais e o dano causado em organismo marinhos. Acho que é isso.  
3301 Bom, era isso, bem rapidamente, quem quiser mais informações esses dados  
3302 estão todos disponíveis no site do ICMBio, tem um link acidente ambiental do Rio  
3303 Doce e se quiser informação dá para mandar por e-mail, o ICMBio criou um e-mail  
3304 próprio que é [ctbio.cif@icmbio.gov.br](mailto:ctbio.cif@icmbio.gov.br), que podemos encaminhar mais  
3305 informações. (*Palmas!*)

3306  
3307

3308 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada, Paulo. Izabele,  
3309 vamos para a organização social? A Izabele coordena os programas que têm a  
3310 ver com o cadastro dos atingidos e pagamento das indenizações. Gente, vou fazer

3311 uma anotação, tem mais um representante da consultoria legislativa da Câmara  
3312 dos Deputados, o Thiago, que está acompanhando pela Comissão de Minorias, o  
3313 seminário.

3314

3315

3316 **A SR<sup>a</sup>. IZABELE (Câmara de Organização Social/Casa Civil)** – Boa tarde.  
3317 Izabele, sou coordenadora da Câmara Técnica de Organização Social, sou  
3318 analista de políticas sociais na Casa Civil. Vou passar bem rápido nos nossos  
3319 pontos, não vou me deter muito tempo não. A nossa Câmara Técnica ela teve  
3320 início em abril e desde então já foram feitas 6 reuniões extraordinárias, ordinárias  
3321 e 3 reuniões extraordinárias, e esses são os representantes. A coordenação é da  
3322 Casa Civil, mas também temos representantes do Governo de Minas, do Governo  
3323 de Espírito Santo, Ministério da Agricultura, Ministério do Desenvolvimento Social  
3324 e Agrário e Defensoria Pública da União. Nós temos trabalhado desde o começo  
3325 principalmente dando sugestão e monitorando os trabalhos da Samarco e agora  
3326 da fundação no que concerne processos de cadastramento, que está em  
3327 andamento desde novembro e agora nós estamos entrando um pouco mais forte  
3328 nas discussões sobre pagamento das indenizações que já começaram, na  
3329 verdade, e vão até julho. Os programas que coordenamos mais especificamente  
3330 são o Programa de Levantamento e Cadastro dos Impactados, vou falar cada um  
3331 deles depois, o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial, Programa de  
3332 Ressarcimento e Indenização dos Impactados, o Programa de Proteção Social e o  
3333 Programa de proteção aos Animais. Bom, o que é o Programa de Levantamento e  
3334 Cadastro dos Impactados? Já no dia 6 de novembro logo depois do desastre a  
3335 empresa já começou a cadastrar as pessoas que tinham sido impactadas de  
3336 alguma maneira pelo rompimento da barragem, era necessários que isso fosse  
3337 feito com uma certa urgência, até para, enfim, que as pessoas não ficassem  
3338 desassistidas, então, a empresa contratou várias empresas, foram várias frentes e  
3339 de novembro a agosto desse ano foram cadastradas 8.513 pessoas nessa base  
3340 de dados. Desde abril estão repassando para nós parte dessa base de dados,  
3341 estão nos atualizando como foi feito esse cadastro, a questão é que para esse  
3342 cadastro emergencial, como eram várias empresas, como tinha essa questão de  
3343 emergência, não foi feito de maneira unificada, e por causa disso não só a base  
3344 de dados que tinha ainda estava cheia de incongruências, então, nós passamos,  
3345 solicitamos que a empresa de fato juntasse toda as bases de dados para termos  
3346 um certo controle mesmo de quem tinha sido incluído, ou não, quais eram os  
3347 inelegíveis e agora, recentemente recebemos da Fundação os motivos de  
3348 ilegitimidade das pessoas que foram consideradas inelegíveis, que não estão  
3349 recebendo auxílio, que nós estamos analisando na Câmara Técnica e devemos ter  
3350 uma deliberação em breve. Bom, esse cadastro é o que ensejou o pagamento do  
3351 auxílio emergencial, que vou falar mais para frente também. Depois desse  
3352 cadastro se percebeu que nem todos os dados levantados eram suficientes,  
3353 então, foi feito em conjunto com a Câmara Técnica e com a Fundação, nós  
3354 elaboramos um formulário, um formulário de mais de 400 páginas, é um formulário  
3355 que leva mais ou menos 3 horas para ser aplicado, e é com base nesse cadastro  
3356 integrado que chamamos aqui que vão ser feitos os cálculo das indenizações.

3357 Esse cadastro se dá em duas fases, a primeira fase a empresa contratada, no  
3358 caso a Sinergia chega no município, tem todo um diálogo com as pessoas do  
3359 município, com as lideranças, eles vão recadastrar todas essas 8.513 famílias,  
3360 então eles ligam, fazem o agendamento, e aí as famílias vão no lugar e tem mais  
3361 ou menos uma entrevista de 3 horas de levantamento dos dados  
3362 socioeconômicos, desde, enfim, quais foram os danos sofridos, qual o perfil da  
3363 família, qual era a renda, qual era o trabalho, como essa família foi impactada e  
3364 depois tem a fase 2 do cadastro que os técnicos vão até a casa, vão até o local de  
3365 impacto para medir e saber de fato qual foi esse impacto sofrido pela população.  
3366 Então, é uma fase que leva um certo tempo. Até o momento esse cadastro  
3367 começou em agosto, até o momento já foram 5700 entrevistas realizadas, e ao  
3368 mesmo tempo que o municípios está, a Fundação está chegando na cidade,  
3369 conversando com as pessoas, a demanda pelo cadastro aumenta, não só por  
3370 causa do trabalho da fundação, mas porque as pessoas estão se tornando mais  
3371 conscientes também por todo um trabalho que as Defensorias Públicas têm feito,  
3372 de audiência nos municípios com as pessoas. Então, nós tivemos até 30 de  
3373 outubro mais de 12.000 demandas além dessas 8.000 pessoas que foram  
3374 cadastradas. O que é o Programa de Auxílio Financeiro Emergencial? Ele foi  
3375 estabelecido pelo termo também e é para as pessoas impactadas que tiveram as  
3376 suas atividades produtivas e econômicas interrompidas em decorrência do desses  
3377 desastre. Ele é um salário mínimo mais 20% do salário mínimo por dependente e  
3378 uma cesta básica. É importante frisar que não é um valor por família, mas por  
3379 pessoa que teve a sua renda impactada. Então, se o cônjuge teve também sua  
3380 renda impactada esse valor é calculado também para essa pessoa, não quer dizer  
3381 que são 8.500 famílias. Atualmente são 7901 titulares, com cartão que estão  
3382 recebendo o benefício, o valor médio é mais ou menos R\$ 1200,00 e desses mais  
3383 de 10.000 dependentes. Bom, programa de Indenização Mediada, esse programa  
3384 nós estabelecemos que deve ser feito um TAC em duas fases, uma das fases dele  
3385 que já começou agora em Governador Valadares, semana passada, ele prescinde  
3386 do cadastro porque ele vai ser o programa de indenização aos municípios que  
3387 sofreram com o desabastecimento da água, então, é Colatina, Governador  
3388 Valadares e alguns municípios daquela região. A ideia é que todo município seja  
3389 indenizado, então, são cerca de 280 pessoas em Governador Valadares e  
3390 160.000 pessoas em Colatina. Como vai ser feita essa indenização? Então, se  
3391 definiu com base no cálculo das contas por ano, mais ou menos por família, que o  
3392 valor vai ser de 880 a R\$ 1000,00 por pessoas impactada de uma família, então,  
3393 em Governador Valadares é R\$ 1000,00, isso foi calculado com base nos dias que  
3394 a pessoa ficou sem abastecimento de água. Então, se for uma pessoa, uma  
3395 família que tem três pessoas e uma delas considerada vulnerável, ela vai receber  
3396 R\$ 3.100,00, 10% a mais para cada pessoa considerada vulnerável. Bom, essas  
3397 atividades tiveram início no final de outubro, em Colatina e Governador Valadares,  
3398 a princípio seriam feitas por escritórios fixo, por agendamento também e aí nós  
3399 solicitamos e a empresa em diálogo com o município e com representantes da  
3400 sociedade definiu que um só escritório era pouco para atender a quantidade de  
3401 pessoas que demandariam essa indenização. Então, atualmente em Governador  
3402 Valadares que é onde iniciou são 2 escritórios fixos, e 4 escritórios itinerantes, e

3403 isso está sendo feito por agendamento também. Bom, a fase 2 é a indenização  
3404 por danos gerais, danos materiais gerais, então, com base nesse levantamento  
3405 que foi feito nos cadastros que são calculados os danos a serem indenizados a  
3406 posteriori. Nós agora na Câmara Técnica, nas últimas semanas essa foi o nosso  
3407 principal trabalho porque nós discutimos toda a matriz de danos que vai ensejar  
3408 esse pagamento. Então, primeiro, todo protocolo de elegibilidade para cada um do  
3409 dano elencado quem são as pessoas elegíveis, nós discutimos também a matriz  
3410 de documentos comprobatórios, para cada dano quais são os documentos que  
3411 vão comprovar esse dano. Além do laudo técnico. E também nós discutimos um  
3412 pouco sobre os valores da matriz, a matriz foi elaborada também com participação  
3413 da Sociedade Civil e dos grupos técnicos dos Estados, das pessoas que estão nos  
3414 Estados, por exemplo, Emater, dá para fazer todo esse levantamento de quanto  
3415 cada dano vai custar. Bom, nós temos tido o apoio do GT Interdefensorial, esse  
3416 GT formado pela Defensoria Pública da União e pelas Defensorias Públicas dos  
3417 Estados de Minas e de Espírito Santo, eles têm trabalhado em conjunto conosco,  
3418 tanto na validação dessa matriz de danos quanto na avaliação do protocolo de  
3419 elegibilidade, mas eles também vão estar presentes, nesse momento eles já estão  
3420 presentes em Governador Valadares, eles estarão presentes nos municípios  
3421 quando acontecer essa indenização. Os escritórios vão ser abertos a partir de  
3422 dezembro e aí a ideia é que a Defensoria esteja presente em todos os escritórios,  
3423 os quais vão haver negociação, para que as pessoas não estejam desassistidas  
3424 juridicamente. Bom, o Programa de Proteção Social teve início, uma presença  
3425 muito forte no município de Mariane e Barra Longa, desde o início do acidente,  
3426 então foi prestada assistência médica, social, psicológica, alimentação,  
3427 reintegração da comunidade na escola, visitas domiciliares às pessoas que foram,  
3428 estão em casa alugadas pela empresa.

3429

3430

3431 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Izabele, vou pedir para você  
3432 também, está todo mundo estourando.

3433

3434

3435 **A SRª. IZABELE (Câmara de Organização Social/Casa Civil)** – Desculpa. Apoio  
3436 aos serviços socioassistenciais, atendimento psicossocial, apoio à gestão da  
3437 política pública social, então, são mais de 73 funcionários que a empresa  
3438 contratou para auxiliar o município de Mariana, principalmente, no serviço de  
3439 assistência social e saúde. E foram realizadas algumas atividades socioculturais.  
3440 Essas atividades tiveram início ainda somente em Mariana e Barra Longa, mas a  
3441 ideia é que a partir de agora todos os municípios ao longo dos rios sejam também,  
3442 façam parte também desse programa. E o último, mais rapidinho, o Programa de  
3443 proteção aos Animais, foram 1160 animais resgatados depois do acidente, é um  
3444 programa que tem sido apoiado pelas ONGs de proteção animal, foram 761  
3445 devolvidos aos responsáveis e 100 adotados, os outros animais estão em centros  
3446 de recolhimento, assistidos pela empresa, enfim, tem tido todo um trabalho  
3447 também de manutenção dos vínculos dos antigos proprietários com os animais.  
3448 Além disso, tem assistência aos animais que permaneceram na propriedade

3449 impactada, para que também não se perca o vínculo esses animais estejam  
3450 recebendo não só alimentação, mas também assistência veterinária, enfim. Esses  
3451 são os trabalhos que nós monitoramos. É isso aí. *(Palmas!)*

3452

3453

3454 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Agradecer. E vamos passar à  
3455 Câmara de Comunicação Participação Diálogo e Controle Social, quem vai passar  
3456 é o Luciano.

3457

3458

3459 **O SR. LUCIANO GONÇALVES (Câmara Técnica de Comunicação**  
3460 **Participação Diálogo e Controle Social/PR)** – Boa tarde a todos. Meu nome é  
3461 Luciano, Sou da Secretaria de Governo da Presidência da República e estou  
3462 representando aqui a Câmara Técnica de Comunicação Participação Diálogos e  
3463 Controle Social. A principal missão atribuída à CTPBCS, Câmara Técnica de  
3464 Comunicação Participação Diálogo, desculpa, há um erro ali, Comunicação  
3465 participação Diálogo e Controle Social, e não comunicação social é a promoção e  
3466 difusão da informação qualificada e transparente, com a finalidade de ampliar a  
3467 articulação dos diferentes atores na busca pela superação dos problemas  
3468 decorrentes do desastre. Bom, nós fizemos um breve histórico, essa Câmara foi  
3469 inaugurada há pouco tempo, dia 12 de setembro de 2016, numa reunião no  
3470 Palácio do Planalto aqui em Brasília. Nós incorporamos através de uma solicitação  
3471 do CIF o Programa de Comunicação Nacional e Internacional que estava em outra  
3472 Câmara Técnica, mas foi incorporada para a nossa, para que nós pudéssemos  
3473 tomar conta, já que teria um assunto mais afeto à nossa Câmara. No  
3474 acompanhamento do plano comunicação da Fundação Renova novos  
3475 participantes, continuação de esforços para ampliar os atores. A próxima reunião  
3476 foi marcada para 25 de novembro de 2016 em Regência no Espírito Santo. A  
3477 segunda reunião foi feita dia 26 de outubro em Mariana, para que pudéssemos  
3478 conhecer lá o local do desastre. A proposta das primeiras ações afetas à CTPCS,  
3479 as ações a serem implantadas pela CTPCS que já foram identificadas, mas nós  
3480 estamos já identificando outras ações que são necessárias, que serão discutidas  
3481 nas próximas reuniões. Acervo dos documentos dos documentos produzidos pelas  
3482 demais CTs, estabelecer fluxo e sistematizar a ampla divulgação, respeitando a lei  
3483 de acesso à informação. A estratégia para informar sobre as ações resultantes  
3484 das deliberações do CIF que afetem aos grandes contingentes populacionais.  
3485 Como essa questão do pagamento dos 800 e R\$ 1000,00 em Governador  
3486 Valadares e em Colatina, que atinge a grandes aglomerados populacionais e que  
3487 podem causar impactos em vários setores. Então, a nossa ideia, desculpem estou  
3488 muito nervoso, deixa-me respirar um pouco. Então, a nossa ideia é que  
3489 consigamos antecipar esses eventos que vão atingir grandes aglomerados  
3490 populacionais para que se possa fazer uma estratégia de comunicação e essa  
3491 estratégia de comunicação diminuir um pouco esses impactos. Remessa de  
3492 relatório substanciado sobre consultas realizadas pelos canais da Fundação, com  
3493 a finalidade de subsidiar as CTs e o CIF. Instituição da mesa de diálogo com  
3494 espaço para alternativo interlocução. Nós sentimos necessidade de se compor

3495 essas mesas de diálogo devido a alguns grupos da sociedade civil que não  
3496 querem algum forma fazer parte do CIF, ou de alguma Câmara Técnica que  
3497 sentimos que existe uma resistência talvez de dar um reconhecimento tácito, já  
3498 que em uma posição oficial eles não querem reconhecer o termo e já estão mais  
3499 alinhados com o Ministério Público que tem agido no sentido de poder... Obrigado.  
3500 Bom, no sentido de poder anular o acordo que já foi feito e que já foi assinado  
3501 pelos órgãos e pelas empresas. Campanha para informar a qualidade da água do  
3502 Rio Doce, em linguagem acessível e com adoção de meios de consulta da  
3503 aferição. A nossa preocupação é que a linguagem seja acessível a todos os  
3504 públicos, porque temos públicos de vários níveis de compreensão. A articulação  
3505 das demais CTs que divulguem previamente a realização de eventos que possam  
3506 contar com a participação social, plano de comunicação amistoso e acessível, e  
3507 inDiqueadores possíveis para programas da CTPDCS. É essa questão dos  
3508 inDiqueadores, nós precisamos levantar inDiqueadores para que possamos  
3509 averiguar a efetiva aplicação desse plano. Nossa apresentação basicamente é  
3510 isso, porque tem pouco tempo e foi o que se conseguiu fazer até agora. Muito  
3511 obrigado e boa tarde. (*Palmas!*).

3512

3513

3514 **A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada, Luciano. E a última é  
3515 do Thiago, da Funai que vai fazer uma exposição da Câmara dos Povos Indígenas  
3516 e Comunidades Tradicionais.

3517

3518

3519 **O SR. THIAGO FIOROTTI (Câmara dos Povos Indígenas e Comunidades**  
3520 **Tradicionais/Funai)** – Boa tarde a todos, quase boa noite. Deixaram uma missão  
3521 bem complicada, ficar no final, essa hora, já todo mundo cansado, mas como a  
3522 própria Sueli já coloca essa missão é de estar coordenando essa Câmara ela já é  
3523 complicada mesmo, trabalhar com povos e comunidades tradicionais é uma  
3524 missão mesmo, um grande desafio, mas também é um desafio muito  
3525 enriquecedor. E esse desafio aumentou muito desde que esse desastre todo  
3526 aconteceu porque os impactos nas terras indígenas de Minas Gerais e Espírito  
3527 Santo foram muito grandes. Então, meu nome é Thiago Fiorotti, sou coordenador  
3528 regional da Funai em Minas Gerais e Espírito Santo, e eu estou como coordenador  
3529 tentando implementar essa coordenação da Câmara Técnica dos Povos Indígenas  
3530 e Comunidades Tradicionais. A Câmara Técnica foi instituída pela deliberação  
3531 número 7, do CIF, de 11/07, ela fala lá, Câmara Técnica de Povos Indígenas e  
3532 Comunidades Tradicionais é competente para orientar, acompanhar e monitorar,  
3533 na verdade, a subseção, aliás, o Programa de Proteção e Recuperação da  
3534 Qualidade de Vida dos Povos Indígenas previsto na subseção 1.3 cláusulas 39 a  
3535 45, do T-TAC e o Programa de Proteção e Recuperação da Qualidade de Vida de  
3536 Outros Povos e Comunidades Tradicionais previsto na subseção 1.4 nas cláusulas  
3537 46 a 54 do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta. O público alvo desses  
3538 subprogramas e dessa Câmara Técnica são os povos indígenas Krenak, Minas  
3539 Gerais, Tupiniquim, no Espírito Santo que estão nas terras indígenas Tupiniquim,  
3540 e Terra Indígena Comboio, são duas terras indígenas e o povo indígena Guará

3541 que está junto com os Tupiniquim na terra indígena Tupiniquim e na terra indígena  
3542 Caieira Velhas 2 que é contígua à Terra Indígena Tupiniquim. São três terras  
3543 indígenas no Espírito Santo impactadas e mais uma terra indígena em Minas  
3544 Gerais. No T-TAC ele cita o quilombo de Santa Efigênia está em Mariana, e cita  
3545 ainda a necessidade de identificar outras comunidades de povos Tradicionais ao  
3546 longo da Bacia do Rio Doce. Eu coloquei um mapa da bacia para nós  
3547 visualizarmos onde estão essas comunidades mais ou menos, os Krenak estão ali  
3548 no médio Rio Doce, no municípios de Resplendor, na margem esquerda do Rio,  
3549 na verdade o território Tradicionais deles é dos 2 lados do rio só que está  
3550 demarcado apenas a margem esquerda, eles Tradicionais o território dos sete  
3551 salões, que eles chamam, mas de fato eles tem a posse apenas da margem que é  
3552 do lado direito, eles têm a posse apenas da margem esquerda. E os povos  
3553 indígenas do Espírito Santo estão na foz, na beira do mar, na terra ao sul da foz,  
3554 na Terra Indígena Comboios e Tupiniquim Guarani, todas duas ao Sul, ao sul para  
3555 cima de Regência, para baixo de Regência. Pode passar. Então, a Câmara é  
3556 formada pela Funai, deve ser formada pela Funai para coordenar o programa, o  
3557 subprograma indígena, nós esperamos que a Fundação Cultural Palmares  
3558 coordene o programa com os povos quilombolas e com a participação conjunta da  
3559 Secretaria de Governo da Presidência da República, a Casa Civil, Secretaria  
3560 Especial de Saúde Indígena e a Secretaria de Direitos Humanos Participação  
3561 Social e Cidadania do Governo do Estado de Minas Gerais, que já se prontificou  
3562 para participar. Bom, um rápido histórico, o desastre de Mariana em 05/11, os  
3563 Krenak imediatamente procuraram a empresa para dialogar, houve uma negativa  
3564 do diálogo nas primeiras semanas, antes ainda da lama chegar na TI Krenak, e aí  
3565 quando a lama chegou na terra indígena os Krenak ocuparam a estrada de ferro  
3566 Vitória/Minas para forçar o diálogo com a empresa. Foi um processo muito  
3567 complicado, foram 4 dias de ocupação da ferrovia, total desrespeito naquele  
3568 momento das empresas, falta de preparo para o diálogo, foi um processo muito  
3569 difícil, mas depois de 4 dias foi assinado um acordo emergencial com a Vale, a  
3570 Vale que mandou, conseguiu mandar os interlocutores e assinaram o acordo  
3571 emergencial que tem nove pontos, dentre eles é abastecimento de água, água  
3572 para os animais, água para beber, água para tomar banho, um apoio emergencial  
3573 em pecúnia, alguma coisa em saúde, alimentação para o gado, que eles têm um  
3574 projeto de pecuária. Enfim, foi assinado, foi estabelecido um conflito  
3575 socioambiental e ocupação da ferrovia, então, esse acordo foi assinado no dia  
3576 16/11, aí está uma a foto da reunião, depois de 4 dias foi feita essa reunião, os  
3577 Krenak levaram a água barrenta do rio, os peixes que eles coletaram mortos para  
3578 mostrar mesmo para a empresa o que tinha acontecido. E aí depois de várias  
3579 negociações eles conseguiram acordar alguma coisa. Aí fotos dos impactos que  
3580 foram causados, o rio para os Krenak muito além da questão material ele era  
3581 usado para pesca, para caça, para a vida cotidiana, para lazer, a transmissão do  
3582 conhecimento, do nadar, do caçar, do pescar, ser índio, ser Krenak significa viver  
3583 junto ao rio. Eles foram retirados desse território várias vezes por conta de vários  
3584 interesses ao longo do processo histórico de colonização e voltaram, muitas vezes  
3585 voltaram a pé, então, eles têm uma ligação visceral com o Rio Doce. Eles  
3586 acreditam que o Rio Doce os protege, é o seu pai, a sua mãe, e foram retirados

3587 dali. Então, o impacto para eles é muito profundo, muito mais profundo do que  
3588 para outras populações afetadas. Algumas fotos ali, um luto total, nunca vi, acho  
3589 que não tem precedentes, eles choravam, toda a comunidade chorava, tem vários  
3590 vídeos na Internet para quem quiser ver, os anciãos, as crianças chorando,  
3591 fizeram velório, ainda estão em luto, fizeram velório do rio por vários dias. Isso aí é  
3592 uma foto um ano antes do desastre, dos jogos indígenas que tiveram, então, era a  
3593 praia que eles usavam e tomavam banho, e ali a foto depois do desastre, como  
3594 ficou o mesmo local. Bom, e aí foi feito com os Krenak o acordo emergencial com  
3595 a Vale e esse acordo vem sendo monitorado com várias dificuldades para ser  
3596 implementado, mas está acontecendo. E aí a lama chegou para o Espírito Santo e  
3597 aí os povos do Espírito Santo também impactados começaram a tentar o seu  
3598 acordo emergencial e suas ações para proteção. Também a empresa em primeiro  
3599 momento negou que havia impacto para os povos do Espírito Santo, novos  
3600 conflitos ambientais foram estabelecidos no Espírito Santo, eles tiveram que  
3601 ocupar ferrovias, rodovias, isso a lama chegou logo ainda em novembro do ano  
3602 passado, em dezembro começou os conflitos, em fevereiro houve a proibição de  
3603 pesca, como foi falado em outra apresentação aqui, por uma ação do Ministério  
3604 Público e aí a Vale judicializou a ocupação da ferrovia e aí num acordo por via  
3605 judicial, por conta dessa reintegração de posse que a Vale pediu, foi feito então  
3606 um acordo para acontecer as ações emergenciais com a terra indígena de  
3607 Comboios que é perto da ReBio Comboios, lá em Regência. E aí eles combinaram  
3608 então o acordo emergencial com Comboios, ficou faltando a terra indígena  
3609 Tupiniquim Guarani; continuamos monitorando as ações emergenciais, a Funai na  
3610 terra indígena Krenak Comboios, e aí vem em março a assinatura do acordão T-  
3611 TAC. O T-TAC pede que a Funai elabore um termo de referência e aí construímos  
3612 esse termo de referência junto com os indígenas, vamos com a equipe a campo,  
3613 nós já tínhamos antes, logo depois do desastre com a equipe para a terra indígena  
3614 Krenak e depois nós fomos com a equipe para a terra indígena Tupiniquim e  
3615 fizemos um diagnóstico emergencial dos impactos que nós estávamos vendo  
3616 emergenciais na terra indígena, para poder começar subsidiar a discussão com as  
3617 empresa. E nós voltamos para campo de novo para elaborar junto com os  
3618 indígenas o termo de referência que estava colocado lá dentro dos subprogramas  
3619 e aí a nós apresentamos, enviamos para a Samarco esse termo de referência no  
3620 dia 1º de abril, ele tinha um prazo para a empresa apresentar o plano de trabalho  
3621 e a equipe, de 3 meses, mas a empresa pediu prorrogação de prazo e essa  
3622 prorrogação de prazo vence agora 22 de novembro. E aí só depois da assinatura  
3623 do T-TAC em junho é que, depois de muita negociação é que a empresa assume  
3624 algumas ações emergenciais com a terra indígena Tupiniquim Guarani. Está ali.  
3625 Bom em junho houve muitas críticas, os indígenas demandavam participação  
3626 nesses espaços de decisão, então em junho o Ministro convida os ministros para  
3627 vir participar de um reunião do CIF por conta dessa demanda, e aí a resposta que  
3628 o... coloquei 2017 ali, desculpa, está errado, é 2016, em junho de 2016 tem a  
3629 proposta tenho criação da Câmara Técnica em resposta a essa demanda por  
3630 participação. E aí nós voltamos para lá para poder esclarecer todos os espaços de  
3631 governança, fazemos uma reunião, chamamos as lideranças, explicamos todo o  
3632 espaço de participação e de governança que se dá nesse contexto todo, mas



3633 ainda assim há divergências entre os indígenas com relação à participação na  
3634 Câmara Técnica. Então, eles entendem que não é bem assim, não era isso que  
3635 eles queriam, eles não entendem que essa resposta foi satisfatória, e por isso a  
3636 Câmara Técnica, na verdade, ainda não está funcionando efetivamente, muito  
3637 embora estejamos fazendo o trabalho de acompanhamento e monitoramento,  
3638 relatórios e tudo, mas a instalação ela tem essa dificuldade porque nós temos que,  
3639 enfim, ter esses cuidados de como fazer e conduzir o trabalho. Agora, ainda no  
3640 histórico nós conseguimos que é uma demanda dos índios, a Funai retomou o GT  
3641 de identificação da terra indígena Krenak de sete salões que é aquele outro lado  
3642 que eles reivindicam como terra Tradicionais, depois eles já reivindicam isso há  
3643 muito tempo e depois que aconteceu o desastre a reivindicação aumentou porque  
3644 eles veem como um forma de conseguiram continuar se mantendo enquanto povo  
3645 Krenak, porque esse desastre ele traz sim um risco de desorganizar o povo  
3646 Krenak e de trazer o risco de ser um genocídio mesmo, eles não conseguem  
3647 mais reproduzir sua cultura e daqui há alguns anos as novas gerações não  
3648 conseguem ser Krenak por conta da perda do rio e eles veem a terra Krenak de  
3649 Sete Salões como uma alternativa a isso. Então, conseguimos essa semana, o GT  
3650 está em campo e a Funai conseguiu retomar os estudos de Sete Salões. Eu  
3651 trouxe algumas reflexões aqui que são rápidas, só para finalizar. A Convenção  
3652 169 garante direito pensando na segurança de barragens, ela garante direito a  
3653 participação povos e comunidades tradicionais em decisão sobre os projetos que  
3654 os afetam, mas como isso acontece? Isso acontece nas tomadas de decisão  
3655 instalação de projetos de barragem? Quando se vai definir realmente os povos  
3656 são consultados? E se eles são consultados, como essa consulta acontece? E  
3657 como a opinião deles é levada em consideração? Esses processos precisam ser  
3658 repensados, esse direito de escuta precisa ser efetivado, essa escuta precisa ser  
3659 qualificada porque isso está na lei, o Brasil é signatário da Convenção 169,  
3660 precisamos efetivar isso de fato. Não sei se vocês sabem, a cidade do Cerro ano  
3661 passado, o Codema, o Conselho Municipal de... O Conselho de Meio Ambiente da  
3662 cidade do Cerro, por uma decisão unânime rejeitou o projeto de mineração que  
3663 estava para ser instalado lá, que produzir de 500.000 toneladas ano de minério,  
3664 justamente um dos motivos foi esse, falta da consulta a várias comunidades  
3665 quilombolas que estão ali no entorno, e incidir sobre esses territórios quilombolas,  
3666 e não houve consulta e além disso ia incidir sobre áreas de recarga hídrica do Rio  
3667 do peixe, que é um rio importante para a cidade e o Codema por unanimidade  
3668 falou não para o projeto naquele município. E isso é importante para a economia  
3669 do município, mas eles decidiram que não queriam, e o projeto não foi instalado lá,  
3670 o prefeito acatou aquilo ali e até hoje não foi instalado, pelo menos. Decidiram  
3671 outra forma de desenvolvimento do município ali, então para nós refletirmos sobre  
3672 isso, será que outras formas são possíveis? Bom, geralmente as áreas de  
3673 drenagem de projetos de rejeitos minerários coincidem de territórios de  
3674 populações Tradicionais, principalmente quilombolas, principalmente territórios  
3675 Tradicionais e quilombolas de Minas Gerais, de modo que muitos desses  
3676 territórios estão em risco atualmente segundo os estudos recentemente  
3677 publicados. Várias barragens de Minas Gerais têm as suas áreas de drenagem  
3678 para dentro de territórios Tradicionais, ou seja, essas barragens, nós sabemos que

3679 há risco, que há defeitos da classificação de risco dessas barragens, e, portanto,  
3680 esses territórios estão em risco. Pressões para flexibilização de legislação do  
3681 licenciamento ambiental vão na contramão da necessidade de garantir melhor  
3682 segurança do nosso sistema de proteção e segurança ambiental e social, a  
3683 exemplo da PEC 165. Diante desse desastre são reflexões que temos feito com os  
3684 índios, nas discussões, no debate sobre esse acidente, eles entendem que  
3685 precisa melhorar a segurança na legislação ambiental e de proteção social, e não  
3686 flexibilizar como, por exemplo, a PEC 165/2012. Uma outra importante que  
3687 fizemos nos relatórios de diagnóstico com eles é que a Portaria Interministerial  
3688 número 60, que regulamenta o licenciamento ambiental é frágil na proteção das  
3689 populações Tradicionais, no que diz respeito à segurança de barragens e de  
3690 outros projetos de licenciamento. O que restou comprovado como o caso do  
3691 desastre de Mariana que afetou as populações há mais de 600 quilômetros a  
3692 jusante do empreendimento, quando o limite máximo da Portaria fala em 40  
3693 quilômetros ainda na Amazônia Legal, nas terras para cá, fora da Amazônia legal  
3694 o limite é bem menor. Ou seja, por mais que o licenciamento da barragem de  
3695 Mariana tivesse completamente dentro da legalidade, tivesse tudo correto, a  
3696 legislação não ia nunca proteger, porque nunca iria prever que fosse o impacto de  
3697 Mariana fosse chegar no Espírito Santo a 600 quilômetros. Então, a legislação não  
3698 protege. É necessário pensar em processos quanto a sinergia dos  
3699 empreendimentos dentro das unidades de gestão, ou seja, as bacias hidrográficas  
3700 e não em cada empreendimento isoladamente para alterar a legislação conforme  
3701 foi proposto aqui na primeira apresentação pelo colega da Câmara dos  
3702 Deputados. Qual o impacto dos empreendimentos na bacia quando eles se  
3703 instalam, não só o impacto no entorno desses limites da Portaria 60, quando ele  
3704 chega na bacia qual o impacto dele? E qual o impacto dele nos territórios  
3705 tradicionais, nas terras indígenas. Nas terras quilombolas? E quando ele se soma  
3706 aos demais empreendimentos que estão instalados ali? Esse impacto é muito  
3707 maior com a sinergia. E planos de segurança de barragem como está colocado na  
3708 lei de segurança de barragem, que não lembro o número agora, que é cuidada  
3709 pelo DNPM, 12.334, plano de segurança de barragem ou plano de ação de  
3710 emergência, precisam necessariamente envolver povos e comunidades  
3711 tradicionais em sua elaboração e monitoramento para garantir, para dar para eles  
3712 a segurança de que estão protegidos. O que ainda não está previsto na legislação,  
3713 já que está sendo proposto uma revisão, que possa haver a inserção deles, a  
3714 escuta e a participação deles nesses planejamentos quando eles estejam  
3715 envolvidos nas áreas de afetação. Bom, para finalizar a última lauda, o Brasil, nós  
3716 sociedade continuamos sendo usados como colônia de exploração de matéria-  
3717 prima há 516 ano, primeiro foi pau Brasil, a mesma coisa, depois ouro, depois  
3718 minério de ferro e à custa das vidas humanas, eles mataram os índios, depois  
3719 trouxeram os negros e mataram também e agora continuam matando quem está  
3720 aqui, mataram 21 pessoas para tirar o minério dali. E os povos indígenas e  
3721 tradicionais continuam nos mostrando o caminho da resistência e outras formas de  
3722 resistir são possíveis. Foram lá, fecharam a ferrovia, continuam resistindo e eu  
3723 acho que isso serve para refletirmos. Obrigado. (*Palmas!*).  
3724

3725

3726 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Obrigada, Thiago. Gente,  
3727 finalizadas as apresentações vamos abrir para as perguntas. Você controla?  
3728 Quem quer se manifestar? Quer fazer pergunta? Vamos lá.

3729

3730

3731 **O SR. JOÃO BATISTA MONSA (Ademasp)** – Meu nome é João Batista Monsã,  
3732 representante da Ademasp, Sociedade Civil. Eu pedi a palavra para cumprimentar  
3733 a nossa presidente do Ibama pelo esforço desse trabalho que nós estamos  
3734 presenciando, cumprimentar também o expositores. É um trabalho muito rico,  
3735 muito importante para nós que militamos na área do meio ambiente. E quero  
3736 deixar uma sugestão que esse material seja impresso, impresso porque ele retrata  
3737 o pior desastre que nós já tivemos, é uma coisa muito grave. Em novembro do ano  
3738 passado quando aconteceu isso nós havíamos pedido uma reunião extraordinária  
3739 para discutir sobre esse assunto, mas como era muito próximo ao evento nós  
3740 estamos realizando isso um ano depois, mas não podemos perder isso porque foi  
3741 cometido um crime contra o meio ambiente e todo crime precisa ser punido, então,  
3742 nós precisamos envolver, eu não sei qual o caminho correto, estava conversando  
3743 inclusive com os procuradores e me sugeriram nós recorrermos à 2ª Câmara do  
3744 Meio Ambiente no Ministério Público, 4ª Câmara, isso mesmo, para poder ver se  
3745 eles viriam ao nosso encontro, mas foi embora todo mundo, demorou muito e uma  
3746 reunião importante como essa. Então, fica o nosso apelo para não deixar que a  
3747 coisa fique enfraquecida aqui, nós precisamos botar os criminosos atrás das  
3748 grades, um crime seríssimo foi cometido contra a vida humana. Alguém falou  
3749 agora em 600 quilômetros, eu já trabalhei na região, mas não tinha ideia dessa  
3750 extensão, então, 600 quilômetros é o equivalente duas vezes nós saímos, perdão,  
3751 sair do Rio de Janeiro e ir a Belo Horizonte e voltar, lá são 300 quilômetros. Então,  
3752 foi um negócio para fazer esse estrago, não pode deixar enfraquecer, presidente,  
3753 e isso está nas mãos do Ibama porque o Ibama é o único órgão com poder para  
3754 cutucar e ter uma solução em favor do meio ambiente. Muito obrigado e boa noite.

3755

3756

3757 **A SR<sup>a</sup>. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Está na mão do Ibama, dos  
3758 órgãos estaduais, da ANA, do ICMBio, está em várias mãos aqui, mas nós  
3759 estamos aplicando as sanções. Mais alguém, gente? Deu para ter uma ideia do  
3760 desafio?

3761

3762

3763 **O SR. NÃO IDENTIFICADO (ICMBio)** – Eu queria fazer um comentário. Sou  
3764 analista do Instituto Chico Mendes e estamos vivendo isso na carne lá e eu acho  
3765 que no fim ninguém tem ideia realmente do tamanho dessa tragédia. O que  
3766 causou de transformações sociais, de demonstração do caráter da sociedade, da  
3767 fragilidade dos órgãos públicos, da dificuldade de compreensão do que realmente  
3768 está acontecendo do ponto de vista biológico e do ponto de vista social.  
3769 Realmente a tragédia é muito maior do que nós estamos conseguindo retratar. Eu  
3770 acho que isso seria uma boa reflexão para nós.

3771

3772

3773

3774

3775

3776

3777

3778

3779

3780

3781

3782

3783

3784

**A SRª. SUELI ARAÚJO (Presidente do Ibama)** – Eu assino embaixo, nem nós entendemos direito o tamanho de tudo isso. Mais alguém, gente? Então eu acho que agradeço a presença até essa hora adiantada, espero que vocês tenham aproveitado um pouco aqui do relato do trabalho dos últimos meses, e nós vamos disponibilizar o material todo e com certeza isso vai gerar publicações, depois nós temos que nos organizar para fazer isso da melhor forma possível e tem material disponibilizado em todos os órgãos que fazem parte, do CIF e do Comitê Interfederativo está no site do Ibama, logo na magistrado inicial do Ibama tem uma aba, um link para ir para o Comitê Interfederativo. Então, inclusive é como se fosse o nosso Diário Oficial é o site do Ibama, nós consideramos as deliberações publicadas quando coloca lá. Então, se quiserem acompanhar de perto, tem muita coisa, os relatórios de vistoria estão sendo todos colocados lá. Agradeço a todos e nós encerramos a reunião, não é Ana? Obrigada a todos. *(Palmas!)*.